



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
REGIONAL CATALÃO  
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE LETRAS E LINGÜÍSTICA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*  
MESTRADO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM



FERNANDA GOMES DA SILVA NAKAMURA

***O DIABO ESTÁ LÁ FORA: A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO DISCURSIVO  
ORLANDO SABINO NA MÍDIA E NA FICÇÃO***

Catalão/Go

2019

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR  
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES  
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico:     Dissertação     Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

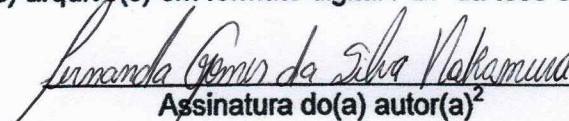
Nome completo do autor: Fernanda Gomes da Silva Nakamura

Título do trabalho: *O diabo está lá fora*: a constituição do sujeito discursivo Orlando Sabino na mídia e na ficção

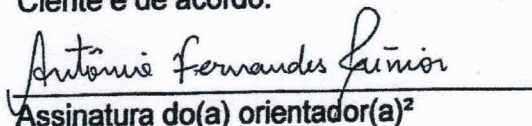
3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento  SIM     NÃO<sup>1</sup>

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.

  
Assinatura do(a) autor(a)<sup>2</sup>

Ciente e de acordo:

  
Assinatura do(a) orientador(a)<sup>2</sup>

Data: 04 / 08 / 2019

<sup>1</sup> Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

<sup>2</sup> A assinatura deve ser escaneada.

FERNANDA GOMES DA SILVA NAKAMURA

***O DIABO ESTÁ LÁ FORA: A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO DISCURSIVO***  
**ORLANDO SABINO NA MÍDIA E NA FICÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Goiás/ Regional Catalão. Unidade Acadêmica Especial de Letras e Linguística Programa de Pós-Graduação Stricto Mestrado em Estudos da Linguagem.

**Área de Concentração:** Linguagem, Cultura e Identidade

**Linha de Pesquisa:** Discurso, Sujeito e Sociedade  
**Orientador:** Prof. Dr. Antônio Fernandes Júnior

CATALÃO (GO)

2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Nakamura, Fernanda Gomes Da Silva

O Diabo está lá fora: [manuscrito] : a constituição do sujeito discursivo Orlando Sabino na mídia e na ficção / Fernanda Gomes Da Silva Nakamura. - 2019.

109 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Fernandes Junior.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Unidade Acadêmica Especial de Letras e Linguística, Catalão, Programa de Pós Graduação em Estudos da Linguagem, Catalão, 2019.

Bibliografia.

Inclui siglas, fotografias.

1. Sujeito. 2. Discurso. 3. Ficção . 4. Orlando Sabino. I. Fernandes Junior, Antônio, orient. II. Título.

CDU 81



Mestrado e  
Doutorado

em Estudos da Linguagem



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – REGIONAL CATALÃO  
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE LETRAS E LINGUÍSTICA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*  
EM ESTUDOS DA LINGUAGEM – MESTRADO E DOUTORADO



ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* – MESTRADO E DOUTORADO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM DA UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE LETRAS E LINGUÍSTICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – REGIONAL CATALÃO.

Defesa: nº 114/2019

Às quatorze horas do dia oito de julho de dois mil e dezenove, no Laboratório de Pesquisas em Análise do Discurso, Fonética e Fonologia, bloco E, Sala 01, Campus I da UFG – Regional Catalão, reuniu-se a Banca Examinadora designada pela Coordenadoria do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Estudos da Linguagem - Mestrado e Doutorado, composta pelos docentes: Prof. Dr. Antônio Fernandes Júnior – [Orientador], da Universidade Federal de Goiás – UFG/RC; Prof. Dr. Bruno Franceschini, da Universidade Federal de Goiás – UFG/RC; Profa. Dra. Grenissa Bonvino Stafuzza, da Universidade Federal de Goiás – UFG; Profa. Dra. Maria Aparecida Conti, do Centro Universitário de Goiatuba – UniCerrado; para proceder à Defesa Pública de Dissertação intitulada *O DIABO ESTÁ LÁ FORA: A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO DISCURSIVO ORLANDO SABINO NA MÍDIA E NA FICÇÃO*, de autoria da mestrand **Fernanda Gomes da Silva Nakamura**, matrícula 2017100786. Iniciando os trabalhos, o Presidente da sessão apresentou a Banca e a candidata ao título de Mestre. Em seguida, agradeceu a presença do público e passou a palavra à mestrand para a apresentação do trabalho. A seguir, o Presidente concedeu a palavra aos examinadores, que passaram a arguir a candidata. A duração da apresentação discente e a arguição dos examinadores aconteceram conforme regulamento do Programa. Ao término da arguição, a Banca Examinadora se reuniu em sessão secreta para atribuir os conceitos finais da Dissertação. Em face do resultado obtido, a Banca Examinadora considerou a candidata: APROVADA, estando APTA a fazer jus ao Título de Mestre em Estudos da Linguagem. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pela discente. Regional Catalão, UFG, aos oito dias do mês de julho de dois mil e dezenove. Esta defesa de Dissertação de Mestrado Acadêmico é parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre. O diploma correspondente será emitido após cumprimento dos demais trâmites, conforme normas do Programa e legislação da Universidade Federal de Goiás, especialmente o Artigo 62 da Resolução CEPEC 1403/2016.

Banca Examinadora:

Parecer:

Antônio Fernandes Júnior  
Prof. Dr. Antônio Fernandes Júnior - UFG/RC (Orientador)

Aprovado ( ) Reprovado

Bruno Franceschini  
Prof. Dr. Bruno Franceschini - UFG/RC

Aprovado ( ) Reprovado

Grenissa Bonvino Stafuzza  
Profa. Dra. Grenissa Bonvino Stafuzza - UFG/RC

Aprovado ( ) Reprovado

\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Maria Aparecida Conti – UniCerrado

Aprovado    ( ) Reprovado

Discente:

Fernanda Gomes da Silva Nakamura

  
\_\_\_\_\_

Observações (se for o caso):

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

Visto:

Coordenação do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Estudos da Linguagem  
Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão

\_\_\_\_\_

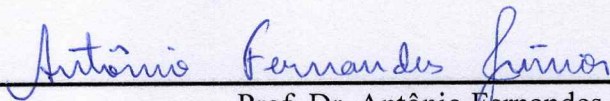
FERNANDA GOMES DA SILVA NAKAMURA

*O DIABO ESTÁ LÁ FORA: A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO DISCURSIVO  
ORLANDO SABINO NA MÍDIA E NA FICÇÃO.*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Estudos da Linguagem, da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Estudos da Linguagem, área de concentração: Linguagem, Cultura e Identidade.

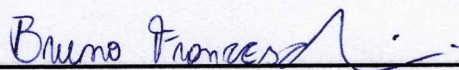
Aprovada em **08 de julho de 2019.**

BANCA EXAMINADORA



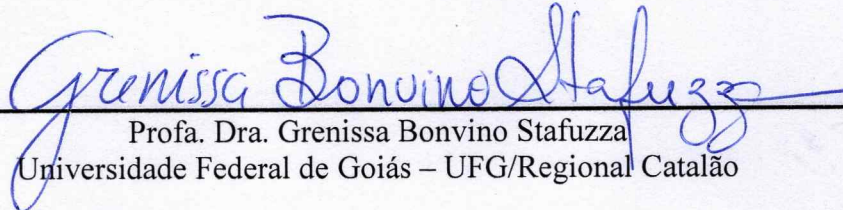
---

Prof. Dr. Antônio Fernandes Júnior  
Universidade Federal de Goiás – UFG/Regional Catalão



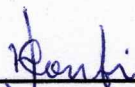
---

Prof. Dr. Bruno Franceschini  
Universidade Federal de Goiás – UFG/Regional Catalão



---

Profa. Dra. Grenissa Bonvino Stafuzza  
Universidade Federal de Goiás – UFG/Regional Catalão



---

Profa. Dra. Maria Aparecida Conti  
Centro Universitário de Goiatuba – UniCerrado

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por sempre guiar os meus passos, cobrindo a minha vida de bênçãos. Nunca imaginei que escrever fosse um labor, um processo de construção e desconstrução, que segui, a duras penas, porém, encontrei, em meu caminho, pessoas que, com muita paciência, se dispuseram a me ajudar, merecendo, assim, os meus sinceros agradecimentos.

Agradeço a todos que contribuíram para tornar menos dolorosa essa tarefa árdua, que é escrever, e por mais que eu agradeça, palavra nenhuma seria capaz de expressar a imensa gratidão que sinto por essas pessoas.

Agradeço a Cida Conti, que, com muita generosidade, humildade e humanidade, sempre se propôs a compartilhar seu conhecimento, me apresentou a Análise do Discurso, me apresentou os caminhos de Foucault, caminho esse que escolhi para desconstruir toda a minha história e encontrar o meu lugar como sujeito. A você, Cida, minha amiga, minha mestra, a minha eterna gratidão.

Ao meu querido orientador Antônio Fernandes Júnior, agradeço a paciência e o respeito que me dedicou em cada conversa, angústia e insegurança. Obrigada por me amparar e me guiar com tanta sabedoria e competência. Tem o meu respeito e a minha admiração hoje e sempre.

Agradeço a Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Grenissa Bonvino Stafuzza, e ao Prof. Dr. Bruno Franceschini, pelos importantes apontamentos na banca de qualificação.

Agradeço ao meu esposo pela paciência e toda ajuda que dispôs a mim durante esse mestrado.

Agradeço as minhas amigas do mestrado, Jheny e Sarah, por sempre me socorrerem em vários momentos desse processo de estudo, seja nas disciplinas, seja nas viagens.

Ao Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão, sou grata pela oportunidade de reflexão, crescimento e transformação a mim concedida.

Aos funcionários do programa de Pós-graduação PPGEL, em especial, à secretária Patrícia, por sempre me atender prontamente.

“Saber, mesmo na ordem histórica, não significa ‘reencontrar’ e sobretudo não significa ‘reencontrar-nos’. A história será ‘efetiva’ na medida em que ela reintroduzir o descontínuo em nosso próprio ser. Ela dividirá nossos sentimentos; dramatizará nossos instintos; multiplicará nosso corpo e o oporá a si mesmo. (...) É que o saber não é feito para compreender, ele é feito para cortar” (Foucault, 1979, p. 27).

## RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo analisar como se dá a constituição do sujeito discursivo Orlando Sabino pela mídia no caso, os recortes enunciativos da revista *Veja* edição 183 e 184 de 1972 e pela ficção *O Diabo Está lá Fora* (2013), Júlio Quinam e Miguel Patrício, a fim de interpretar de que modo o fator histórico determina a elaboração do sujeito discursivo. Para essa análise fundamentamo-nos pelo arcabouço teórico metodológico da Análise do Discurso (AD) de linha francesa, pelo fato de esta linha de análise permitir novos olhares para a história e refletir sobre a não existência de uma verdade universal, mas construções de verdades que, nesse caso específico, construíram a figura tanto diabólica quanto monstruosa sobre Orlando Sabino. Ao tomarmos as publicações *O diabo está lá fora* (2013), recortes da reportagem da revista *Veja*, especificamente das edições 183 e 184 dos anos de 1972, assim como recortes do *E-book da Comissão da Verdade do Triângulo Mineiro* (2017) e também recortes do livro *Operação Anti-guerrilha* (1979), como material de análise julgávamos que tais conteúdos traziam acontecimentos que acreditávamos ser digno de um estudo mais aprofundado, pois tais publicações apresentam uma contradição discursiva e apontam para construções discursivas diferentes sobre o mesmo sujeito, ora Orlando é monstro e diabo, ora é louco e inocente ao julgamento que o condenou à prisão. Este trabalho está organizado em quatro capítulos, onde são abordados conceitos importantes sobre enunciados, Discursos, História, Memória, Arquivo, assim como, noções de Objetivação e Subjetivação.

Palavras-Chave: Sujeito. Discurso. Ficção. Orlando Sabino

## ABSTRACT

The present dissertation aims to analyze how the constitution of the discursive subject Orlando Sabino by the media in the case, the enunciative clippings of the magazine *Veja* e issues 183 and 184 of 1972 and by the fiction *The Devil Is Out There O Diabo Está lá Fora* (2013), Julio Quinam and Miguel Patricio, in order to interpret in what way the historical factor determines the elaboration of the discursive subject. For this analysis we are based on the theoretical methodological framework of the Discourse Analysis (DA) of the French line, because this line of analysis allows new glances for history and reflects on the non-existence of a universal truth, but constructions of truths that, in this particular case, constructed the figure both devilish and monstrous about Orlando Sabino. As we take the publications *The Devil is out there O Diabo Está lá Fora* (2013), clippings from the *Veja* magazine report, specifically from issues 183 and 184 of the years of 1972, as well as clippings from the Truth Commission of the Triangle Mining Comissão da Verdade do Triângulo Mineiro (2017) and also clippings from the book *Operation Anti-guerrilla. Operação Anti-guerrilha* (1979), as analytical material we thought that such content brought events that we believed to be worthy of further study, since such publications present a discursive contradiction and point to different discursive constructions on the same subject, sometimes Orlando is a monster and devil, now he is crazy and innocent at the trial that sentenced him to prison. This work is organized in four chapters, where important concepts about statements, Discourses, History, Memory, Archive, as well as notions of Objectivation and Subjectivation.

Keywords: Subject. Discourse. Fiction. Orlando Sabino.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO 1: BREVE RELATO SOBRE ORLANDO SABINO E ALGUMAS PUBLICAÇÕES. ....</b>	<b>16</b>
1.1 Arquivo e memória: condições históricas de possibilidades dos discursos .....	22
1.2 Orlando Sabino: um sujeito “sem história” na história .....	30
1.3 Literatura: entre a ficção e a história .....	39
<b>CAPÍTULO 2: A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO DISCURSIVO ORLANDO SABINO NA MÍDIA E NA FICÇÃO .....</b>	<b>47</b>
2.1. As condições de existência dos enunciados .....	55
2.1.1 A construção do sujeito assassino .....	57
2.1.2 Construção do sujeito monstruoso: enunciado monstro .....	70
2.1.3. O diabo está lá fora: enunciado diabo .....	78
2.1.4. O anormal: um grande domínio de ingerência - enunciado louco.....	83
2.1.5. De monstro a vítima- enunciado vítima .....	85
2.1.6 As práticas de constituição do sujeito discursivo Orlando Sabino, o monstro/ louco. ....	87
2.1.7 Contradição - sem provas, porém certeza.....	92
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>102</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>104</b>

## INTRODUÇÃO

A obra *O diabo está lá fora* (2013), de Júlio Quinam e Miguel Patrício, narra a história de Orlando Sabino, que foi, e ainda é considerado como monstro, tanto pelo imaginário popular quanto por alguns estudos, que sobre o caso se debruçaram. Essa construção do monstro ou do diabo nos inquietou e nos motivou a desenvolver a presente pesquisa. Esse dado, foi o ponto inicial para buscar saber que sujeito era esse que assombrou parte do estado de Minas Gerais nos anos de 1970, principalmente, no Triângulo Mineiro. Em nossas pesquisas, descobrimos que o personagem descrito como diabo na narrativa era um andarilho que perambulou nessa região e foi considerado o *Monstro de Capinópolis*. Orlando Sabino ficou conhecido nacionalmente nos anos de 1970, por ter sido acusado de praticar 12 homicídios e ainda de matar 19 bezerros a foçada no Triângulo Mineiro, nas cidades de Coromandel, Tupaciguara, Centralina, Canápolis, Capinópolis, e no Estado de Goiás, próximo à cidade de Davinópolis e Ouvidor. Em março de 1972, tais crimes foram direcionados a Orlando Sabino, o qual foi capturado por uma tropa da polícia militar, quando, segundo o noticiário, tentava atravessar o Rio Tijuco, no município de Ipiaçu, na região do Pontal do Triângulo Mineiro/MG.

Ao tomarmos as publicações *O diabo está lá fora* (2013), recortes da reportagem da revista *Veja*, especificamente, das edições 183 e 184 dos anos de 1972, o livro *Operação Anti-guerrilha* (1979) assim como recortes do *E-book da Comissão da Verdade do Triângulo Mineiro* (2017), como material de análise, julgávamos que tais conteúdos traziam acontecimentos que acreditávamos ser dignos de um estudo mais aprofundado, pois tais publicações apresentam uma contradição discursiva, ao apontarem para construções discursivas diferentes sobre o mesmo sujeito. Ora Orlando é monstro e diabo, ora é louco e inocente, ao julgamento que o condenou à prisão. E é pelo viés da Análise do discurso de linha francesa que problematizaremos a relação entre discurso e as construções de verdades sobre o sujeito Orlando Sabino.

Assim, percebemos que os discursos produzidos apontavam para uma injunção socio-histórica da ditadura militar no Brasil, que se ligava a determinado acontecimento. Ponderamos também o fato de que, sobre o acontecimento, havia uma especificidade marcada por uma descontinuidade na história, fatos não divulgados sobre Orlando Sabino, e que possibilitaram a emergência de construções que nomearam esse sujeito, ora como um monstro, ora como um diabo ou louco, dentre outras objetivações, que

associaram Orlando Sabino a uma espécie de maldição, seja em enunciados de reportagens midiáticas, ou em publicações de livros, sobre os quais trataremos mais adiante.

Pensar como vários discursos objetivaram um sujeito que, do anonimato, torna-se o mais conhecido homem do Triângulo Mineiro, no ano de 1972, a partir da espetacularização da mídia, demonstra, nesta dissertação, que a construção do sujeito discursivo Orlando Sabino, como monstro ou ser sobrenatural, foi fortalecida pelos discursos produzidos por textos da mídia, especificamente, da revista *Veja*, nas edições 183 e 184, de 1972, e pela ficção, no livro *O Diabo Está Lá Fora*, de Júlio Quinam e Miguem Patrício, que escolhemos para análise e discussão.

Podemos dizer que há uma relação constitutiva entre a produção das publicações apresentadas, como material de investigação para esta pesquisa, em contraposição com os fatos da “realidade social”, uma vez que existe um dado acontecimento discursivo que permitiu a existência de tais publicações, que seriam as construções discursivas, feitas por sujeitos historicamente situados. Ao nos referirmos aos termos construções discursivas e sujeitos discursos, demarcamos que não estão em questão, nem o sujeito empírico, Orlando Sabino, nem aqueles que escreveram sobre o caso. Trata-se de sujeitos discursivos produzidos na ordem dos discursos a partir da qual assumem posicionamentos sobre o fato. Sendo assim, não discutiremos o sujeito empírico, mas sim, o sujeito discursivo Orlando Sabino

Diante das inquietações levantadas sobre esse sujeito, alicerçamos, como objetivo geral, analisar como se dá a constituição, pela mídia, do sujeito discursivo cujo nome é Orlando Sabino, no caso, a saber, os textos da revista *Veja*, edição 183 e 184, de 1972, e pela ficção *O Diabo Está lá Fora*, a fim de interpretar de que modo o fator histórico determina a elaboração do sujeito discursivo. A esse objetivo, estabelecemos alguns objetivos específicos, que estão estreitamente articulados ao objetivo geral.

- Evidenciar como foi construído o sujeito discursivo no livro *O Diabo Está lá Fora*;
- Identificar a memória discursiva concernente ao noticiário sobre os crimes na década de 1972, considerando que a situação discursiva em relação ao sujeito Orlando Sabino não está restrita a uma época;
- Verificar como a mídia, por meio de imagens e textos, constrói discursos que tecem a rede de fios enunciados que incidem na objetivação do sujeito;

O valor desta pesquisa se efetiva para o enriquecimento das abordagens teóricas apenas à Análise do Discurso, e diz respeito, sobretudo, ao fato de que os elementos que serão materiais da presente abordagem ainda não foram estudados na perspectiva da AD, e também nos permite entender os sujeitos são constituídos socio-historicamente como. Trata-se, portanto, de um estudo inédito no campo desse estudo, entretanto, existe um número significativo de estudos da figura emblemática de Orlando Sabino em outras áreas, como na história e na psiquiatria.

Nossa escolha em analisar esses objetos, utilizando o arcabouço teórico metodológico da Análise do Discurso (AD), deve-se ao fato de esta linha de análise permitir novos olhares para a história e refletir sobre a não existência de uma verdade universal, mas construções de verdades que, nesse caso específico, construíram a figura tanto diabólica quanto monstruosa sobre Orlando Sabino. Assim, ao nos depararmos com uma história tradicional, aliada a um contexto histórico em que Orlando Sabino foi alvo de muita perseguição e tortura. Fez-se necessário entender como se deu todo o processo de fabricação dos elementos discursivos, atribuídos ao personagem principal desta história, que foi objetivado, por vários discursos, como um monstro.

Diante disso, levantamos a hipótese de que a construção do sujeito discursivo Orlando Sabino, como assassino, monstro ou ser sobrenatural, foi fabricada no e pelos discursos produzidos por alguns segmentos midiáticos que, na época, registraram e interpretaram o caso, e pelos discursos materializados na obra de ficção *O Diabo Está Lá Fora*. É essa inter-relação desses discursos ficcionais e midiáticos que nos interessam nesta pesquisa, a partir dos quais, pretendemos descrever e problematizar sobre a história que não é uma verdade inquestionável, monumentalizada, conforme ensina Foucault (1995), assim como, a figura do monstro emerge pelos discursos produzidos em uma determinada época e por sujeitos que detém o poder de soberania, além do saber poder engendrado sobre o caso Orlando Sabino, e como as verdades construídas objetivaram a monstro.

Enfim, destacamos que a organização do nosso trabalho se distribui em quatro capítulos. O primeiro, intitulado “Breve relato sobre Orlando Sabino e algumas publicações”, destina-se a apresentação de outros estudos como livros, artigos e reportagens realizados sobre o sujeito Orlando Sabino. Em seguida, a exposição da fundamentação teórica desta pesquisa, a partir dos conceitos de arquivo, memória para compreendermos as condições históricas de possibilidades dos discursos, logo em seguida um subtópico intitulado Orlando Sabino: um sujeito “sem história” na história,

para apresentarmos a história oficial. O segundo capítulo, intitulado “Contribuição da literatura”, será destinado a uma breve abordagem sobre literatura, que nos auxiliará na discussão do conceito de ficção e da relação entre literatura e discurso, pois analisaremos uma obra literária. O terceiro deles, intitulado “A constituição do sujeito discursivo Orlando Sabino na mídia e na ficção”, dispõe de uma breve abordagem sobre o trajeto epistemológico da Análise do discurso francesa.

Em seguida, discutiremos conceitos basilares da AD, tais como, enunciado, acontecimento discursivo e sujeito discursivo, para, então, partirmos para as análises enunciativas do material desta pesquisa, que são divididas em cinco séries enunciativas como: enunciado assassino, enunciado monstro, enunciado diabo, enunciado louco, enunciado vítima e, por último, no quarto capítulo, discutiremos como o sujeito Orlando Sabino foi construído como monstro/louco pelos discursos que se produziram sobre a história desse sujeito, assim como o modo que se engendra o contra discurso apresentado acerca do sujeito Orlando Sabino, referente à história oficial, notado em outras publicações que sublinham o ponto de vista da história não oficial

## CAPÍTULO 1

### BREVE RELATO SOBRE ORLANDO SABINO E ALGUMAS PUBLICAÇÕES.

Este capítulo destina-se a apresentar algumas publicações que surgiram a partir da história de Orlando Sabino Camargo, nascido em Araongas, no Paraná, em 1946, tendo se tornado conhecido como o monstro de Capinópolis/MG. Segundo Quinam e Patrício, aos 10<sup>1</sup> anos de idade, Orlando Sabino viu seu pai ser assassinado em sua frente. Antes desse fatídico acontecimento, Orlando Sabino era uma criança de baixa estatura e muito atenta aos ensinamentos do pai. A família vivia uma vida tranquila no Vale de São Miguel estado do Paraná, local onde o pai trabalhava como vaqueiro em uma fazenda. Anos mais tarde, Sabino tem a sua história mudada completamente. Sabino foi acusado de estupro, de matar e beber o sangue dos animais que matava, além do assassinato de 12 pessoas a tiros e a pauladas, ou seja, um conjunto de crimes, cujo requinte de crueldade construiu outra versão de Orlando Sabino, diferente da que foi retratada a priori, sobre como era e como se comportava quando criança.

A história oficial<sup>2</sup> sobre Orlando Sabino, ou seja, aquela divulgada pela polícia e reproduzida pela grande mídia, conforme Rosa (2015), é contada e recontada como a do monstro que causou terror às cidades interioranas de Minas Gerais e a pequenos ruralistas, que, com medo de serem mortos, migraram para as cidades, comprometendo o abastecimento de alimentos fornecidos pelo campo, deixando as cidades que dependiam dessas produções rurais em estado de emergência.

Como a polícia local não conseguia capturá-lo, a sua fama se espalhou rapidamente pela região, não apenas como assassino, mas como aquele que tinha um pacto com o demônio ou com o próprio diabo. Segundo Rosa (2015) a população alegava que, em momentos de perseguição, Orlando Sabino desaparecia do nada, o que dificultava, ainda mais, a captura e criava um mistério sobre a sua existência. Os crimes acontecidos foram relatados em publicações apresentadas na revista *Veja* (1972), jornais da região, *O diabo está lá fora* (2013), de Júlio Quinam e Miguel Patrício, *Operação anti-guerrilha* (1979), de Joaquim Borges, entre outros materiais sobre o caso, os quais detalharemos mais adiante, nas pequenas fazendas, que circundavam os municípios dos

---

<sup>1</sup> A informação sobre essa faixa etária de Sabino foi encontrada apenas no livro *O diabo está lá fora*, de Júlio Quinam e Miguel Patrício.

<sup>2</sup> No final desse capítulo faremos um tópico sobre história, no qual definiremos essa concepção e a concepção de história que tratamos na AD.

estados de Minas Gerais e Goiás, classificando Orlando Sabino como o maior matador do Triângulo Mineiro nos anos de 1970.

Destacamos alguns estudos a que tivemos acesso, os quais passaremos a descrever sucintamente, a seguir, para situar as diferentes formas como a história de Orlando Sabino foi relatada:

*O Monstro de Capinópolis* (2015), de Pedro Divino Rosa, conhecido como Pedro Popó, é denominado como livro reportagem, pois é escrito de forma descritiva, sendo que nele o autor descreve as cidades onde os crimes foram cometidos, além de relatar quem foram as vítimas do assassino. O livro também enuncia a natureza dos crimes e o modo como foram executados. O então jornalista Pedro Divino Rosa, vulgo Pedro Popó, residente em Uberlândia, e natural da cidade de Estrela do Sul (MG), se interessou pelo caso a partir dos materiais produzidos pelas mídias na época, fazendo um trabalho de campo e percorrendo os lugares por onde Orlando Sabino passou. Além de militares, autoridades policiais, judiciárias e profissionais da saúde, Rosa foi uma das únicas e últimas pessoas que teve contato direto com Sabino. Com seus estudos, publicou o livro *O Monstro de Capinópolis* (2015), que, em pouco mais de 100 páginas, relata o que apurou. O jornalista, também depôs à Comissão da Verdade do Triângulo Mineiro (2017).

O livro *O diabo está lá fora* (2013), de Júlio Quinam e Miguel Patrício, que será utilizado como *corpus* para recortes enunciativos de análise, é baseado em fatos verídicos e produzido a partir de relatos, documentos, entrevistas, e com testemunhas da época sobre o caso. Os autores autodenominam o livro como uma obra fictícia, que foi catalogada como romance policial, e descreve a história de vários assassinatos cometidos por Orlando Sabino. Dividido em 27 capítulos, o livro inicia narrando a tragédia de um menino de 10 anos de idade, na verdade, Orlando Sabino, que presencia o assassinato de seu pai, no momento em que pai e filho se dirigem à casa de um coronel, para quem o pai de Orlando trabalhou e não havia recebido o pagamento pelos serviços prestados. O coronel não aceita a cobrança e assassina o pai de Orlando, que presencia toda a cena. Logo depois, a narrativa faz um salto temporal, segue outra temática e volta-se para a capital mineira Belo Horizonte/MG, onde há vários relatos das arbitrariedades cometidas pela polícia militar, no caso o **DOPS (Departamento de Ordem Política e Social)**, – criado em 1924<sup>3</sup>, com o objetivo de prevenir e combater crimes de ordem política e social

---

<sup>34</sup>DECRETO N. 4.715, DE 23 DE ABRIL DE 1930 - *Dá regulamento às leis ns. 2054, de 30 de dezembro de 1924, 2172.-B, de 28 de dezembro de 1926, 2210, de 28 de novembro de 1927, 2226-A, de 19 de dezembro de 1927 e 2359, do 24 de dezembro de 1928.* No capítulo V, Artigo 94 desse decreto, apresenta

que colocassem em risco a segurança do Estado. Embora esse órgão tenha sido criado em 1924, apenas em 1964, com o golpe Militar e implantação da Ditadura, foi que ele, efetivamente, teve seu funcionamento. Em outras palavras, esse departamento foi utilizado pela Ditadura Militar para torturar e perseguir pessoas e órgãos que fossem contra o regime político imposto na época. Em seguida, no decorrer da narrativa de *O diabo está lá fora*, desenvolvem-se os relatos de vários assassinatos cometidos com imensa brutalidade em várias regiões do Triângulo Mineiro e Goiás, cujo assassino era denominado de monstro ou diabo, devido à forma como os crimes eram praticados e também pela dificuldade de se capturar o assassino.

Há também uma versão no formato de literatura de cordel, intitulada *História do Homem Mau*, de Francisco Henrique Filho<sup>4</sup>. O livreto versa sobre a história de Sabino, em 75 estrofes de seis versos cada, todos com rima, marcados em algarismo romano. Nesse livreto, o autor conta a saga dos militares na caça ao monstro, tido como o terror de Minas Gerais, e os militares figurados como os salvadores da pátria.

A história de Sabino inspirou também o conto “O Monstro”, escrito por Luiz Vilela, inserido na coletânea de *O fim de tudo*, de 1973. O enredo do conto reelabora um episódio histórico ocorrido em 1972, durante o período da ditadura militar. Mesmo sem mencionar diretamente Orlando Sabino, diversos elementos na narrativa nos permitem entender que a história narrada se refere a Orlando Sabino.

Na mesma perspectiva, o caso sobre Orlando Sabino tornou-se tema de uma música sertaneja com o título *Orlando Sabino*<sup>5</sup>, de Zé Coelho e Libeirinho. Os músicos cantam a história do monstro no Estado de Minas Gerais, relatando o terror causado pelo assassino.

Além das obras literárias, a história de Sabino inspirou estudiosos em pesquisas acadêmicas. Dentre eles, destacamos os Trabalhos Monográficos de Conclusão de Curso de Bacharelado em História da Universidade Federal de Uberlândia. O estudo *Memórias*,

---

as atribuições do DOPS. - São também atribuições da Delegacia de Ordem Política e Social; o processo de entrada de estrangeiros no território nacional, acompanhado do competente registro de fiadores e afiançados e de acordo, com os modelos aprovados pelo Chefe de Polícia; a organização da estatística operária pelos métodos mais adequados ; a fiscalização e observação do trabalho e da movimentação operária e as decorrentes das leis e decretos em vigor; a prevenção e repressão de anarquismo e demais doutrinas da subversão social”. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1930/decreto-4715-23.04.1930.html>.

<sup>4</sup>Não consta o ano da publicação. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/pages/category/Community/Orlando-Sabino-O-Monstro-de-Capim%C3%B3polis-819298338095660/> acesso 20/04/2019

<sup>5</sup>A canção está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eRVPtUIiLAE>

*mitos e rituais: o caso "Orlando Sabino" no Pontal do Triângulo na década de 1970* foi realizado por Luciana Gonçalves de Lima, em 2006. A autora relata que

Inicialmente, a pesquisa do fato se deu no Arquivo Municipal de Uberlândia em julho de 2002, no jornal *Correio de Uberlândia* dos meses de março e abril de 1972 e na revista *Manchete* de 25 de março de 1972. Apesar de não encontrar outras fontes de divulgação no arquivo, é importante acrescentar que o caso teve repercussão na revista "O Cruzeiro", "Realidade", *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *Estado de São Paulo*, *Jornal Lavoura e Comércio*, diários de Belo Horizonte e outros. (LIMA, 2006, p. 08).

Lima (2006) conta que obteve ajuda de alguns moradores de Capinópolis para encontrar outras fontes sobre o caso e indica o livro de literatura infanto-juvenil *Drácula Tupiniquim*, além de um livro de literatura de cordel *História do Homem Mau*. Na biblioteca da Escola *Municipal* Presidente Tancredo de Almeida Neves, encontrou o livro de Joaquim Borges, intitulado *A Prova do Crime*, no qual o autor afirma que “toda ação policial desencadeada pela polícia teria sido a partir de suspeitas de que um guerrilheiro se escondera no Pontal” (LIMA, 2006, p. 08). Esse guerrilheiro seria um paraguaio clandestino que se chamava Geraldo Martinez Herrera, e que estaria circulando no Triângulo Mineiro como andarilho, procurando serviços como trabalhador rural nas fazendas, por onde andava Sabino. Daí talvez o motivo de o Exército e o DOPS terem sido acionados para a caçada. Mas a característica mais relevante dessa pesquisa, ao nosso ver, é o fato de o trabalho se desenvolver a partir de fontes orais, analisando a memória que os moradores reelaboraram em torno do fato. Lima entrevistou moradores da cidade de Capinópolis (MG) e escolheu trabalhar o caso Orlando Sabino, e seus respectivos enfoques, a partir da fonte oral como eixo central do seu trabalho, porque, para ela, “somente o testemunho das pessoas que fizeram parte dessa história poderia recuperá-la, construindo uma interpretação do vivido” (LIMA, 2006 p.10). A autora ressalta, ainda, que não era preocupação do trabalho reconstituir a história de Orlando Sabino e apontar um culpado ou não dos crimes cometidos. Escolheu recuperar o que os indivíduos haviam registrado na memória, para, através dos relatos, compreender e analisar a repercussão que o caso teve, pois é considerado parte da história de Capinópolis e de outras regiões do Pontal do Triângulo, permanecendo no imaginário de boa parte da população dessas regiões.

Outro trabalho acadêmico consultado foi *A passagem de Orlando Sabino por Tupaciguara-MG nos anos 1970*, desenvolvido por Clênio Tavares Ribeiro, que, por meio de pesquisa e entrevista com antigos moradores, faz um levantamento da história de

Sabino, e, assim, discute o seu trabalho a partir dos relatos orais, expondo discrepâncias entre o fato real e o fato gravado na memória da população que vivenciou tal época.

Por último, tomaremos, como apoio para a nossa pesquisa, o artigo científico na área da Psiquiatria, que volta seus estudos para a perspectiva do sujeito empírico, analisando o caso do ponto de vista psiquiátrico, com o título “Orlando Sabino: analisador da psiquiatria, política, justiça e mídia nos anos 1970”. Este estudo foi desenvolvido em forma de artigo científico e publicado na *Revista de Ciências Sociais e História* da Universidade Federal de São João Del-Rei, número 2, no ano de 2015. O conceito de análise utilizado no artigo originou-se na teoria da análise psiquiátrica, e se refere a pessoas, episódios ou coisas que, por si só, fazem aparecer peculiaridades da estrutura social. O artigo retoma a história de Sabino, desde as lembranças que tinha acerca de sua família paranaense, e o seu entorno, destacando a prisão de Sabino, o diagnóstico de oligofrenia<sup>6</sup>, seu encaminhamento para o manicômio judiciário de Barbacena, em Minas Gerais, onde permaneceu por mais de 38 anos, quando foi encaminhado para uma residência terapêutica, ali residindo até sua morte em 2013. Notamos, nessa pesquisa, apenas um levantamento de informações sobre o caso e, em poucas passagens, os autores questionam o tratamento e julgamento dados a Orlando Sabino, uma vez que os crimes foram cometidos em várias regiões do Triângulo Mineiro, sendo, praticamente, impossível a uma pessoa se deslocar, a pé, tão rapidamente para cometer outro crime em outros locais.

Assim como na obra de Júlio Quinam e Patrício, supracitada, a revista *Veja*, nos anos de 1972, também relatou, em uma de suas reportagens, a história de vários assassinatos ocorridos na região do Triângulo Mineiro, e divulgou, na época, a história oficial dos crimes, onde aconteceram e como aconteceram, atribuindo ao assassino a alcunha de monstro, flagelo e maldição. A imprensa fez a cobertura jornalística do caso desde o início, momento em que foram divulgados os crimes, até os momentos críticos em que os políticos da região decretaram situação de calamidade pública. A imprensa acompanhou a convocação das forças armadas até a captura do monstro e a exposição dele na carroceria de uma camioneta, além da sua exibição, em praça pública, como um troféu. A revista dispõe a reportagem em duas edições, respectivamente, a de número 183

---

<sup>6</sup> Segundo o dicionário ilustrado da saúde, Oligofrenia é o mesmo que deficiência mental.

e a de número 184, ambas do ano de 1972, as quais serão utilizadas como recortes enunciativos para análise deste estudo.

Em contraposição à história divulgada na revista *Veja* sobre o caso Orlando Sabino, exploraremos, como *corpus* de análise, para esta pesquisa, a publicação de Joaquim Borges *Operação anti-guerrilha – Quarto poder* (1979), a qual apresenta, também, uma versão contrária à construída pela narrativa do livro *O diabo está lá fora* e da reportagem da revista *Veja*. Joaquim Borges descreve que aconteceram os crimes sim, mas acrescenta que Orlando Sabino fora julgado, preso, internado em um manicômio, depois o caso retorna à Justiça, momento em que Orlando Sabino foi declarado inocente por falta de provas. No entanto, continuou em cárcere, em um manicômio judiciário, e a sua inocência nunca foi divulgada. Anos mais tarde, o caso é retomado da Comissão da Verdade do triângulo Mineiro. Segundo Borges:

Provada a inocência de Orlando Sabino, a reportagem manteve contatos com diversas autoridades sobre a possibilidade de sua libertação em face de sua absolvição pela justiça e a resposta obtida gravitou em torno de sua presumível doença mental. A opinião unânime dos entrevistados era que Orlando Sabino foi examinado por junta médica especializada e declarado oligofrênico e em virtude disso deverá ser mantido internado no manicômio judiciário. (BORGES, 1979, p. 35)

O autor questiona essa possível doença mental decretada pela junta médica, como também a forma como foi feito todo aparato para a captura do monstro, com estrutura de guerra e com o nome de operação “Agulha no Palheiro”, criada para caçar um simples homem demente.

Ainda refutando os discursos divulgados pelos meios de comunicação, temos o E-book<sup>7</sup> do Relatório da Comissão da Verdade do Triângulo Mineiro (2017), que é uma comissão que pesquisa e denuncia os crimes cometidos no período da Ditadura Militar no Brasil, na região de Minas Gerais. Em sua abordagem sobre Orlando Sabino, esse Relatório descreve que *O Monstro de Capinópolis* é, sem dúvida, um dos principais personagens do folclore triangulino da segunda metade do século XX. Reproduzido, na época, como uma criatura antissocial e repulsiva, que praticava assassinato de animais e homicídio de pessoas inocentes, a sangue frio. Sua figura amedrontou os habitantes do Triângulo e do Alto Paranaíba, na década de 1970 e, ainda hoje, é retomada como uma lembrança ruim pelos moradores dessa região. Afirma ainda que a alcunha de monstro

---

<sup>7</sup>[http://www.edufu.ufu.br/sites/edufu.ufu.br/files/e-book\\_relatorio\\_ii-comissao\\_da\\_verdade\\_0.pdf](http://www.edufu.ufu.br/sites/edufu.ufu.br/files/e-book_relatorio_ii-comissao_da_verdade_0.pdf)

para Sabino é injusta, uma vez que as pesquisas realizadas apontam que os possíveis assassinatos se deram por questões políticas, diretamente ligadas à ditadura.

Nota-se que é significativa a produção de leituras e interpretações sobre o caso Orlando Sabino, pois abordam questões relativas aos crimes do Regime Ditatorial, a questão do poder, a história consagrada na memória de um povo, a criação de um mito e também violência dos crimes relatados, transpostos em obras literárias, músicas e pelas mídias em geral. Contudo, nos atentaremos, para o desenvolvimento desta dissertação, apenas às obras referidas anteriormente, e, exclusivamente, ao material midiático produzido pela Revista *Veja*, em suas edições de número 183 e 184, ambas do ano de 1972. Tal escolha se atém aos limites desta dissertação, visto que trazer todos esses estudos para o momento exigiria mais tempo e outras opções metodológicas. As demais obras poderão ser evocadas apenas a título de contraponto, ficando esse material mais amplo para estudos posteriores a esta pesquisa.

Todos esses trabalhos fazem parte dos discursos construídos acerca do sujeito Orlando Sabino, que foi eternizado no imaginário da população mineira. Dessas obras, algumas serão utilizadas como material de análise, e outras serão usadas como material de apoio, a fim de contribuir para a produção do texto desta dissertação. Para compreender os vários discursos produzidos sobre o sujeito Orlando Sabino, é importante falar da história e das condições de possibilidades de existências dessas obras e do caso Sabino, o tópico a seguir abordará essas relações.

### **1.1 Arquivo e memória: condições históricas de possibilidades dos discursos**

Como forma de adentrar aos discursos produzidos sobre Orlando Sabino, se faz necessário estudar os conceitos de arquivo, história e memória, uma vez que os sujeitos discursivos são constituídos socio-historicamente na e pela linguagem. Portanto, vamos buscar conhecimento sobre o conceito de arquivo, em Foucault, primeiramente, para, em seguida, abordarmos os conceitos de história e memória.

A palavra arquivo nos remete, em um primeiro momento, devido a sua etimologia latina, a *archívum*, a um lugar onde se guardam documentos para preservar uma memória ou uma cultura. Porém, Foucault (1995) dá um sentido diferente ao termo, definindo a palavra arquivo nesses termos:

O arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. [...] O

arquivo não é o que protege, apesar de sua fuga imediata, o acontecimento do enunciado e conserva, para as memórias futuras, seu estado civil de foragido; é o que na própria raiz do enunciado-acontecimento e no corpo em que se dá, define, desde o início, o<sup>8</sup> sistema de sua enunciabilidade. (FOUCAULT, 1995, p. 149).

O arquivo como sistema de discursividade, segundo Foucault (1995, p. 146), parte de um *a priori histórico*, que tem o papel de unificar as disciplinas científicas. É o *a priori histórico* que permite a reunião de campos de discussão, unidades temáticas e identidades formais. É o que permite que uma reunião de textos, abrangendo assuntos diversos, produzidos em determinado tempo e espaço, possam ser organizados como pertencentes a uma mesma formação discursiva.

O a priori [...] deve dar conta do fato que o discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma história específica que não o reconduz às leis de um devir estranho. Deve mostrar, por exemplo, que a história da gramática não é a projeção, no campo da linguagem e de seus problemas, de uma história que seria, em geral, a da razão ou de uma mentalidade; de uma história que, de algum modo, ela compartilharia com a medicina, a mecânica, ou a teologia; mas que ela comporta um tipo de história – uma forma de dispersão no tempo, um modo de sucessão, de estabilidade de reativação, uma rapidez de desencadeamento ou de rotação – que lhe pertence particularmente, mesmo se estiver em relação com outros tipos de história. (FOUCAULT, 1995, p. 146 -147)

No entendimento de Simioni (2016, p. 177), a partir de Foucault, o *a priori* também é mais do que uma identidade conceitual ou uma unidade temática, uma vez que as funções enunciativas das proposições linguísticas não são a únicas que definem os campos temáticos de estudos. O *a priori histórico* constitui a condição de realidade para enunciados. É um conjunto de regras que determina uma prática discursiva, e essas regras fazem parte da prática discursiva e da rede histórica de discursos. São essas regras que contribuem para a organização em linhas temporais, em sucessões de problemas e soluções, e em unidades temáticas e problemáticas que fazem a história parecer uma realidade linear, em que os fatos acontecem uns depois dos outros, uns por causa dos outros.

Desse modo, o *a priori histórico* “disciplina” isolando temas e discussões agrupando-os na forma de uma unidade temática organizada. O *a priori histórico* “traça um “cordão sanitário”, que separa o que pode ser dito daquilo que não pode ser dito em determinado campo de conhecimento, em determinado contexto de fala, em determinada “disciplina” (SIMIONI, 2016, p. 178).

---

<sup>8</sup> Destaque do autor

Assim, quando falamos em Orlando Sabino, uma série de discursos, produzidos pela linguagem, emerge, e nos conduz para o fato histórico que nos leva a refletir sobre a construção socio-histórica do *Monstro de Capinópolis*. Para tal reflexão, abordaremos os conceitos de história para uma análise discursiva do nosso material de pesquisa.

Primeiramente, destacamos que, tanto a história tradicional quanto a perspectiva histórica que acolhe o descontínuo, trabalham com discursos. A diferença é o modo como cada uma trata essa questão. A história tradicional trata do discurso na sua continuidade, enquanto a História Nova trata do discurso em sua descontinuidade.

Foucault (1995), na introdução da obra *Arqueologia do Saber*, aborda a questão da história e seus desdobramentos. É possível inferir, em suas análises, que a noção de descontinuidade não se deve unicamente à oposição à linearidade contínua da história tradicional, mas, principalmente, à recusa ao primado do sujeito e à ideia de origem metafísica. É recusando a ideia de que há uma verdade única a principiar uma história, que a noção de descontinuidade se justifica. A descontinuidade histórica se coloca contrária à existência de um sujeito universal, ao primado do sujeito. Podemos dizer, então, que a noção de descontinuidade se opõe; enfim, às pesquisas de “origem”. Foucault critica a história tradicional, a história das continuidades, em diálogo com a *História Nova*. Podemos dizer que a história contínua é aquela que constitui o projeto de uma história global. É a história que busca pela reconstituição do “rosto” de uma época, de suas continuidades, de sua evolução, de sua significação comum na linha contínua e harmoniosa de sua história,

[...] é o que procura reconstituir a forma de conjunto de uma civilização, o princípio - material ou espiritual – de uma sociedade, a significação comum a todos os fenômenos de um período, a lei que explica sua coesão - o que se chama metaforicamente o ‘rosto’ de uma época (FOUCAULT, 1995, p. 11).

A escrita histórica de um fato, seguindo os princípios dessa forma de história, dessa lógica evolutiva em que o desenvolvimento é contínuo, em que há um pensamento linear, leva a um sujeito dono de sua morada, pois ela

[...] é o correlato indispensável à função fundadora do sujeito: a garantia de que tudo que lhe escapou poderá ser devolvido; a certeza de que o tempo nada dispersará sem reconstituí-lo em uma unidade recomposta; a promessa de que o sujeito poderá, um dia - sob a forma da consciência histórica -, se apropriar, novamente, de todas essas coisas mantidas à distância pela diferença, restaurar seu domínio sobre elas e encontrar o que se pode chamar sua morada. (FOUCAULT, 1995, p. 14).

A história global, ou história tradicional, dedica-se a construir uma explicação totalizante que visa restituir a continuidade do devir histórico como nos relata Rago (1995):

Trata(va)-se então, para o historiador, de compreender o passado, recuperando sua necessidade interna, recontando ordenadamente os fatos numa temporalidade seqüencial ou dialética, que facilitaria para todos a compreensão do presente e a visualização de futuros possíveis (RAGO, 1995, p. 68).

Na mesma direção, Navarro (2008), em diálogo com Foucault, nos ensina que a História Oficial procura reconstruir o rosto de dada sociedade, partindo do pressuposto de que prevalece, sobre suas bases econômicas e sociais, somente uma única e mesma forma de se fazer história.

Foucault nos apresenta o projeto de história geral, que privilegia a pluralidade de acontecimentos em sua dispersão. Ou seja, um projeto que tem, na descontinuidade, o elemento de sua constituição: “Uma descrição global cinge todos os fenômenos em torno de um centro único - princípio, significação, espírito, visão do mundo, forma de conjunto; uma história geral desdobraria, ao contrário, o espaço de uma dispersão” (FOUCAULT, 1995, p. 12).

Opondo-se à história cronológica, Foucault privilegia a noção de História Nova e reinventa uma nova forma de análise em que o historiador

[...] deixa de buscar o reencontro com a totalidade da história e também aceita a impossibilidade de reconstituir integralmente o sujeito a partir da história [...] Dessa forma, é preciso renunciar à crença de que seja possível chegar à irrupção de um acontecimento verdadeiro, pois jamais seria possível ao homem dele reapoderar-se integralmente – e, conseqüentemente, de si mesmo. Nessa concepção passa-se a tratar o acontecimento no jogo de sua instância, na pontualidade em que aparece e em sua dispersão temporal (SARGENTINI, 2004, p. 86).

A História Nova apregoa a descontinuidade da história e é utilizada pela teoria da Análise do Discurso de linha francesa (AD), para mostrar como o discurso se constitui, e como a memória coletiva é relevante para a formação dos enunciados, e, conseqüentemente, para a constituição do sujeito discursivo. A esse respeito, Foucault (1995) acrescenta:

Um dos traços mais essenciais da História Nova é, sem dúvida, esse deslocamento do descontínuo: sua passagem do obstáculo à prática; sua integração no discurso do historiador, no qual não desempenha mais o papel de uma fatalidade exterior que é preciso reduzir, e sim o de um conceito operatório que utiliza”. (FOUCAULT 1995, p.10)

Foucault propõe tratar o acontecimento histórico no jogo da sua emergência no discurso, tentando mostrar como os sujeitos discursivos puderam se formar na dispersão dos enunciados, não obedecendo, portanto, à facticidade unilinear do devir histórico. Nesse sentido, a História Nova

[...] dissociou a longa série constituída pelo progresso da consciência, ou a teleologia da razão, ou a evolução do pensamento humano; pôs em questão, novamente, os temas da convergência e da realização; colocou em dúvida as possibilidades da totalização [...] dessa cronologia contínua da razão, que se deixa remontar invariavelmente à inacessível origem, à sua abertura fundadora [...] (FOUCAULT, 1995, p. 9).

Foucault (1995) trata a história como um sistema de dispersão de enunciados, pois a história não é um dado inquestionável, e questiona a noção de documento como portador de verdade indubitável, colocando, em seu lugar, a noção de monumento. Segundo Foucault (1995, p. 8) “a história, na sua forma tradicional, consiste em “memorizar” os monumentos do passado, em transformá-los em documentos e fazer falarem estes rastros que, por si mesmos, raramente são verbais”. A escrita da história, nesse posicionamento, nos apresenta apenas um valor de verdade, assumindo um valor descritivo. Percebemos, então, que Foucault discute a noção de história a partir de dois eixos, um da história contínua, centrada num caráter global, diacrônico, e o outro pela história descontínua, tendo como base os discursos, material, produzido pelas relações de saber e poder. Por isso, Foucault (1995) teoriza que a história é descontínua, embora a perspectiva globalizante e tradicional insista na continuidade e homogeneidade, excluindo aquilo que destoa, ou seja, apaga as diferenças para estabelecer discursos históricos, onde seja possível o estabelecimento de um sistema de relações homogêneas. Na *Arqueologia* Foucault (1995) afirma que:

Havia um tempo em que a arqueologia, como disciplina dos monumentos mudos, dos rastros inertes, dos objetos sem contexto e das coisas deixadas pelo passado, se voltava para a história e só tomava sentido pelo restabelecimento de um discurso histórico; poderíamos dizer, jogando um pouco com as palavras, que a história, em nossos dias, se volta para a arqueologia – para a descrição intrínseca do monumento. (FOUCAULT, 1995, p. 8)

Dessa forma, no desenvolver dessas postulações teóricas, esse autor vai esclarecer os conceitos e diferenças entre história geral e história global, junto aos conceitos de descontinuidade e continuidade, que caracterizam cada uma. Foucault alega que a história mudou sua posição em relação ao estruturalismo: “já há bastante tempo que os historiadores identificam, descrevem e analisam estruturas, sem jamais se terem

perguntado se não deixavam escapar a viva, frágil e fremente “história” (FOUCAULT, 1995, p. 13), pois não se trata apenas de ler o documento como tal, ou de interpretar, ou de provar a verdade a partir do que é dito nele, mas sim de trabalhar com os discursos no interior do documento e elaborá-lo, monumentalizando-o, pois a análise da história organiza as formas e distingue o que é pertinente e o que não é, define unidades e descreve relações, e como essas relações se enraízam no poder, por isso que o documento histórico não é apenas um relato ou um local onde o historiador apenas colhe as verdades produzidas, como ressalta Foucault.

O documento não é o feliz instrumento de uma história que seria em si mesma, e de pleno direito, memória: a história é, para uma sociedade, uma certa maneira de dar *status* e elaborar a massa documental de que ela não se separa. (FOUCAULT, 1995, p. 8)

De modo análogo com a informação apresentada por Foucault (1995), Burke (1992), ao discutir sobre História Nova, concorda que a história tem várias abordagens, pois “tudo tem uma história”, uma vez que a base filosófica da Nova História é uma ideia de que a realidade é social e culturalmente construída, ou seja, fabricada por discursos. Isso fica claro ao comparar a história tradicional com a história nova, quando esse autor mostra os postulados da “história vista de baixo” (História Nova), enquanto aquela retrata os feitos dos grandes homens, da política, dos estadistas, tal como a história relatada acerca do caso Orlando Sabino, que se insere no campo da História vista de baixo. Ou seja, da história do homem sem voz, da cultura popular, dos excluídos, dos vistos à margem da sociedade. Nesse sentido, Orlando Sabino é considerado um homem “sem história” ou melhor dizer, um homem com existência infame. Do ponto de vista da História vista de cima, ou História oficial, o sujeito Orlando Sabino teve sua existência marcada como monstro, enquanto os militares foram alçados à condição de heróis, pois “fizeram justiça”. Foucault (1995) ensina que:

A história, na sua forma tradicional, se dispunha a “memorizar” os monumentos do passado, transformá-los em documentos e fazer falarem estes rastros que, por si mesmos, raramente são verbais, ou que dizem em silêncio coisa diversa do que dizem; em nossos dias, a história é o que transforma os documentos em monumentos e que desdobra, onde se decifram rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos. (FOUCAULT, 1995, p. 8)

Outros estudiosos do assunto, também refletem sobre essa questão, como Albuquerque Júnior (2004 p. 5), que, em seus estudos sobre a historiografia a partir de Foucault, afirma que “história não é vista como uma trajetória de queda ou de levantamento, ao contrário, como um percurso que marca uma ascendência”. Albuquerque Júnior (2004) concorda com a teoria foucaultiana no que diz respeito à descontinuidade da história, uma vez que a história não é linear, mas feita de fragmentos históricos, e que cada fragmento estabelece, na história, um sentido diferente, uma vez que existem outros ditos e outros acontecimentos que emergirão em outro momento da história. Segundo Foucault (1995):

O descontínuo era, ao mesmo tempo, o dado e o impensável; o que se apresentava sob a natureza dos acontecimentos dispersos – decisões, acidentes, iniciativas, descobertas – e o que mais devia ser, pela análise, contornando, reduzido, apagado, para que aparecesse a continuidade dos acontecimentos. A descontinuidade era o estigma da dispersão temporal que o historiador se encarregava de suprimir da história. (FOUCAULT, 1995, p. 9 -10)

Também há estudos importantes de Peter Burke (1992), em que o autor estabelece que a História Nova é a ideia de que a realidade é social e culturalmente constituída, contrapondo a história tradicional, que oferece uma visão de cima, no sentido de que tem sempre se concentrado nos grandes feitos dos grandes homens, estadistas, generais ou, ocasionalmente, eclesiásticos. Enquanto isso, ao resto da humanidade, foi destinado um papel secundário no drama da história.

Já, para De Certeau (1982), a história se define inteira por uma relação da linguagem com o corpo (social), e, portanto, também pela relação com os limites que o corpo impõe, seja pela maneira do lugar particular de onde se fala, seja à maneira do objeto do qual se fala. É nessa perspectiva da história que pretendemos trilhar os caminhos desta dissertação, para tratar das exposições midiáticas, no interior dos relatos, analisando os discursos que historicizam e objetivam o sujeito Orlando Sabino.

As abordagens históricas se fizeram aqui necessárias, para entendermos a relação da história com os discursos que foram disseminados nos anos de 1970 a 1972, sobre o sujeito Orlando Sabino, assim como conceitos e termos que, a todo momento, serão retomados nesta dissertação, pois são essenciais para compreender a constituição do sujeito Sabino. Assim, afirmamos que a história de Orlando Sabino se inscreve em pleno período Militar, cujo regime se impôs pela força, pela opressão e por uma organização de poder que se situava diante do desafio de encontrar meios de legitimidade para suas ações.

A partir desses conceitos e apontamentos sobre a escrita da história, entendemos também que vale agregar os conceitos de memória, pois ela é um fato social, cultural e discursivo. Mais do que aceitar que a memória é social, acreditamos que é necessário dizer que ela se constitui como tal, ou seja, é preciso especificar seus modos sociais de ser, e o porquê de, então, ainda a chamarmos de memória. Pêcheux, em abordagem sobre memória discursiva, declara que:

A memória se reporta não os traços corticais dentro de um organismo, nem aos traços cicatríciais sobre este organismo, nem mesmo aos traços comportamentais depositados por ela no mundo exterior ao organismo, mas sim a um conjunto complexo, preexistente e exterior ao organismo, constituído por séries de tecidos de índices legíveis, constituindo um corpus sócio histórico de traços. (PÊCHEUX, 2011, p. 144)

A memória discursiva trata da recorrência de dizeres que emergem a partir de uma contingência histórica específica, podendo ser atualizada ou esquecida conforme o processo discursivo. É algo que fala sempre, antes, em outro lugar. A memória discursiva não é “lembrança pessoal”, mas um evento que vem de uma esfera coletiva e social, recuperada pelos discursos. É a memória discursiva quem produz as condições necessárias para um funcionamento discursivo e para a interpretação de textos. A esse respeito Pêcheux acrescenta: “memória deve ser entendida aqui não no sentido diretamente psicologista da “memória individual”, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador”. (PÊCHEUX, 2010, p. 50)

Ainda com Pêcheux, acrescentamos que são as redes de memória que possibilitam a retomada de discursos já ditos e os atualiza à historicidade do acontecimento. A estruturação da discursividade do acontecimento se constitui pela materialidade de uma memória social determinada historicamente como bem definiu Pêcheux (2010):

A memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os implícitos “ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré - construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (PÊCHEUX, 2010, p.52)

É pela língua que é possível materializar os índices legíveis da memória. Segundo Orlandi (1999, p. 32), fundamentada em Pêcheux “O dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas”. Ou seja, quando falamos, nossas palavras já vêm carregadas de sentidos, marcadas por significados cunhados no bojo de relações sociais, isso quer dizer que há sempre um já-lá. Em outras palavras: antes do ato da enunciação, existe uma memória do dizer que não se traduz como sinônimo de arquivos, museus, acervos etc., uma vez que não é física, no plano da materialidade institucional. A memória discursiva é entendida como um saber anterior sobre o que está sendo dito; é como uma superfície de sentidos já dados anteriormente. É uma condição para que a língua funcione e faça sentido. Dessa forma, podemos afirmar que o conceito de memória discursiva é imprescindível para analisar o sujeito discursivo Orlando Sabino, uma vez que, buscar os sentidos no complexo arquivo de enunciados ditos, em um período histórico particularmente restritivo à liberdade, requer toda nossa atenção para o sistema que rege o aparecimento dos enunciados, e para de lá extrair os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc., como recomenda Pêcheux (2010).

## **1.2 Orlando Sabino: um sujeito “sem história” na história**

Existem alguns dizeres que se tornaram parte da sabedoria popular, tais como: “Um povo sem história é um povo sem memória”, “Um ser humano sem história é um livro sem letras”. E “Um homem sem memória é um homem sem raízes”. Tais dizeres nos levaram a pensar na condição humana do andarilho Orlando Sabino, que entrou para a história sem ter noção de quem era/ou se tornou Orlando Sabino.

Devido ao ar de mistério engendrado em torno dos fatos acontecidos na época, o caso de Sabino tornou-se matéria de jornais, como também se produziu um conjunto de textos que, tanto o elaboraram do ponto de vista da História Oficial, ou seja, aquele cuja voz reproduziu o discurso divulgado como “a verdade” sobre os fatos produzidos pela Ditadura Militar, quanto daqueles que se debruçaram sobre o caso de Sabino, produzindo outros discursos diferentes da verdade “oficial”, divulgada pelo estado brasileiro.

A história Oficial, conceituada como a história vista de cima, trata de verdades construídas a partir de uma determinada ação de poder. Geralmente é contada de um único ponto de vista, tendo como temática principal os grandes feitos de heróis, deuses, reis, governos, polícia, entre outras instituições que governam ou lideram uma sociedade. Em contrapartida, temos a História não oficial, que é a história vista de baixo, a História Nova,

na qual as narrativas são descritas por outro ponto de vista, não mais aqueles dos grandes acontecimentos, mas, em uma perspectiva analítica, que privilegia a descontinuidade, uma ruptura cuja natureza de problematização, questiona as verdades universais e/ou oficiais, para mostrar que, verdades são construídas a partir de discursos que reelaboram a história, produzindo outras abordagens e análises dos documentos.

No intuito de analisar o sujeito discursivo Orlando Sabino, revisamos, em especial, os conceitos de história e memória, para verificarmos sob quais condições o discurso acerca de Orlando Sabino foi construído.

Apesar de ter se passado quase cinco décadas, a história ainda permanece viva no imaginário social dos moradores dessas pequenas cidades interioranas, onde são narrados os fatos sobre Orlando Sabino. Para entender como se deram tais acontecimentos, realizamos uma primeira revisão da literatura sobre Orlando Sabino, constatando que, até o presente momento, não foram encontrados estudos e/ou pesquisas na área de Análise do Discurso (AD), mais especificamente, que analisam essa história do ponto de vista da análise do sujeito discursivo Orlando Sabino, ou seja, aquele construído no e pelos discursos que sobre ele foram produzidos. Se os trabalhos, então, produzidos apontam para uma abertura quanto às possibilidades de investigações que a história de Orlando Sabino pôde oferecer, nosso objetivo vai ao encontro de novos olhares, buscando abrir opções de análise, além de contribuir, de alguma maneira, trazendo para a perspectiva da Análise do Discurso, outro gesto de leitura sobre Orlando Sabino.

Não nos interessa apontar, aqui, quais dos estudos ou obras supramencionadas trazem a verdade sobre o sujeito Orlando Sabino, mas sim, apresentar as condições em que essas verdades foram criadas para que Orlando Sabino fosse objetivado na condição de monstro. Para isso, discutiremos as condições socio-históricas da época, que possibilitaram a formação desse sujeito discursivo denominado monstro; e também, como as emergências dos enunciados apontados nas reportagens e nas obras escolhidas para este estudo possibilitaram tal acontecimento.

A história de Orlando Sabino nasce em meio a lutas políticas por liberdade, igualdade, justiça e, nesse entremeio, está a ditadura militar no Brasil, que, pela força e imposição, causa o medo, instala o terror e implanta a opressão. Habert (2001) comenta sobre os aparelhos repressivos utilizados pela Ditadura militar.

Ser preso por qualquer um desses órgãos significava, invariavelmente, a tortura e, para muitos a morte. Os assassinatos eram encobertos com versões falsas de “atropelamentos” ou “morte em tiroteio” que eram divulgadas pelos meios de comunicação. Ou simplesmente as

autoridades negavam ter feito as prisões. [...] A arbitrariedade e a violência do Estado ditatorial não se limitaram ao combate a esquerda organizada, operários, estudantes e intelectuais, projetando-se na sociedade um clima de medo, insegurança e intranqüilidade. (HABERT, 2001, p. 28)

A ditadura militar contribuiu para fertilizar o imaginário humano já amedrontado, ainda mais em regiões onde o poder é centralizado e o discurso comum gira em torno das crenças e das superstições religiosas. Muitos historiadores discutem como essa atmosfera de medo se torna propícia à criação de monstros e inimigos a serem combatidos pela repressão, inclusive, com o apoio do Estado.

Inserir um breve apontamento sobre a Ditadura militar no Brasil, e, em especial, discorrer sobre a atuação desse poder ditatorial na região do Triângulo Mineiro, se faz necessário para compreender o regime político e histórico em que se inscreve o caso Orlando Sabino. Desse modo, apresentaremos a relação entre a autocracia e a democracia para a juricidade do regime militar.

O começo da juricidade do regime Militar pode estar assentado, nos poderes autocráticos e democráticos, na qual Rezende (2013, p. 29) entende que “em bases absolutamente autocráticas e/ou ditatoriais; o processo de adesão e reconhecimento decorrente destas bases não inviabiliza a sua existência”. O poder ditatorial se define como tal a partir desses elementos. Ou seja, para Rezende (2013 p. 29), “se este for democrático, a natureza da legitimidade também o será, sendo ele autocrático, o princípio da legitimidade situa-se, também, nesta base”. O alicerce em que a legitimidade estabelecia o seu empenho, para obter reconhecimento dos diversos segmentos sociais, para os seus atos, medidas, ações e desígnios eram, eminentemente, absolutistas. Dessa forma Rezende (2013) indica que:

Os valores de preservação da família, da escola, da harmonia no trabalho, da propriedade, da obediência às normas políticas e jurídicas que se estabeleciam, eram apontados pelo regime como garantidores de uma suposta ordem democrática e da suposta forma de sociedade que estaria sendo criada. (REZENDE, 2013, p. 29)

Com isso, o fortalecimento dos valores introduzidos pela ditadura expressava, segundo os condutores do regime, o fortalecimento do Estado no sentido ansiado pelo golpe de 1964. A notabilidade dos valores de integração, harmonia, ordem e disciplina, tinham, na família, na remodelação da escola, segundo os padrões do novo regime, a proteção da propriedade, do direito de crença religiosa, dentre outros, e formava, indubitavelmente, a subjetividade de uma larga maioria de cidadãos.

Por isso, os atos institucionais e constitucionais criados pelos Militares, por exemplo, não se constituíam em obstáculos para que o golpe tentasse construir sua anuência, tendo em vista que a busca autocrática de licitude não resultava da existência de uma ordem jurídica legal. Sobre essa questão, Rezende (2013) afirma que

A pretensão de legitimidade não significava, portanto, uma forma de estabelecer limites ao poder ditatorial, uma vez que tais limites somente podem ser fixados com base na capacidade operacional das diversas forças sociais. E isto o regime lutava para cortar na raiz, insistindo sempre que esta devia ser substituída pela não-contestação, pela harmonia, pela integração, dentre outras. (REZENDE, 2013, p. 44)

Em vista disso, a ditadura militar no Brasil se estabeleceu, pois, ela, de certo modo, atendia aos valores investidos da classe dominante; e as demais classes, que lutavam por igualdade, justiça e informação foram perseguidas e silenciadas.

A região do Triângulo Mineiro, em Minas Gerais, local formado por pequenas cidades, e cercada por camponeses, também foi alvo de perseguição pela ditadura, em busca de cidadãos que lutavam contra o regime. Segundo Lacerda Filho (2011), é preciso lembrar que, no Triângulo Mineiro<sup>9</sup>,

Um grupo de vinte militantes do PCB que conseguiu escapar da prisão decidiu montar um foco guerrilheiro. Havia o entendimento de que a guerrilha era a melhor opção para derrubar a ditadura recém-instalada. Militantes clandestinos, alguns ligados ao PCB e outros ao brizolismo, fundaram, em 1965, o MNR: Movimento Nacional Revolucionário. Por conta de contatos com outros grupos da América Latina, militantes do MNR foram deslocados até Cuba para participarem de treinamentos militares, visando à implantação de três focos guerrilheiros no Brasil: um no sul do País, outro no Norte e um terceiro no Brasil Central. (LACERDA FILHO, 2011, s/p)

Lacerda Filho (2011), jornalista do *Jornal da Manhã*, de Uberaba/MG, relata que, em julho de 1967,

Todos foram presos, delatados por um agente da repressão infiltrado no grupo. [...]”. À época, os grandes jornais brasileiros noticiaram fartamente a desarticulação do que seria a “Guerrilha do Triângulo Mineiro”, por obra da atuação perseguidoras dos órgãos de segurança do regime civil-militar. No início de 1968, todos foram libertados. (LACERDA FILHO, 2011, s/p.)

Foi nesse cenário que Orlando Sabino deixa de ser apenas um andarilho que perambulava na região pedindo comida, para se tornar o terror interiorano de Minas Gerais, pois os acontecimentos históricos, a partir dos discursos produzidos, já o

---

<sup>9</sup> [http://jmonline.com.br/novo/?noticias,22,ARTICULISTAS,43335/Mozart Lacerda Filho](http://jmonline.com.br/novo/?noticias,22,ARTICULISTAS,43335/Mozart%20Lacerda%20Filho), acesso em 11 nov. 2018

caracterizavam como o “diabo”. As verdades construídas pelas crenças e superstições, a partir da constituição histórica das pessoas daquela região do Triângulo Mineiro, foram fomentadas para que não se vissem outras verdades, tais como a possibilidade de tais crimes serem execuções cometidas pela Ditadura Militar, uma vez que o Triângulo Mineiro foi uma região onde se encontravam muitos refugiados da Ditadura, e, como alegavam, na região, havia um grupo de resistência, como está dito no texto a seguir.

O documento produzido pela *Comissão da Verdade* (2017) traz dados que nos ajudam a reforçar esta afirmação.

Por exemplo, o jornalista uberabense Joaquim Borges desconfiou que a prisão de Orlando Sabino tratava-se, na verdade, de artifício utilizado pela Ditadura para encobrir perseguições políticas a grupos de resistência aos militares que estariam se formando no Triângulo e arredores. Segundo o periodista, o real objetivo das investidas estatais eram a captura de Geraldo (ou Gerardo) Martinez Herrera, comunista paraguaio incumbido de organizar focos de guerrilha armada no interior do Brasil. (COMISSÃO DA VERDADE, 2017 p. 48)

Borges (1979), citado pela *Comissão da Verdade*, e que será evocado no decorrer desta dissertação, deixa claro, no seu livro *Operação anti-guerrilha*, sobre os “artifícios” utilizados para mascarar os motivos da presença dos militares, pois precisavam de uma justificativa plausível para tal aceitação na região interiorana de Minas Gerais. Rezende (2013, p. 38) afirma que “o apelo do grupo de poder da ditadura à adesão dos demais grupos sociais confundia-se, indubitavelmente, com a justificativa do poder que a mesma possuía de restaurar a ordem e a legalidade”. No livro *O diabo está lá fora*, esse exercício do poder é mostrado na narrativa, descrevendo como os militares se instauraram em Capinópolis para estabelecer a ordem:

O avião militar pousa no aeroporto de Uberlândia, às duas da tarde do dia seguinte, levando o tenente Oliveira. Um pelotão de 20 homens, liderado pelo Sargento Leônidas, esperava por ele. O grupo segue viagem de 140 quilômetros em direção a Capinópolis num caminhão e três jipes do exército. [...] O homem observa, por uma fresta da janela, o clarão dos faróis de um grande veículo se aproximando. – calma gente, é um caminhão que tá chegando. – Aqui nessas bandas? – muié, cênum vai acreditar. É do exército. A já aguardada comitiva adentra o pátio da prefeitura. O prefeito, alguns de seus assessores e o delegado formam o comitê de recepção. Seja bem-vindo, senhor Tenente. Sou o prefeito Alberto Campos. Estamos muito satisfeitos com a sua presença em nossa cidade. - Obrigado, pretendemos resolver questão o mais breve possível. – Não temos dúvida disso. (QUINAM; PATRÍCIO, 2013, p. 61 - 63)

Percebemos, pelos fragmentos apresentados, que os moradores ensejavam o estabelecimento da paz desejada, por parte dos militares, que, logo, foi convocado para a missão. O que é questionável, no nosso entendimento, e, no dos autores que estudamos, é a necessidade do deslocamento de “um pelotão de 20 homens” do exército para caçar o andarilho.

Em um dos capítulos do livro *O diabo está lá fora*, intitulado *No pau-de-arara*, os autores descrevem como esses valores eram inseridos na sociedade, e o tratamento dado àqueles que eram perseguidos e acusados de ir contra os pensamentos do Regime Militar, antes mesmo de serem julgados. Trata-se de discursos construídos e veiculados como verdades, tanto para a população quanto para justificar a presença do exército no local. O enunciado abaixo, retirado da obra supracitada, representa o tratamento dado a dois prisioneiros passados por interrogatório.

Os dois olham para além da estante e veem um pobre coitado despido, com pés e mãos atados, dependurado em uma barra de ferro a um metro do chão. Ele está inconsciente, com o rosto completamente desfigurado. Sua respiração é ofegante e o sangue que escorre do nariz e da boca parece lhe causar afogamento. (QUINAM; PATRÍCIO, 2013, p. 41)

Quinam e Patrício descrevem, no início da narrativa, o modo de justiça realizado pela ditadura militar no Brasil, caracterizada pela perseguição e pelas práticas de violência cometidas pelos militares, conforme descrito pelos autores. Em seus estudos, Habert (2001, p.7) afirma que “a censura estava institucionalizada, a tortura aos presos políticos corria solta”. Tudo em nome da “Segurança Nacional” e do “Combate à subversão comunista”, deixando os movimentos sociais reduzidos ao silêncio. Estas são apenas uma das consequências deixadas na cultura, na história e na memória do povo brasileiro.

Alguns enunciados são proferidos por sujeitos que têm a autoridade do poder para falar, do poder fazer, e os enunciados provindos dos ditadores militares tinham esse poder, ao qual Foucault (2006) se refere como esquemas prontos:

Quando se fala em poder as pessoas pensam imediatamente em uma estrutura política, em um governo, em uma classe social dominante, no senhor diante do escravo. Não é absolutamente o que penso quando falo das relações de poder. (FOUCAULT, 2006, p. 276).

Esse poder era o poder da força bruta, o poder dominante que certos governos impõem à população para ganhar força perante a sociedade. Com posse do governo, as forças armadas legalizaram o poder de estado, e, mesmo sendo um governo ilegítimo, que não foi escolhido pela população, a ditadura militar utilizou de artimanhas para impor à

população as condições expostas por eles, tudo isso produzido por discursos historicamente construídos, com os quais grande parte da população subjetivou-se e os assumiram como verdadeiros. Para conseguir seu intento, tais discursos se utilizaram de argumentos para convencer que o governo defendia princípios morais, religiosos e familiares, de forma a justificar as ações executadas pela instituição Militar. Nota-se, então, que, parte da população, na época, acreditava no que era repassado pela mídia, mascarando a intenção das forças armadas, na região pacata do interior de Minas Gerais, pois, como descreve a Comissão da Verdade (2017):

Há muitos fatos que contribuem para o crédito da versão de Borges. O envolvimento do Dops, a polícia política, na caçada de um homicida comum, por exemplo, é suspeita. Também chama a atenção a preocupação do então governador Rondon Pacheco pela busca a Sabino. Pacheco, como abordado em outros capítulos deste relatório, era figura mais que suspeita, uma vez que compunha a alta cúpula da Ditadura, tendo sido chefe da Casa Civil do Governo Costa e Silva, participado da redação do Ato Institucional nº 5/68, ademais de ter sido indicado, como governador biônico de Minas, pelo General Médici, de quem era homem de confiança. (COMISSÃO DA VERDADE, 2017, p. 49)

Desse modo, percebemos que a narrativa histórica da Ditadura militar foi escrita de forma a esconder os rastros, adotando um postulado diferente, de modo a não mostrar a história vista de baixo, e criar outras verdades. Contudo a história contínua se incumbia de traduzir os fatos históricos de acordo com a história descrita na mídia. No entanto, após o “cientificismo” dessa abordagem ser questionado, essa tarefa de desvendar a “verdade” não pertencia mais a essa soberania, pois, segundo De Certeau (1982), toda interpretação histórica depende de um sistema de referência; e, nesse sistema, permanece uma “filosofia” implícita particular, que se infiltra no trabalho de análise, organizando-o à sua revelia, a remeter à “subjetividade” do autor, aqui, entendido como função discursiva, ou melhor, a autoria configura-se como uma das funções que o sujeito pode ocupar na ordem dos discursos. Conforme Foucault (1999, p. 26), “O autor não é o indivíduo falante que pronunciou ou escreveu um texto, mas o autor como princípio de agrupamentos do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de coerência”. Portanto, não falamos do indivíduo, mas do sujeito discursivo que ocupa uma posição sujeito, socio-historicamente produzido.

Assim, agindo dentro da dessa tal legitimidade, o Regime Militar ganhou força e adeptos, tal como descrito no livro *O diabo está lá fora*, especificamente, em um de seus

capítulos, intitulado “Anos de Chumbo”, no qual os escritores fazem referência ao sistema político da época, descrevendo as barbáries desse período, situando os acontecimentos da obra em um período histórico específico.

Era 1972, é um ano turbulento para o Brasil. Os efeitos do Ato Institucional número cinco, o AI-5, decretado quatro anos antes pelos militares e que dava amplos poderes ao Presidente, começava a interferir no dia-a-dia das pessoas, principalmente nas capitais, onde fervilhavam intelectuais revoltosos e desafetos ao regime. A capital mineira não foge à regra. Belo Horizonte vive entre conflitos, atentados, prisões torturas, exílios e desaparecimentos misteriosos. Uma onda de terror e injustiças varre o País dando cobertura a facínoras disfarçados de patriotas a serviços da lei, gerando terreno fértil para psicopatas darem vazão às suas mais bizarras fantasias. (QUINAM; PATRÍCIO, 2013, p.19)

Por isso, antes de estudar a história dentro de uma sociedade, faz-se necessário entender como essa história funciona, uma vez que existem condições de possibilidades que, ora permitem um tipo de produção, ora proíbem outras. Tais dados vão ao encontro das condições históricas de possibilidades de construção dos discursos em certa época, como podemos ver no trecho da citação da narrativa “uma onda de terror e injustiças varre o País dando cobertura a facínoras disfarçados de patriotas a serviços da lei”. Percebemos, assim, que o discurso surge quando há condições singulares de produção para que ele exista, ou para que se possam excluir outros discursos não admitidos como verdadeiros. Nesse sentido, a escrita da história faz parte dessas condições. Segundo De Certeau (1982, p. 77)

A história permanece configurada pelo sistema no qual se elabora. Hoje como ontem, é determinada por uma fabricação localizada em tal ou qual ponto deste sistema. Também a consideração deste lugar, no qual se produz, é a única que permite ao saber historiográfico escapar da inconsciência de uma classe que se desconheceria a si própria, como classe, nas relações de produção e, que, por isso, desconheceria a sociedade onde está inserida. A articulação da história com um lugar é a condição de uma análise da sociedade.

À luz do mesmo autor, a história simboliza um encadeamento aos dogmas sociais, econômicos e políticos na análise, sendo assim, uma fabricação localizada. Então, pela articulação do discurso, é possível reintroduzir na história *a lenda*, que seria a substituição de um não lugar ou de um lugar imaginário com um lugar social. Diante disso a história do sujeito Orlando Sabino, no período da Ditadura Militar, no Triângulo Mineiro, é uma fabricação de verdades, e o lugar histórico contribui para a legitimação dessas verdades.

O poder pela força trouxe muitas sequelas, e uma delas é a história de Sabino, que teve o seu futuro e seu corpo marcados, tanto pelas práticas de violência que envolvem sua captura quanto pelos discursos que o condenaram naquele momento histórico, alçando-o à condição de monstro. É necessário não silenciar o período histórico em que Sabino está inserido, pois tal condição histórica foi indispensável para a formação constitutiva do sujeito em discussão. Desse modo o conceito de história desenvolvido neste capítulo da dissertação foi feito para entendermos a emergência de alguns enunciados utilizados para nossa análise, no decorrer desta pesquisa, uma vez que o discurso não se separa dos acontecimentos históricos que possibilitaram o aparecimento de determinados enunciados presente na obra analisada.

Pensando nesses enunciados, observamos algumas escolhas lexicais, recorrentes, tais como, “só pode ser o diabo!”, retirada do excerto abaixo, que aponta para as emergências dos discursos que transitam do nome próprio para a categoria do sujeito, ou seja, esses discursos objetivaram<sup>10</sup> e definiram Orlando Sabino como um sujeito diabólico/monstruoso. Esse enunciado designa duas coisas, uma como identidade civil, o sujeito empírico (Orlando Sabino), e o outro, que está no campo do discurso, ou seja, por meio desses enunciados, se constrói outra identidade ao sujeito em questão. Observam-se, no enunciado a seguir, as condições de produção desse discurso, a partir da descrição do livro, quando diz que:

A notícia da morte do camponês espalhou-se rapidamente. As emissoras de rádio da região dão enfoque à brutalidade ocorrida, transformando o caso numa verdadeira história de terror. O corpo fora encontrado no dia seguinte por outros peões da redondeza enquanto campeavam o gado. Em Capinópolis, uma das cidadezinhas próximas ao local do atentado, o crime bárbaro passa a ser o principal assunto em todas as rodas e conversas de boteco. O armazém de Ezequiel, conhecido como o turco, era o ponto das discussões mais acaloradas sobre o caso. Misto de mercado e botequim, era ali que todos ficavam sabendo das novidades ora pelo rádio, ora pelos boatos. – Para mim, isso era coisa dos agregados de fora, que vivem arrumando confusão.  
- Dizem que ele corta os dedos da pessoa. / - Só pode ser o diabo!  
(QUINAM; PATRÍCIO, 2013, p. 25)

Neste fragmento, percebemos que, durante o diálogo entre os fregueses do Armazém do Ezequiel, a escolha lexical “só pode ser o diabo!”, adotada por um dos moradores, na condição de enunciado, recupera discursos religiosos, por exemplo, para referir ao autor da brutalidade cometida, atribuindo aos crimes características

---

<sup>10</sup> Este termo discutiremos no capítulo IV.

sobrenaturais, pois nenhum homem seria capaz da barbaridade de tal crime, mas o “diabo” era capaz. O discurso relacionado ao sobrenatural ganhou força naquele período, pois era mais fácil acreditar no impossível e reforçar o discurso das crenças populares, atravessados pelo discurso religioso, do que atribuir os crimes aos atos de um ser humano.

### **1.3 Literatura: entre a ficção e a história**

A literatura não é o foco desta dissertação, porém, como se trata de um elemento importante para compreender as narrativas aqui apresentadas, e como o sujeito Orlando Sabino se torna personagem fictício, a partir dos relatos da vida real, descritos pela revista *Veja*, na edição 183 e 184, e da narrativa *O diabo está lá fora*, julgamos oportuno trazer alguns apontamentos sobre esse gênero discursivo, pois a narrativa em análise é caracterizada como romance literário, baseado em fatos reais.

A literatura é o espaço para a ficção, para a criação do imaginário, tanto daquele recuperado pelo trabalho do autor quanto daquele existente na memória social. Assim temos, junto ao trabalho de ficção, a inserção de elementos e/ou fatos da vida real, que, ao serem recriados pela escrita ficcional, reelaboram o material pesquisado para a construção da narrativa.

Vamos pensar, então, na descrição de Sabino, que, ora se transforma ou é transformada, de homem a cupim, outra, ora passa de homem a demônio, e, depois, de homem a monstro. Essa história foi contada, escrita e disseminada como verdade, depois, tornada ficção, ou podemos dizer que eram relatos verdadeiros? Segundo Walty (1982, p. 27) a realidade e a ficção são os elementos que “mesclam o que é chamado superstição e ufologia, o primeiro próprio de pessoas tidas como ignorantes e o segundo envolvendo cientistas e estudiosos”, o irreal, são diferentes do mundo real, pois, para existir, tem regras próprias que se distancia do julgamento corrente a respeito do que deve ser a normalidade à qual a natureza e o mundo se submetem, uma vez que se tratam de elementos do literário das artes.

O discurso da narrativa ficcional relata acontecimentos impossíveis de se realizar dentro de um cenário empírico da realidade, embora exista uma linha tênue que os separam. Enquanto o real são as ações constantes pelas quais o ser humano, em condições adversas, muitas vezes, arbitrárias, se estabelece em modo de civilidade, fixando esses modos às instituições sociais como família, instituições religiosas, políticas, costumes,

entre outras. Assim elucidam a própria vida individual e social com as relações natureza e sobrenatural.

Para o homem, o real é justificado e tangível. Diferente do real, Walty (1982, p. 30) afirma que a obra literária é um “discurso através do qual um sujeito apresenta a sua visão da realidade como um conhecimento ordenado, simultaneamente plurívoco e unívoco, aberto e fechado, em linguagem concomitantemente conotativa e denotativa”, pois a literatura é a ficção, criação a partir das atribuições que o homem tem com a linguagem de se fazer homem. Barthes (2004, p.15) elabora um fato importante sobre a literatura, “é que a linguagem não pode ser considerada um simples instrumento utilitário ou decorativo, do pensamento”. Nota-se, assim, que a linguagem se faz, mais real do que o real, pois a linguagem permite o uso de elementos linguísticos, sejam eles morfológicos, semânticos, cognitivos, etc., a fim de criar elementos que transportam para o real de tal forma que as criações fictícias também assustam o homem. Desse modo, a linguagem é o instrumento, não um simples instrumento, como afirmou Barthes, mas o elemento central que torna o homem existente. Barthes (2004) esclarece que:

O homem não preexiste à linguagem, nem filogeneticamente, nem ontogeneticamente. Jamais atingimos um estado em que o homem estivesse separado da linguagem, que elaboraria então “expressar” o que nele se passasse: é a linguagem que ensina a definição de homem. (BARTHES, 2004, p.15)

Sendo o real linguagem e representação, Walty (1982, p. 30) destaca “o ficcional refere-se a um outro real que eleva o real em si a uma visão integrada e inteligível, fazendo com que ele se experimente em termos universais, uma relação”. Esse outro real, como se trata de narrativas ficcionais, também está no campo dos acontecimentos, Albuquerque Júnior (2007) afirma que a

Invenção do acontecimento se dá numa instância extradiscursiva, passa-se antes, além ou aquém dos discursos que o enunciam, é a parte de uma realidade entendida como materialidade extradiscursiva e aprisionada no passado, que vai ser descoberta, decifrada, revelada, resgatada, retomada, explicada, interpretada pelo discurso do historiador, que a interpela. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 24)

O autor ainda chama atenção sobre o momento de invenção de “qualquer objeto histórico [...]caberia o saber histórico tentar dar conta dos agentes desta invenção, definindo que práticas, relações sociais, atividade social produziram um dado evento” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 24). Desse modo as narrativas fazem parte de determinada prática social, as invenções partem de um campo de memória.

É nessa prática da linguagem, e, na tentativa de explicar o sobrenatural, que propomos a questão da literatura, e, principalmente, da ficção, neste subtópico, pois a misteriosa figura de Orlando Sabino surgiu nessa conjuntura, como se fosse história contada para assustar criancinhas, mas que mexeu com o imaginário coletivo, produzindo a identidade do “monstro de Capinópolis”, como ficou conhecido Orlando Sabino.

Nessa perspectiva do discurso sobrenatural e das crendices da população local, é descrita, nos livros, a questão das mistificações que cercavam a história de Orlando Sabino. Os camponeses acreditavam que havia algo a transcender o poder humano para capturar o assassino, pois, para eles, Orlando não era apenas um homem, mas sim o demônio que fazia, acontecia e sumia, não se deixando capturar. Notamos, dessa forma, que a presença do fantástico se faz presente para a caracterização do assassino, na falta de uma explicação lógica para os acontecimentos. Todorov (2010, p. 85) postula que o “sobrenatural nasce frequentemente do fato de se tomar o sentido figurado ao pé da letra”. O sobrenatural, então, emerge no eixo de um panorama familiar, cotidiano, a partir de fatos acontecidos, tomados como verdade, e, quando algo foge à normalidade das experiências conhecidas, sendo inexplicável e extraordinário, rompe a constância deste mundo natural, levando as personagens a se defrontarem com o impasse da razão.

Assim a personagem do fantástico, está sempre oscilando entre uma explicação aceitável e coerente para os acontecimentos fora da normalidade, incorporada, dessa forma, na ordem convencional da natureza, - e a admissão da existência de fenômenos que escapam aos pressupostos científicos, racionais e empíricos organizadores do conhecimento da realidade humana. Nessa premissa do fantástico, Orlando Sabino foi descrito pela obra literária *O diabo está lá fora* (2013) como uma criatura que se transformava em cupim, histórias contadas, de forma criativa, pelos antigos moradores dos pequenos vilarejos interioranos, que foram repetidas e tomadas como verdade pela grande maioria da população local. Segundo Marçal<sup>11</sup>, em seus estudos sobre o fantástico:

A concepção de realidade que expulsa qualquer possibilidade de intromissão de fenômenos extranaturais, não está presente. Isto se deve à herança histórica de um catolicismo medieval, no qual o natural e o sobrenatural participam de uma cosmovisão em que estas esferas não são excludentes racionalmente. Racionalidade e sobrenatural não correspondem a duas ordens contrárias irreduzíveis e inconciliáveis para o imaginário católico medieval. Na cosmovisão católica, o sobrenatural povoa a realidade prosaica do cotidiano, de certa forma, "naturalmente". Espíritos diabólicos, entidades de outro mundo, forças desconhecidas, do Além, fantasmas, monstros, assim como anjos,

---

<sup>11</sup> Disponível em: [http://www4.pucsp.br/revistafrenteiraz/numeros\\_anteriores/n3/download/pdf/tensao.pdf](http://www4.pucsp.br/revistafrenteiraz/numeros_anteriores/n3/download/pdf/tensao.pdf)

beatos, santos interferem na vida real sem que a razão, ainda que aterrada pelo medo, sintasse desalojada de suas propriedades constitutivas. Este tipo de narrativa sofre a classificação de Fantástico religioso. (MARÇAL, 2009, p. 5)

Como podemos perceber, tudo está centrado no discurso, inclusive o sobrenatural, pois se refere a acontecimentos. Albuquerque Júnior (2007) reitera que “todo fato é, ao mesmo tempo, natureza, sociedade e discurso, pois é materialidade, relação social e de poder e produção de sentido”; destarte, o sobrenatural também é uma criação, uma fabricação de sentidos, carregados de significação historicamente construída.

Então ainda não conseguiram pegar o homem? Um dos fregueses faz questão de responder à pergunta: - nada, professor. O bravo tenente só conseguiu atingir uns tocos e matar dois cupins. – Como assim? – É que o homem se transforma em toco ou cupim pra fugir da lei. Não ouviu falar? – Crendices! (QUINAN; PATRICIO, 2013, p. 108)

Sendo uma narrativa de uma obra literária, trata-se, portanto, de um texto fictício, pois utiliza da linguagem poética, metafórica, para envolver o leitor com a trama que se desenvolve no texto. Mas, se observamos o texto jornalístico, que tem como objetivo levar a informação “verdadeira” ao leitor, com uma linguagem clara, objetiva, e que não permite outras interpretações senão aquela de informar, logo, ele seria uma descrição da realidade. Segundo Eagleton (2006 p. 14) a “distinção entre "fato" e "ficção", é muitas vezes questionável. Já se disse, por exemplo, que a oposição que estabelecemos entre verdade ‘histórica’ e verdade ‘artística’.” Nesta questão sobre os textos tomados como real, apresentados por nós como textos jornalísticos e os descritos como fictícios, no caso, a narrativa, Eagleton (2006) ainda firma em seus estudos que:

No inglês de fins do século XVI e princípios do século XVII, a palavra "novel" foi usada, tanto para os acontecimentos reais quanto para os fictícios, sendo que até mesmo as notícias de jornal dificilmente poderiam ser consideradas fatuais”. (EAGLETON, 2006, p. 14)

Desse modo, tomamos como exemplo a descrição de Orlando Sabino na perspectiva da linguagem jornalística, como relatado na reportagem da Revista *Veja*, da edição 183:

A razão de tanto medo é uma figura ainda misteriosa, vista apenas umas duas ou três vezes, sempre de relance. Segundo descrições precárias, mas suficientemente aterradoras teria os olhos vermelhos, emitiria grunhidos como um bicho e desapareceria virando fumaça. Como diz uma velha beata refugiada em Capinópolis, “só pode ser a encarnação do diabo”. (VEJA, 1972a, p. 20)

Podemos notar, a partir do excerto da revista *Veja*, da edição 183, que a linguagem jornalística da revista, embora não apresente um uso mais informativo na linguagem, usa de recursos linguísticos do uso dos verbos no futuro do pretérito do indicativo, “teria os olhos” e “emitiria grunhidos” para sugerir e não afirmar o que poderia ser esse monstro, diferente da narrativa tomada como texto fictício, que sugere uma figura que “transforma em toco ou cupim pra fugir da lei”. O fato é que, sendo um texto literário, ele tem a liberdade para se apropriar dessa construção de verdade, tornando-se notório o modo como o espaço da ficção engendra a criação de monstro na cultura e na formação identitária de um povo e de um ser. No texto em questão, o uso da linguagem literária está presente em ambos os fragmentos mencionados, pois, mesmo se constituindo como um texto jornalístico, a revista *Veja* utilizou recursos similares aos literários para produzir a reportagem, concedendo um ar de ficção à matéria jornalística, a qual colaborou para a propagação da objetivação de Sabino como monstro.

Pelos meandros desse imaginário, em uma prática de objetivação, desse não lugar, se começa a construir, então, a lenda do “monstro de Capinópolis”, a presença de uma criatura não humana, que perambulava na região do Estado de Minas Gerais.

Seu tenente, sei que os homens da Capital não têm muita fé, confesso que eu também não, mas minha mãe é uma mulher santa e acredito nela. Noite passada, ela acordou no meio da noite aos gritos. Tivemos que acalmá-la à custa de muita reza e chá de camomila. Depois de recobrar o juízo, ela falou que o matador é um enviado do inferno, com ordens do próprio satanás de espalhar a desgraça. E ainda falou que é coisa ruim só pode ser pego em água corrente e que é preciso olhar com os olhos de um morto pra enxergar o demônio. (QUINAN; PATRÍCIO, 2013, p. 109)

É inegável como a história de Sabino mexia com o imaginário coletivo das pequenas cidades do Triângulo Mineiro, e como essas formações discursivas, descritas no enunciado “ela falou que o matador é um enviado do inferno”, sublinhando um discurso religioso, ganham força, uma vez, em determinada época e local, uma vez erigida a crença no diabo como instrumento de correção dos desvios à normatividade social, sistema de controle. Foucault (1995, p. 51) esclarece que as “condições para que apareça um objeto de discurso, as condições históricas para que dele possa “dizer alguma coisa” e para que dele várias pessoas possam dizer coisas diferentes”. A exemplo disso, temos o momento sócio histórico em que está situado Sabino, região do interior de Minas Gerais, habitada, na maioria, por pessoas supersticiosas, religiosas e campestres, numa época em

que nem todos os acontecimentos eram explicados e tampouco questionados, pois os fatos relatados ocorreram no período da ditadura militar.

Como o que se observa no início do excerto acima, coloca-se a fé como uma questão regional, “seu tenente, sei que os homens da Capital não têm muita fé”, e a questão do “acreditar” também é relativa, pois o enunciador só acredita na fé também por acreditar que a mãe é uma mulher santa, portanto, o que ela diz deve ser tomado como verdade. Essas construções de verdades pelos dogmas cristãos inserem a sociedade em um padrão de controle religioso, o enunciado “com ordens do próprio satanás de espalhar a desgraça”, cristaliza essa personificação do mal, e, nele, concentra a maldade absoluta. Notamos, na narrativa, a utilização de elementos empregados para controlar uma sociedade religiosa, que remete ao que Foucault (1995 p. 237) designou como poder pastoral, ou seja, uma “forma de poder que comanda; o pastor deve também estar preparado para sacrificar pela vida e pela salvação do rebanho”. O discurso religioso, presente nas narrativas, remete a toda uma carga de formação social cristã, e esse fator colabora para a criação do imaginário humano expresso pela linguagem.

Na tentativa de explicar esse corpo monstruoso/sobrenatural construído diante das descrições sobre Orlando Sabino, respaldamo-nos na literatura, haja vista sua abertura de campo a outras possibilidades de existências, no que tange à prática da linguagem, e, nesta área, temos a literatura fantástica. No primeiro momento, vale dizer que nem tudo que é fantástico está associado à ficção e ao sentido genuíno da palavra, mas são necessárias essas duas condições para que a existência do fantástico se configure. Segundo Todorov (2010, p. 31) “o fantástico é a hesitação experimentada por um ser que só conhece as leis naturais, face a um acontecimento aparentemente sobrenatural”. Tomemos como exemplo o excerto da revista *Veja*, edição 183, sobre Sabino, “Segundo descrições precárias, mas suficientemente aterradoras teria os olhos vermelhos, emitiria grunhidos como um bicho e desapareceria virando fumaça” (VEJA, 1972a, p. 20). Nota-se, neste enunciado, elementos justificáveis a partir da linguagem, e também elementos que convocam imagens a partir das quais nossos sentidos, como a visão e a audição, podem experimentar o real, como “olhos vermelhos” e grunhidos”, porém não se pode explicar como alguém desaparece virando fumaça, ou que ser humano teria tal característica. O fantástico acontece no âmbito dessas incertezas de provar a existência de algum fenômeno, como no caso da imagem folclórica do Saci Pererê, matizada na figura de um homem que desaparecia virando fumaça.

A narrativa fantástica projeta-nos ao estranhamento, ao inexplicável, que não são suscetíveis de acontecer na vida, por isso, Todorov caracteriza a obra fantástica em três condições, a saber:

A primeira se trata do aspecto verbal do texto, a segunda é o aspecto sintático, na medida em que implica a existência de um tipo formal de unidade que se referem à apreciação, feitas pelas personagens sobre os acontecimentos da narrativa, que formam a trama da história e a terceira condição tem um caráter mais geral e transcendente a divisões em aspectos: trata-se de uma escolha entre vários modos (níveis) de leitura. (TODOROV, 2010, p. 39)

A linguagem literária é uma linguagem consolidada, uma vez que é situada no *status* de ciência. Como afirma Barthes (2004, p. 4), “como a ciência, a literatura é metódica: tem os seus programas de pesquisa, que variam conforme as escolas e conforme as épocas”, já foi estabelecida pelo seu uso, não há, porém, necessidade de provar a sua verdade, pois a verdade é uma conexão entre as palavras e as coisas que essas designam, nela existe uma coerência interna. Para a Literatura, como conclui Barthes (2004):

A linguagem já não poder ser o instrumento cômodo ou o cenário luxuoso de uma realidade social, passional ou poética que preexistiria a ela e que, subsidiariamente, teria a incumbência de exprimir, mediante a sua própria submissão a algumas regras e estilo; a linguagem é o ser da literatura, seu próprio mundo: toda a literatura está contida no ato de escrever e não mais no de “pensar”, de “pintar, de “contar”, de “sentir”. (BARTHES, 2004, p.5)

Em consonância com Barthes, recorremos a Albuquerque Júnior (2007), para sairmos dessa dicotomia do real e da ficção, além do espaço que a literatura ocupa como práticas da linguagem, e, conseqüentemente, do discurso. Assim o autor discute:

A absoluta impossibilidade de as palavras dizerem as coisas e de estas serem definidas por aquelas, precisamos da ajuda da Literatura que, produto desta cisão moderna, foi colocada do lado da representação, da ficção e excluída do lado da realidade, da verdade e do fato. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 26)

Não podemos ignorar que a literatura é outro lugar de possibilidades, de construção, e, para reforçar essa ideia, retomamos a fala de Albuquerque Júnior, que exemplifica, majestosamente, esse espaço de criação, em que a literatura é pensada como uma “terceira margem”. Albuquerque Júnior (2007), em referência ao texto de Guimarães Rosa, afirma:

Pensar a possibilidade de uma terceira margem, uma margem onde as duas anteriores, fruto das atividades de purificação, de racionalização, de construção humana e social de objetos e de sujeitos como entidades

separadas vêm se encontrar, vêm se misturar no fluxo, no turbilhonar das ações e práticas humanas. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 26)

Mas, mesmo observando todo o processo importante para entender a ficção na/pela literatura, precisamos também analisar como os discursos produzidos objetivaram Orlando Sabino à condição de monstro, diabo, assassino, louco, entre outras alcunhas designadas a ele. Por isso, no próximo capítulo, se faz necessário entender como se dá a constituição do sujeito pelo viés da Análise do Discurso.

## CAPÍTULO 2

### A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO DISCURSIVO ORLANDO SABINO NA MÍDIA E NA FICÇÃO

Antes de iniciar a discussão em torno do sujeito Orlando Sabino, objeto de análise deste capítulo, faremos uma revisão teórica, a partir da Análise do Discurso de linha francesa, especificamente, a partir de estudos do filósofo Michel Foucault. Utilizaremos o seu instrumental teórico sobre discurso e sujeito, conceitos relevantes para entender como se deu o processo de construção das denominações “monstro, diabo, louco e assassino”, atribuídos a Orlando Sabino. Atentaremos, neste primeiro momento, à obra *Arqueologia do Saber* (1995), para entendermos como o processo de “arqueologia do discurso”, de escavar, da busca pelo saber, das camadas descontínuas do discurso, possibilita um discurso monumentalizado, tal como nos explicita Foucault, quando afirma que:

A arqueologia busca definir não os pensamentos, as representações, as imagens, os temas, as obsessões que se ocultam ou se manifestam nos discursos; mas os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem a regras. Ela não trata o discurso como documento, como signo de outra coisa, como elemento que deveria ser transparente, mas cuja opacidade importuna é preciso atravessar frequentemente para reencontrar, enfim, aí onde se mantém a parte, a profundidade do essencial; ela se dirige ao discurso em seu volume próprio, na qualidade de monumento. Não se trata de uma disciplina interpretativa: não busca um “outro discurso” mais oculta. Recusa-se a ser “alegórica”. (FOUCAULT, 1995, p. 159)

Conforme argumenta Foucault (1995), pensar no discurso como algo acabado é não enxergar as várias possibilidades das “práticas do próprio discurso”, uma vez que essas práticas de discursos são essencialmente históricas e constituídas de acontecimentos reais e sucessivos, não podendo ser analisadas fora do seu tempo, pois o discurso não é algo “transparente”, ele é constituído por outros discursos. Por isso propomos pensar, primeiramente, no conceito de discurso, uma vez que, na perspectiva foucaultiana, o discurso é um conjunto de enunciados que emergem em um dado momento, e que nos permitem pensar que algo seja dito de uma maneira e não de outra em seu lugar, demarcando a historicidade e singularidade do discurso como acontecimento. Sobre essa discussão, Foucault (1995) elucida que:

Todo discurso manifesto repousaria secretamente sobre um já-dito; e que este já dito não seria simplesmente uma frase já pronunciada, um texto já escrito, mas um “jamais-dito”, um discurso sem corpo, uma voz

tão silenciosa quanto ao sopro, uma escrita que é senão o vazio de seu próprio rastro. Supõe-se, assim, que tudo que o discurso formula já se encontra articulado nesse meio-silêncio que lhe é prévio e que continua a correr obstinadamente sob ele, mas que ele recobre e faz calar. (FOUCAULT, 1995, p. 28)

Essa ideia de fragmentação do discurso possibilita recuperar enunciados anteriores (domínio de memória), além de tornar perceptível o modo como esses enunciados foram ressignificados, tornando-se outros, e, ao mesmo tempo, dá a possibilidade para que outros possam existir. Por esse motivo, os discursos estão vinculados aos modos de como se pensa e se fala em dada racionalidade histórica, e incidem sobre os posicionamentos dos sujeitos.

Sobre essas questões dos enunciados e de suas ressignificações, que precisam ser discutidas no jogo de sua emergência, nos propomos a verificar, na obra *O diabo está lá fora*, nos recortes da Revista *Veja* (edições 183/184, 1972), além de nas partes do *e-book Comissão da Verdade* (2017), como os discursos produzem sujeitos por um viés de acontecimentos históricos, que serão interpretados em seu caráter discursivo de acontecimento.

É importante ressaltar também que, para Foucault (1996), nem todos os discursos poderiam ser proferidos, assim como nem todos os discursos poderiam ser ditos em determinado momento, e nem mesmo por qualquer pessoa. A esses tipos de barreiras, Foucault (1996) chamou de interdição do discurso, como podemos observar no excerto abaixo:

Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de exclusão. O mais evidente, o mais familiar também, é a interdição. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo. Do sujeito que fala: temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar. (FOUCAULT, 1996, p. 9)

No caso, a exemplo de interdição do discurso a partir dos conceitos foucaultianos, temos o discurso da mídia como um discurso da “verdade” da representação da voz do povo, assim como o discurso jurídico, que tomou Sabino como culpado (e este fato até hoje não foi desmentido), embora comprovada a sua inocência. A revista *Veja*, de 1972, tanto na edição 183 quanto na edição 184, quando fazia a reportagem da onda de assassinatos na região do Triângulo Mineiro, declarou Orlando Sabino como “assassino”

e “terrível facínora”. Dessa forma, essas transformações apresentadas pelo discurso, sejam elas de ordem econômica, social, política ou histórica, dão espaço a um tipo definido de formação discursiva, a partir de um dado acontecimento histórico, e também do campo das possibilidades para um saber, seja ele científico, ou não, pois um enunciado é sempre produzido em uma formação discursiva. Para Foucault (1995),

A lei dos enunciados e o fato de pertencerem à formação discursiva constituem uma única e mesma coisa; o que é paradoxal, já que a formação discursiva se caracteriza não por princípios de construção mas por uma dispersão de fato, já que ela é para os enunciados não uma condição de possibilidades, mas uma lei de coexistência, e já que os enunciados, em troca, não são elementos intercambiáveis, mas conjuntos característicos por sua modalidade de existência. (FOUCAULT, 1995, p. 135)

Dessa forma, o discurso não trata de uma “construção” de enunciados, pois ele já existe, mas sim de uma “dispersão”, porém, com outra significação, uma vez que os discursos possibilitam várias posições sujeito, construções discursivas que se concretizam nos enunciados que existem junto ao discurso. Assim, os saberes se inscrevem nos enunciados, assumem diferentes saberes por determinados fatores históricos, e, dessa forma, produzem indivíduos ajustados aos valores dominantes. Foucault (1995) define discurso como:

Um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, independentemente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (e explicar, se for o caso) na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência. (FOUCAULT, 1995, p. 135)

Consequentemente podemos dizer que o discurso é algo novo, mas se torna novo quando é reutilizado, como dito anteriormente, ele é fruto de uma dispersão, de um já dito, não desconstruindo o seu sentido anterior, mas ressignificando, e, assim, dando condições de existência desse novo enunciado, o que, para Foucault (1995, p.135), significa que o “discurso não é uma forma ideal e intemporal que teria, além uma história”, mas sim quer dizer que o discurso é um fragmento da história.

Por isso é importante entender o discurso e a sua fragmentação na história, a fim de discutirmos que esta existe a partir de outras verdades, as quais, muitas vezes, são omitidas, ou quase nunca são relatadas e, muito menos, monumentalizadas.

Para fomentar ainda mais as definições de discurso, vale trazer algumas concepções de outros leitores da obra de Foucault, em torno desse conceito, e, a partir

disso, observar como o discurso é constituído por elementos da sociedade. Sobre essa questão, Revel (2005), em seu dicionário sobre Foucault, define que:

O discurso designa, em geral, para Foucault, um conjunto de enunciados que podem pertencer a campos diferentes, mas que obedecem, apesar de tudo, a regras de funcionamento comuns. Essas regras não são somente linguísticas ou formais, mas reproduzem um certo número de cisões historicamente determinada (por exemplo, a grande separação entre razão/ desrazão): a "ordem do discurso" própria a um período particular possui, portanto, uma função normativa e reguladora e coloca em funcionamento mecanismos de organização do real por meio da produção de saberes, de estratégias e de práticas. (REVEL, 2005, p. 37)

Notamos, então, como o discurso faz parte e se constitui na história, e que esta tem a sua singularidade a colaborar para a sua coexistência com o discurso, assim como os enunciados que o compõem. Articulando com as ideias de Fernandes (2012), entendemos que analisar o discurso se apresenta relevante para se compreender as mudanças históricas e sociais. Tais mudanças possibilitam a combinação de diferentes discursos, que, em certas condições sociais específicas, dão as condições de produção de outros discursos, uma vez que o discurso é uma prática social humana, possibilitada pelo uso da linguagem. Nesse sentido, Veyne (2008, p. 22) descreve que “o discurso é “singular”, pois concerne à soma das “práticas concretas do poder”, sendo o discurso um “conjunto de práticas reais, que toma forma acabada a que Foucault refere de “governamentalidade”. E é essa prática discursiva que constitui e transforma o homem em sujeito, porque Foucault (1979) acredita que a governamentalidade e as técnicas de si, que também são práticas de poder, são “procedimentos encarregados de fixar a identidade dos indivíduos em função de determinados fins”. (FOUCAULT, 1979, p. 32), afirmamos, então, que as práticas discursivas são ainda, segundo Foucault (1995, p. 237), “o conjunto das condições segundo as quais se exerce uma prática, segundo as quais essa prática dá lugar a enunciados parcial ou totalmente novos”.

Ao discutir um método de investigação sobre a construção dos saberes, em que faz alguns posicionamentos acerca dos acontecimentos, e que, de tal forma, esses acontecimentos nos direcionam a um novo olhar para pensar os saberes, Foucault (1995) traz conceitos sobre discurso, enunciados, formação discursiva e história. Nesse sentido, visualizando a constituição do sujeito, vemos que as práticas discursivas estão inseridas no campo do saber, e, dessa forma, na ordem do poder. Segundo Castro (2016, p.338) “Foucault entente por práticas a racionalidade ou a regularidade que organiza o que os homens fazem”. Em outras palavras, as práticas discursivas são, de certa forma, um

conjunto de ação, que permite as condições de possibilidades da formação dos saberes. Foucault (1995), em *Arqueologia do Saber*, sobre a questão do saber, como um domínio das práticas discursivas, define:

aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um status científico (o saber da psiquiatria, no século XIX, não é a soma do que se acreditava fosse verdadeiro; é o conjunto das condutas, das singularidades, dos desvios de que se pode falar no discurso psiquiátrico); um saber é, também, o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso (FOUCAULT, 1995, p. 206).

O campo dos saberes também é o campo dos discursos onde está inserido o enunciado, que é uma unidade primordial no discurso, pois, pode entrar em jogo de relação com outros enunciados, que, por sua vez, pode transformar, contradizer e reiterar determinados saberes; portanto, não se trata de um espaço fechado, limitado, trata-se de um lugar vazio e único, que pode ser assumido por vários sujeitos. Assim, Foucault não faz uma análise dos indivíduos, pelos saberes, ele estuda a emergência das posições sujeitos. Essas posições sujeito emergem pelos enunciados, e que ainda, e como aborda Foucault, “não se pode encontrar em um mesmo lugar no plano discursivo” (FOUCAULT, 1995, p. 91), estando além do linguístico, visto que não se trata apenas de frases, proposições ou signos, mesmo que esses componentes possam constituir um enunciado. Para Foucault (1995, p. 99) o enunciado é uma “função de existência e que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço”. Assim o enunciado estabelece relação direta com a linguagem.

Embora o enunciado se materialize no plano discursivo, e necessite da linguagem para se materializar, Foucault (1995, p. 103) nos lembrará de que “um enunciado, – qualquer que seja, e, por mais simples que imaginemos, – não tem como correlato um indivíduo ou objeto singular, que seria ligado por determinada palavra da frase”, pois ele se estabelece por suas possibilidades de uso ou “conjunto de domínios”, além de se firmar, pela pertinência apresentada pelos discursos, e, dessa forma, emergir em um dado momento histórico.

Os enunciados, conseqüentemente, implicam a existência de um domínio pelo qual podemos tecer relações com outros enunciados e com o campo das práticas, posto que, para Foucault (1995, p.104), “o enunciado forma, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de

coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado”. Os saberes e os discursos circulam e chegam até nós a partir dos enunciados que se materializam em diferentes materialidades (verbal, visual, sonora, imagético, dentre outros).

Para observarmos a diferença de uma frase por enunciado, recorreremos, como exemplo, ao sintagma nominal “Monstro de Capinópolis”, termo que utilizaremos, no decorrer da dissertação, para a análise do livro em tela. Do ponto de vista da gramática normativa, esse termo, morfologicamente, se refere a uma seleção de palavras (um substantivo e uma locução adverbial de lugar), porém, no discurso, ele assume uma significação dada pela sua historicidade, pois os enunciados possibilitaram a existência desse discurso, uma vez que, para ela existir e ser propensa à análise, teve que, primeiramente, ser enunciada, ou seja, ser produzida por um sujeito, ter um suporte, uma data e um lugar. A existência material desse enunciado se deu a partir do fator histórico e pelos discursos já existentes sobre a ideia de monstro, que foi reproduzida pela mídia durante a Ditadura Militar no Brasil. Sobre esse conceito de materialidade no discurso, Foucault pontua que:

A materialidade repetível que caracteriza a função enunciativa faz aparecer o enunciado como objeto específico e paradoxal, mas também como um objeto entre os que os homens produzem, manipulam, utilizam, transforma, trocam, combinam, decompõem e recompõem, eventualmente destroem. (FOUCAULT, 1995, p. 121)

Embora o enunciado tenha, na sua materialidade, uma repetição, ele é paradoxal, pois tem, na sua estrutura, leis próprias de existência, possibilitando que ele se torne único. Nesse caso, a expressão “Monstro de Capinópolis”, será tomada como enunciado, pois integra uma categoria discursiva, na qual se observam as condições históricas de emergência desse enunciado, a quem ele se dirige, quais instituições o produziu e como se deu o processo de objetivação do sujeito a quem o enunciado se dirige. Se os enunciados constroem os objetos de que falam, então, podemos dizer que Orlando Sabino se tornou objeto dos discursos, a partir dos enunciados produzidos, uma vez que há saberes e poderes inscritos nesse enunciado, pois definem o sujeito, qualificam suas práticas como monstruosas. Da mesma forma, são as escolhas lexicais, como enunciados, tais como “diabo, assassino e louco”, entre outros vocábulos que analisaremos na dissertação. Esses termos terão sua resignificação no decorrer do relato da história, e isso só é possível em função dos enunciados e dos discursos produzidos sobre Orlando Sabino.

A posição sujeito no enunciado, segundo Foucault (1995, p. 107), “é absolutamente neutra, indiferente ao tempo, ao espaço, às circunstâncias, idêntica em

qualquer sistema linguístico, em qualquer código de escrita ou de simbolização, e que pode ser ocupada por qualquer indivíduo”. Por isso, podemos dizer que o sujeito do enunciado é um lugar vazio, que pode ser ocupado por indivíduos diferentes, desde que se identifiquem com os discursos a ele vinculados.

Em determinado momento do acontecimento aqui analisado, o indivíduo Orlando Sabino foi objetivado como assassino ou como monstro. Em outro momento, esse mesmo indivíduo foi objetivado pelo discurso como vítima, como louco, e também foi caracterizado como “diabo”. Em cada prática de objetivação sobre Sabino, podemos apreender posições de sujeito a partir dos discursos produzidos, e identificar de que lugares cada sujeito fala, quais verdades defendem ou referendam sobre o caso.

A fim de apresentar as razões para a dispersão ou “existências” de outros enunciados no discurso, Foucault utiliza do termo, a priori, histórico, relacionando que os enunciados são produzidos a partir de uma lei própria. Vejamos:

A priori deve dar conta dos enunciados em sua dispersão, em todas as falhas abertas por sua não-coerência, em sua superposição e substituição recíproca, em sua simultaneidade que não pode ser unificada e em sua sucessão que não é dedutível; em suma, tem que dar conta do fato de que o discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma história, e uma história específica que não o reconduz às leis de um devir estranho. (FOUCAULT, 1995, p. 146)

Assim a existência de enunciados pode construir conhecimento, saberes e também definir quais sujeitos podem se posicionar sobre um dado discurso. Desse modo, as posições de sujeito ocupadas por Orlando Sabino como: “monstro, assassino, diabo, louco e vítima”, podem ser apreendidas a partir dos enunciados produzidos sobre Orlando Sabino, tornando-o objeto de discurso. Orlando Sabino, homem negro, analfabeto, que nasceu em Arapongas, Estado do Paraná, passa de andarilho à condição de “Monstro de Capinópolis”, ou é caracterizado por discursos que o definiram como o “maior assassino em série do Brasil”. Nesse sentido, percebemos que o discurso não tem apenas uma verdade, e sim, verdades historicamente construídas.

Desse modo podemos pensar que os enunciados e os sujeitos são produzidos na história e pelos discursos. Para discutir o processo sobre constituição do sujeito, recorreremos aos estudos de Veyne (2008), os quais afirmam que esse processo não se dá de forma natural, mas possibilitado, a cada época, pelos discursos do momento, esclarecendo que:

A constituição do sujeito acompanha a das suas maneiras: comportamos-nos e vemos-nos como fiel vassalo, súdito leal, bom cidadão, etc. Um

mesmo dispositivo que constitua os seus objetos – loucura, carne, sexo, ciências físicas, governamentalidade -, faz do eu de cada um, um certo sujeito. A física faz o físico. Tal como, sem um discurso, não haveria para nós objeto conhecido, sem uma subjetivação não existiria sujeito humano. Engendrado pelo dispositivo de sua época, o sujeito não é soberano mais sim filho do seu tempo; não nos podemos tornar num sujeito qualquer, num momento qualquer. (VEYNE, 2008, p.109)

Podemos dizer, então, de acordo com a citação supracitada, que a constituição do sujeito está delimitada pelos dispositivos de cada época, pois há todo um atravessamento histórico de discursos, carregado de saberes e poderes produzidos, que interferem na produção de subjetividade. Na pesquisa sobre o *corpus* desta dissertação, podemos observar os dispositivos do poder político, o dispositivo do poder médico, e, principalmente, do poder midiático apresentado, destacadamente pela revista *Veja*, nas edições 183 e 184, do ano de 1972.

Foucault (1995), ao estudar a constituição do sujeito, destacou três modos de como o sujeito é construído e constituído, sendo o primeiro modo, o saber científico que objetiva o sujeito, o segundo, delimitado pelas práticas divisoras (o sujeito é dividido no seu íntimo e também em relação aos outros), e o terceiro modo, ligado à temática da sexualidade, para completar a sua ideia de objetivação do sujeito. Assim, recorremos a Foucault (1995), quando especifica qual foi o objetivo de suas pesquisas, ao desenvolver, a partir de documentos variados, uma história sobre a forma pela qual os seres humanos se tornam sujeitos. Conforme fragmento a seguir:

Meu trabalho lidou com três modos de objetivação que transformam os seres humanos em sujeitos. O primeiro modo da investigação, que tenta atingir o estatuto de ciência, como, por exemplo, a objetivação do sujeito do discurso na *grammaire générale*, na filologia e na linguística. Ou, ainda, a objetivação do sujeito produtivo, do sujeito que trabalha, na análise das riquezas e na economia. Ou, um terceiro exemplo, a objetivação do simples fato de star vivo na história natural ou na biologia. Finalmente, tentei estudar – meu trabalho atual- o modo pelo qual um ser humano se torna sujeito. Por exemplo, eu escolhi o domínio da sexualidade – como os homens aprenderam a se reconhecer como sujeitos de “sexualidade”. (FOUCAULT, 1995, p. 231)

Vale ressaltar que a parte mais relevante para a nossa pesquisa sobre a constituição do sujeito, inserida nos postulados de Foucault, se encontra na segunda parte do seu trabalho. Nele encontramos a afirmação de que procurou estudar a objetivação do sujeito a partir do que ele chama de “práticas divisoras”. Nessa linha de pensamento, Foucault (1995, p. 231) ressalta que “o sujeito é dividido no seu interior e em relação aos outros. Este processo o objetiva. Exemplos: o louco e o são, o doente e o sadio, os criminosos e

os “bons meninos”. Percebemos, nas leituras que fizemos, que os enunciados sobre Sabino trazem essas “práticas divisoras”, quando os enunciados referentes aos crimes cometidos no Triângulo Mineiro o denominam de louco, monstro, assassino, vítima e diabo.

Desse modo, percebemos que o sujeito é uma função que pode ser ocupada por vários indivíduos, assim como um indivíduo pode ocupar várias posições-sujeito, pois, segundo as elucidações de Foucault (1995) supracitadas, isso vai depender da relação do sujeito com outros sujeitos, dos lugares sociais ocupados por cada um, em uma situação específica, da relação dos sujeitos com as construções de verdades ou vontade de verdade de cada época histórica. Nessa relação, é inevitável não pensar na questão do poder e resistência para a constituição do sujeito, e, em nosso caso específico, quais as verdades históricas foram produzidas sobre Orlando Sabino, e como os discursos representaram esse sujeito em textos da mídia e da ficção, conforme mencionado anteriormente, como: monstro, diabo, assassino, louco e vítima.

Tendo como base a fundamentação teórica apresentada sobre o discurso, sujeito e enunciado, elementos importantes para esta dissertação, indicamos que tais conceitos serão retomados no corpo do texto e inseridos nas análises dos enunciados discutidos adiante, nos quais perceberemos algumas práticas divisoras, como também, o modo como o homem se constitui sujeito.

### **2.1. As condições de existência dos enunciados**

O sujeito é, com base nos estudos foucaultianos (1995, p. 104), tecidos nos e pelos enunciados, visto que, “o referencial do enunciado forma lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados das coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado”, e, com isso, permite a possibilidade de aparecimento e de delimitação do que é dito. São os enunciados que vão dar as condições de possibilidades para a existência de todas as formas de análise de discurso, pois eles não estão nem dentro nem fora, agindo externamente sob uma cadeia de signos, mas estão em suas separações, eles estão nas emergências do discurso, em suas fendas, no limite dos signos, com preceitos que se encontram numa regularidade que só emerge após encontrar as regras de formação de um discurso, por isso, um discurso e não outro em seu lugar.

Decorre daí que, para realizar a análise dos enunciados, é necessário partir da exterioridade, pois ela nos possibilitará apreender as condições de possibilidade para o discurso. Nesse movimento, observaremos quais relações de poder e quais lutas políticas que caracterizam a existência e os efeitos dos enunciados, além de observar também o momento histórico que tais enunciados surgem, pois se trata de um acontecimento que possibilita a emergência desses enunciados.

Para organizar os vários enunciados designados a Orlando Sabino, adotamos uma metodologia de recortes enunciativos. Já que existe determinada regularidade discursiva, que se inscreve nos enunciados sobre Orlando Sabino, optamos pelo recorte em cinco séries temáticas, a partir das quais localizaremos como esse sujeito foi objetivado como “assassino, monstro, diabo, louco e vítima”. Os recortes foram retirados das publicações *O diabo está lá fora* (2013), *E-book da Comissão da Verdade do Triângulo Mineiro* (2017) e das reportagens das edições 183 e 184, da revista *Veja* (1972). Para diferenciar os recortes de análises das citações, optamos por destacá-las em itálico, sem recuo, assim como uma fonte menor que a do texto. Ressaltamos que os enunciados Monstro e Louco, mesmo sendo analisados nos recortes enunciativos, terão um capítulo à parte, pois esses enunciados nos levam a compreender que cada discurso materializado na língua foi destacado em nossa pesquisa. Assim pretendemos conceituar e analisar os modos de objetivação de Orlando Sabino a partir desses enunciados.

Poderíamos iniciar este tópico abordando sobre como Orlando Sabino foi retratado nas obras de ficção, salientando que só nas obras literárias houve ficção, mas seria uma hipocrisia dizer que a reportagem da revista *Veja* trouxe um texto puramente informativo e imparcial. Embora seja um texto jornalístico, a linguagem utilizada na revista se aproxima bastante das narrativas de ficção. Sendo assim, não podemos isolar a mídia desse processo de colaboração constitutiva, não por se tratar de um texto que apresenta elementos literários, mas, por se tratar de uma matéria que representa uma instituição jornalística, com sujeitos social e historicamente constituídos, imprimindo marcas do discurso, além de conferir um olhar do ponto de vista dos sujeitos dessa instituição. Desse modo, vamos definir que Orlando Sabino foi constituído discursivamente pelos enunciados produzidos sobre ele, ganhando contornos inusitados, que, ora o pintam como diabo, ora como um monstro, assassino, e, em outros momentos, como louco e vítima. Afirmamos se tratar de uma construção que se efetiva na e pela linguagem, pois o discurso é uma categoria fundante do sujeito, e, no livro *O diabo está*

*lá fora*, desde a sua capa, até as chamadas das reportagens, observamos como esses discursos se constroem.

### 2.1.1 A construção do sujeito assassino

Iniciamos nossa interlocução, na abordagem sobre a construção do sujeito assassino, com os estudos de Barros e Milanez (2013 p. 31), que faz a seguinte reflexão sobre o sujeito criminoso: “para se chegar a ele é necessário que antes exista o crime, e para que o crime exista é preciso que ele seja construído”. Nesse sentido, notamos que existe uma construção de verdades, se pensarmos na palavra “construir o crime”, pois o crime só existe a partir de uma construção social e histórica, por que não dizer política também!? Não só o crime é uma construção histórica, como também, o sujeito criminoso, as condições socio-históricas, permitem que Orlando Sabino seja construído como criminoso, por meio dos discursos que dão condições de existência para o aparecimento desse sujeito. Esses acontecimentos são tratados como dispersão temporal, e, assim, analisados em sua singularidade. Desse modo admite possibilidade da constituição de Orlando Sabino como sujeito assassino, e não outro em seu lugar. Foucault (1995) afirma:

É preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos, nessa pontualidade em que aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços, escondido bem longe de todos os olhares, na poeira dos livros. Não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem; é preciso tratá-lo no jogo de sua instância (FOUCAULT, 1995, p. 28).

Se o assassinato é praticado por um indivíduo envolvido com as guerrilhas, em pleno período ditatorial, a prisão será chamada de justiça, dependendo da posição discursiva do sujeito que fala. Porém, se é cometido por um andarilho, um sujeito apagado e silenciado socialmente, ele já torna assassino, e, se há o assassino, logo existe o crime. A partir das concepções de Barros e Milanez (2013), analisamos o seguinte enunciado da revista *Veja*, edição 183, sobre o criminoso.

*Até agora, o que se sabe sobre o misterioso assassino é que não rouba nada de suas vítimas a não ser comida. Comer e matar parecem ser seus principais objetivos. Em Coromandel, por exemplo, arrombou a sede de um sítio onde não havia ninguém.* (VEJA, 1972a, p. 20)

Percebe-se que a linguagem deixa marcas das construções de verdades apresentadas pela mídia, como as palavras “misterioso assassino”; nota-se também a

contradição do discurso. Primeiramente afirma “não rouba nada de suas vítimas”, logo em seguida, diz que rouba “a não ser comida”. Para averiguar o que a contradição pode significar, recorreremos à Rasia (2003), que nos explica:

O princípio da contradição, basilar para a AD, é alvo de desdobramentos específicos, desde que teve esse lugar de demarcação metodológica mais explicitado em Courtine (1981), quando este, tratando do processo de identificação/desidentificação, afirma que tal se manifesta no interior das FDs, as quais não têm fronteiras resguardadas de sua exterioridade. Essa condição da ideologia é produto de uma releitura crítica da própria condição que a história ocupa numa leitura não ortodoxa do Marxismo, a qual concebe a história em sua descontinuidade, e, por conseguinte, impossível de estabilidade. (RASIA, 2003, s/p)

Foucault, no final de seu trabalho, no processo histórico do saber e das ideias, em *Arqueologia do saber*, propõe uma metodologia de investigação ligada entre filosofia e história, embora Foucault não se pretendeu historiador, como afirma Rago (1995): “poucos tenham demonstrado um sentido histórico tão forte quanto ele, o filósofo insistia na ideia nietzschiana de que “tudo é histórico”, e, portanto de que nada do que é humano deve escapar ao campo de visão e de expressão do historiador”. (RAGO, 1995, p. 4). Partindo desse princípio, precisamos considerar as condições históricas para o aparecimento do objeto discurso, que permite “falar alguma coisa” e se confrontar com outros objetos; o discurso, como está ligado a um conjunto de enunciados, se respaldam em uma mesma formação discursiva, assim sendo, não possui apenas um sentido ou uma verdade. Desse modo é possível encontrar a contradição fundamental do discurso analisado:

Tal contradição, longe de ser aparência ou acidente do discurso, longe de ser aquilo de que é preciso libertá-lo para que ele libere, enfim, sua verdade aberta, constitui a própria lei de sua existência: é a partir dela que ele emerge; é ao mesmo tempo para traduzi-la e superá-la que ele se põe a falar; é para fugir dela, enquanto ela renasce sem cessar através dele, que ele continua e recomeça indefinidamente, é por ela estar sempre aquém dele e por ele jamais poder contorná-la inteiramente que ele muda, se metamorfoseia, escapa de si mesmo em sua própria continuidade. A contradição funciona, então, ao longo do discurso, como o princípio de sua historicidade (FOUCAULT, 1995, p.173)

Concluimos, então, que a contradição, ou alteridade do sujeito discursivo, lhe é constitutiva, e, na análise arqueológica do discurso, seguindo Foucault, as contradições “são objetos a serem descritos por si mesmos, sem que se procure saber de que ponto de vista se podem dissipar ou em que nível se radicalizam e se transformam em causas” (FOUCAULT, 1995, p. 174). Feito esses parênteses, para falar da contradição exposta no

enunciado, retornemos ao que nos importa na análise. A questão é: como o sujeito assassino foi construído pelas teias dos enunciados? Barros e Milanez (2013 p. 31) argumentam que “para o crime é preciso a existência de um sujeito que o cometa e a produção de um discurso que o delimite”. Sendo assim, o crime ocorrido no Triângulo Mineiro existe na subjetividade dos sujeitos daquela região, pois ele surge em certo contexto histórico, e, a partir de certas necessidades que o viabiliza manifestar como uma construção discursiva.

*Estava tranquilamente cozinhando um refogado quando o dono apareceu, com uma lata de azeite. Foi morto e, com o mesmo facão, o assassino abriu a lata e utilizou o azeite. Na falta desse ingrediente ele estava cozinhando com queijo de Minas”. (VEJA, 1972a, p. 20)*

Desse modo, a constituição do sujeito criminoso pela revista *Veja*, e pelas narrativas apresentadas adiante, sobre Orlando Sabino, reforça que o assassino não seguia uma norma de assassinatos estereotipados historicamente, pois já existia um padrão socialmente aceitável de um ser assassino, havia uma normatização desse sujeito, que segue um padrão, e que tem motivos para matar. Orlando Sabino não, ele é apresentado como alguém que mata sem motivos, é comparado a um animal, especificamente, uma fera, agindo apenas pelo instinto “Comer e matar parecem ser seus principais objetivos”, como se percebe nos enunciados descritos abaixo, a fim de ilustrar a constituição da frieza nas atitudes do sujeito dito criminoso:

*Orlando fugia tendo sempre o cuidado de andar pelos córregos, onde não deixava pistas. Às vezes mudava sua rota, dirigia-se a algum lugar afastado, deixava marcas evidentes da sua passagem, e voltava para seus esconderijos primitivos na tentativa de enganar os perseguidores. Atribuindo ao assassino a condição de grande conhecedor da região – ele procurava refúgio nas próprias fazendas onde milharais de quase dois metros de altura eram um esconderijo seguro –, alguns policiais chegaram até mesmo a duvidar da sua existência. (VEJA 184, 1972b, p. 32)*

Entender como se dá a constituição do sujeito requer uma viagem arqueológica dentro do Discurso, para compreendê-lo, a partir da inter-relação entre língua, poder e história. Fernandes (2012) afirma que a Análise do Discurso, tendo o discurso como objeto de investigação, trabalha com a linguagem sob suas diferentes possibilidades de existência, e a considera em uma relação direta com a história. Nesse sentido, para enaltecer o trabalho dos militares que caçavam o assassino, as reportagens da revista *Veja*

construíram um discurso sobre as habilidades do suposto assassino, atribuindo a ele um conhecimento e uma postura perceptível na linguagem, expressa pelos termos: “na tentativa de enganar seus perseguidores”, “conhecedor da região” e “frieza nas atitudes”. Dessa forma, legitimava a necessidade das forças armadas na busca, pois seriam os únicos a conseguir capturar um sujeito tão perigoso, e também para justificar a demora da captura.

O discurso determina as possibilidades de condições de produção de enunciados entre história e linguagem, em sua história e dispersão, pois o discurso é exterior à língua, mas depende dela para sua possibilidade de existência material. Ou seja, o discurso materializa-se na linguagem, seja ela textual ou imagética, que sofre determinações históricas, e, assim, as produções de verdades vão se tornando uma teia, tecida pelos discursos. Observamos, por meio de uma foto de Sabino, publicada pela Revista *Veja* (1972), conforme figura 1, a relação com o texto, logo a seguir, na construção do assassino.

Figura 1

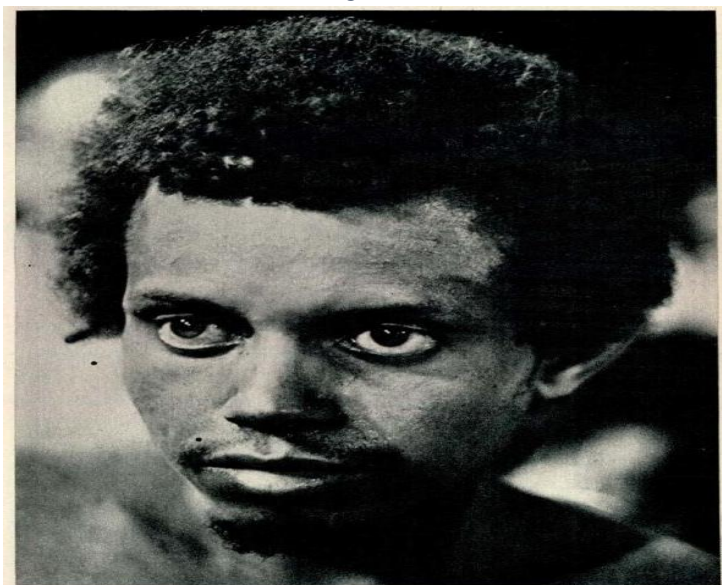


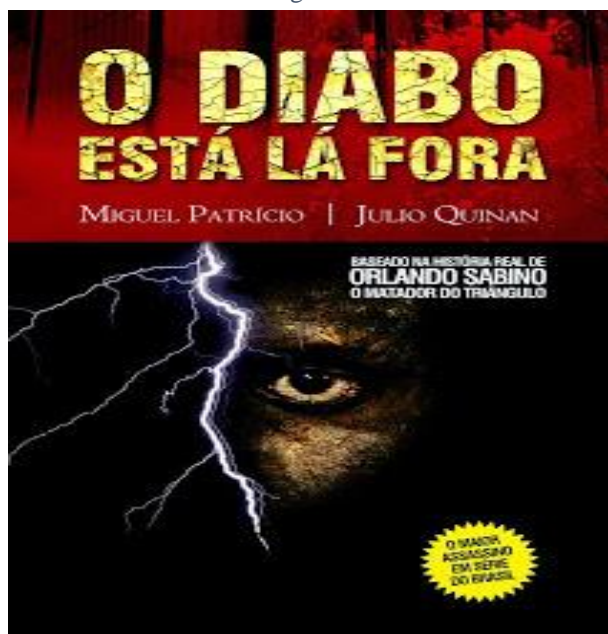
Imagem retirada do acervo digital da revista *Veja*, edição 184, do ano de 1972, sobre a reportagem do monstro de Capinópolis.

*As vacas mugem assustadas. O agressor de olhos injetados olha para os animais e parece se irritar com aquela agitação. José ainda agoniza em espasmos e convulsões. Mais um golpe e sua cabeça é esfacelada. Fragmentos de ossos e cérebro se espalham pela cerca do curral, junto às gotas de sangue.*” (QUINAM; PATRÍCIO 2013, p. 36)

Em destaque temos a presença de um olhar injetado e assustador presente na figura 1, retirado da revista *Veja*, edição 184, e depois o enunciado retirado da narrativa *O diabo*

*está lá fora*, a qual descreve o olhar do sujeito assassino “o agressor de olhos injetados”, presente em vários enunciados. Referente a esse olhar, a figura 2 reporta ao olhar de Sabino, exposto na foto (figura 1), para relacioná-lo ao diabo.

Figura 2



Capa do livro *O diabo está lá fora* 2013, de Júlio Quinan e Miguel Patrício.

Na imagem da capa, podemos observar como esses discursos são construídos pela linguagem e pelos elementos imagéticos, que a caracterizam, tais como a cor preta e a vermelha, dando a ideia de algo obscuro, noturno e enigmático, dado aos discursos sobre o próprio diabo. Recorremos ao dicionário de símbolos<sup>12</sup> para analisar a significação das cores. “O preto simboliza o mal, especialmente pelo fato de representar ausência de cor. [...] Representa o submundo, mas originalmente é associado à autoridade e sofisticação. É a cor do luto tanto no Cristianismo como no Islamismo”. Para muitas culturas, a cor preta é, historicamente, conhecida como símbolo de algo diabólico, nesse caso, a cor instiga a ligação de Sabino ao próprio diabo, não apenas pelo nome do livro, mas pelos elementos que compõem a própria capa e despertam a memória discursiva do leitor. No escuro, um raio ilumina o olho, para indicar que, na escuridão, há um assassino, um ser da morte, um monstro, um diabo. Todos esses elementos linguísticos são utilizados na construção de um sujeito discursivo.

<sup>12</sup> <https://www.dicionariodesimbolos.com.br/significado-cores/>

Outro ponto em destaque é a cor vermelha. No dicionário de símbolos<sup>13</sup>, “as tonalidades do vermelho fazem dele uma cor ambígua. Enquanto o vermelho claro representa amor, paixão e sorte, o vermelho escuro representa guerra e perigo”. Na capa do livro, a representatividade da cor vermelha é, minimamente, intrigante, dado que ela não é apenas representada em uma cor vermelha viva, como também tem manchas. Na parte em que ela aparece, representa dois elementos da capa do livro, primeiro, as manchas, que fazem alusão ao sangue, representando, o sangue derramado das vítimas do “monstro”, como também, a cor vermelha vívida pode ainda sugerir o fogo, retomando os discursos religiosos sobre o inferno, ligando-os ao sujeito Orlando Sabino, o próprio diabo. Também a cor amarela é significativa. No dicionário já mencionado, a cor amarela “além de refletir alegria e descontração, também pode simbolizar covardia, o que acontece em muitos lugares, tal como em outros, simboliza inveja”. No caso, pode simbolizar a covardia, além de remeter à memória de labaredas de um fogo intenso. Também as cores brancas dos nomes impressos dos que escreveram o texto. Os escritores estariam limpos e puros, naquela representação do inferno, tal como é definida pelo Dicionário de Símbolos, disponível pela internet, link<sup>14</sup> na nota de rodapé: “O branco é uma cor positiva. Símbolo da rendição e da paz, transmite calma, frescura e pureza”.

Abaixo da imagem, o enunciado “o maior assassino em série do Brasil”, cujo discurso convida os leitores para o perfil da narrativa. Todos esses elementos, apresentados na capa, colaboram para a construção do monstro ou do diabo retratado na obra. Nesse sentido, Courtine (2013, p.43) testifica que, assim como o discurso, “toda imagem se inscreve em uma cultura visual, e esta cultura supõe a existência junto ao indivíduo de uma memória das imagens onde toda imagem tem um eco”. Esse eco aponta para a construção do sujeito Orlando Sabino, que se dá pela exterioridade presente na linguagem. Vejamos,

*A chuva desaba torrencialmente. Os olhos injetados da terrível criatura brilham e um leve sorriso aparece em seu rosto agora revigorado pelo elixir de sangue, pelo remédio que regularmente precisa tomar: a morte!* (QUINAM; PATRICIO, 2013, p. 17)

Os ingredientes narrativos produzem efeito de sentido que colaboram para a criação de uma “criatura”, deixando espaço para várias interpretações, pois não descrevem ou falam qual é o tipo de criatura que mata e que tem os “olhos injetados”,

<sup>13</sup> <https://www.dicionariodesimbolos.com.br/significado-cores/>

<sup>14</sup> <https://www.dicionariodesimbolos.com.br/significado-cores/>

uma vez que tais elementos já se instalam na memória do leitor, que o associa a outros acontecimentos históricos, dando ao acontecimento uma matiz de verdade, condicionando a construção do sujeito a partir da memória discursiva. As metáforas, empregadas na construção do texto, apelam para a memória discursiva, que é o suporte semântico de um discurso. Conforme explicita Pêcheux (2010), no que tange à memória, seu funcionamento se dá através da repetição de enunciados, que formam uma regularidade discursiva. Esta, por sua vez, invoca significados através dos pré-construídos estabelecidos nas séries enunciativas. Assim, do seguinte enunciado:

*O sangue jorra pela estrada em largos e constantes esguichos. O camponês ainda agoniza, emitindo sons guturais, enquanto é arrastado para o meio da mata. Um trovão atravessa o ar, rugindo como uma voz nervosa e grave a reclamar, desaprovando a horrenda cena.* (QUINAM; PATRICIO, 2013, p.17)

A imagem que emerge na memória, a partir de elementos linguísticos presentes nos enunciados, como “sons guturais”, emitidos pelo camponês, remetem a uma situação de sensação de dor, de que está sendo devorado por uma fera selvagem, sedenta e faminta. Não é um homem que mata apenas, mas a criatura que pune com a morte as ações do homem. No excerto, de característica ficcional, os autores exploram os crimes de forma carregada de imagens e recursos literários, tais como metáforas e outras figuras, que dão à cena do crime um caráter sombrio e, até mesmo, sepulcral em relação às atitudes do temido assassino.

Tais atitudes pareciam ser desaprovadas até pelos fenômenos da natureza, como relatado no fragmento do enunciado apresentado “Um trovão atravessa o ar, rugindo como uma voz nervosa e grave a reclamar, desaprovando a horrenda cena”. Os relatos de morte, descritos com requintes de crueldade, no livro *O diabo está lá fora*, são constantes, e, à medida que os boatos se alastravam, também aumentava o pavor dos moradores da região de Minas Gerais e Goiás. A obra retrata a gravidade dos crimes, não deixando espaço para que a própria polícia local resolvesse a situação da criminalidade daquele momento.

E, assim, crescia o mistério acerca dos acontecimentos que envolviam assassinatos, ficando a captura do transgressor mais distante. Mediante aos atos, segue o enunciado presente no “Relatório da Comissão da Verdade”, que descreve, hiperbolicamente, a campanha para a captura do assassino. Além dos “1000 homens da polícia”, há a presença de um animal de caça, não sendo qualquer animal, mas um

“notável farejador”. Todos esses elementos textuais apresentados colaboram para a construção da periculosidade do assassino que estava à solta.

*Cerca de 1000 homens da polícia civil e militar estão empenhados na caça do assassino. O melhor cão pastor de Minas, notável farejador, foi trazido de Belo Horizonte no avião do Palácio da Liberdade, por ordem do governador Rondon Pacheco. [...] O prefeito de Ituiutaba [...] enviou um memorial ao presidente da República, pedindo a colaboração da Aeronáutica e do Exército. (COMISSÃO DA VERDADE DO TRIÂNGULO MINEIRO p. 48)*

O exagero também é corroborado pela revista *Veja* de 1972, o que traz a ideia de que o assassino seria descomunal, e, por isso, eram necessários tantos homens para conseguir capturá-lo, porém, não adiantava todo esse contingente, pois o assassino transcendia ao sobrenatural e “desaparecia virando fumaça”.

*Mil homens procuram o assassino, mas dizem que desaparece virando fumaça. (VEJA, 1972a. p. 20)*

Os crimes atribuídos a Orlando Sabino, retratados pela mídia, transformam a linguagem jornalística em espetáculo, uma vez que, segundo Navarro (2003, p. 113) “o lugar midiático articula-se com o saber poder”, pois o lugar de onde se fala e quem fala a linguagem jornalística, tem autoridade para legitimar esse discurso, tendo os textos jornalístico como categoria de verdade, uma vez que está na categoria de um determinado campo do saber.

*É como se Átila tivesse atravessado o triângulo mineiro. Pelo menos o pavor da população de algumas cidades parece indicar a iminente invasão de uma horda de bárbaros. Nas margens do rio Paranaíba, as estradas poeirentas conduzem famílias de sitiantes que só pensam em fugir, deixando para trás casas, lavouras e o gado faminto mugindo nos currais fechados. (VEJA, 1972a, p.20)*

A revista afirma que “é como se Átila tivesse atravessado o triângulo mineiro. Pelo menos o pavor da população de algumas cidades parece indicar a iminente invasão de uma horda de bárbaros.”. Comparam-se os atos do assassino ao bárbaro Atila<sup>15</sup>, rei dos hunos, também conhecido como *flagelo de Deus*, um homem cujo nome, em menos de

---

<sup>15</sup><https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/o-flagelo-de-deus-atila.phtml>

20 anos, tinha virado sinônimo de destruição e horror. Foi o sujeito mais odiado de seu tempo, que devastou boa parte da Europa.

A mídia se assume a portadora do discurso verdadeiro, pois está inserida em um determinado regime de verdade, logo, de prática do discurso, instituições e obrigações definidas, assim, ela se posiciona de modo a mostrar as ideologias desse grupo, ou melhor, dessa instituição. Assim a posição-sujeito assumido por esses sujeitos historicamente construídos, colaboram para a existência de discursos que se transformam em acontecimento, conforme elucida Navarro (2003).

A mídia não somente transforma o presente em acontecimentos jornalístico, como também lhe confere um estatuto histórico. Desse modo, a sociedade assiste à história do tempo presente sendo construída, no interior dos aparelhos de comunicação de massa, sob a tirania do acontecimento. Lugar de excelência, de produção do acontecimento não é mais o do discurso da história, mas sim da mídia. (NAVARRO, 2008, p. 116)

Debord (2003) explica que o espetáculo midiático se apresenta como discurso ininterrupto. É dessa forma que a mídia sobrevive, transformando os fatos cotidianos em acontecimentos espetaculares.

É o auto retrato do poder no momento da sua gestão totalitária das condições de existência. A aparência fetichista de pura objetividade nas relações espetaculares esconde seu caráter de relação entre homens e entre classes: uma segunda natureza parece dominar o nosso meio ambiente com suas leis fatais. (DEBORD, 2003, p. 21)

Como pesquisador da mídia, o autor afirma que o espetáculo não é necessariamente proveniente do desenvolvimento técnico tomado como desenvolvimento *natural*. A sociedade do espetáculo é uma formulação. Ela “escolhe o seu próprio conteúdo técnico” (DEBORD, 2003, p. 21). A espetacularização do acontecimento no Triângulo Mineiro promove Orlando Sabino ao papel do sujeito criminoso que mata sem piedade, por puro prazer.

*Em Uberaba, o terrível facínora chegou a esboçar um sorriso ao ser apresentado à imprensa como “um pesadelo que paralisou uma região e deixou estarrecida a população do Estado”.* (VEJA, 1972b, p. 34)

*E a rádio Platina continuava a interromper sua programação de 10 em 10 minutos para avisar: “Cuidado, ele é capaz de tudo.* (VEJA, 1972a, p. 20)

*Ele matava quando sentia raiva.* (VEJA, 1972b, p. 32)

Em análise observamos que os enunciados da revista *Veja* apresentam alguns elementos linguísticos que reforçam a espetacularização. Destacamos o trecho em que a reportagem descreve Orlando Sabino como alguém cínico, “*o terrível facínora chegou a esboçar um sorriso ao ser apresentado à imprensa*”, esse cinismo é o marco presente no enunciado da frieza do sujeito assassino, criado pela imprensa, assim como o uso do vocativo “*cuidado*”, alertando o público e se mostrando preocupados. Com isso, a linguagem da reportagem se aproxima dos leitores, pois esta se mostra conhecedora do assassino quando utiliza “*ele é capaz de tudo*”. Assim a mídia traz a ideia do controle, pela instituição, do medo, do temor e da insegurança. Dessa forma a mídia também exerce o poder disciplinar, uma forma de adestramento e controle de conduta, Foucault (2014, p.167) ressalta que o “poder disciplinar [...] “adestra” as multidões confusas, móveis, inúteis de corpos e forças para uma multiplicidade de elementos individuais”. Concluimos, assim, que a disciplina tem o poder de “fabricar” indivíduos e os objetivar sujeitos.

A ineficácia das ações dos governantes, para a captura do assassino, pedia medida desesperadora como “espalhar gasolina numa área de 50 alqueires”. Atear fogo no campo é uma ação muito utilizada pelos moradores do campo com o fim de renovar pastagem. Assim, a atitude de incendiar pode estar relacionada com a vontade de renovar o clima de pesadelo vivenciado pela população. Porém, o fogo não eliminaria a maldição que assolava aquela região, pois a única força capaz de fazer renascer a paz, seria pela vontade de Deus.

*Um vereador de Capinópolis sugeriu que se espalhasse gasolina numa área de 50 alqueires, onde se supõe que o assassino esteja escondido, e que se queimasse tudo. Mas boa parte dos moradores da região está firmemente convencida de que só se livrará do flagelo “pela vontade de Deus”.* (VEJA. 1972a, p. 20)

*Desde que começou a caça ao assassino, a prefeitura gastou mais de 200.000 cruzeiros fornecendo gasolina para policiais e abrigando os sitiados apavorados que fugiram para a cidade.* (VEJA, 1972b, p. 32)

Como o sujeito é um efeito das relações indissociáveis de saber/poder, além de situar no processo contínuo de constituição, é notável o discurso cristão, bem como a sua forma de existência nos enunciados apresentados pela revista *Veja* “*só se livrará do flagelo pela vontade de Deus*”. Essa moralidade advém dos princípios cristãos, que, além de manter uma regularidade dos costumes da opinião pública, constitui um regime de

saber. Esse sujeito religioso evoca e coloca Deus como o salvador dos homens. Toda essa evocação do discurso religioso se dá por um processo de ritual. Foucault (1996, p.39), na ordem do discurso, esclarece “os discursos religiosos, judiciários, terapêuticos e, em parte também políticos não podem ser dissociados dessa prática de um ritual que determina para os sujeitos que falam”. Esses elementos são dados fundamentais do sujeito cristão.

Figura 3



Imagem retirada do acervo digital da revista Veja, edição 184, do ano de 1972, com a legenda Em Uberaba, a cena final do “terrível facínora”.

*Mas ele só foi exibido de corpo inteiro à curiosidade popular quando chegou a Uberaba, já na madrugada de sábado. Da camioneta desceu um rapaz franzino, mulato, muito assustado. Disse apenas seu nome, a idade, 34 anos, que nasceu em Araçongas, no Paraná, e tinha o hábito de matar sempre que ficava com raiva. (VEJA, 1972b, p. 32)*

Assim, os textos de mídia e obra literária, escolhidas como material de análise, descrevem os rastros de terror realizado por Orlando Sabino. Utilizando de uma linguagem de cunho mais informativo, a revista *Veja* relata o comportamento calmo e impiedoso do assassino,

*Havia ainda a mobilização de quase todos os fazendeiros e lavradores da região, que se confundiam com os policiais pela quantidade de suas armas a ponto de ser noticiado, quando as buscas se tornaram mais intensas, duas semanas atrás, que mil homens estavam atrás do assassino. (VEJA, 1972b, p. 32)*

Esses enunciados nos fazem pensar no tipo de criatura que perambulou o Triângulo Mineiro da década de 1970, e como as suas ações deixaram cicatrizes imaginárias nos envolvidos. Mesmo exibindo uma estrutura física contrária do que se

espera de um estereótipo de assassino, Orlando Sabino “*rapaz franzino, mulato, muito assustado*”, é revelado, pela revista *Veja*, com atitudes contraditórias a do seu porte físico, embora o sujeito fosse franzino, ele seria capaz de matar, pois, para ele, isso era hábito, algo costumeiro “*tinha o hábito de matar sempre que ficava com raiva*”. Dessa forma a linguagem midiática constrói o sujeito assassino, necessitando, assim, da exigência da força política e policial de utilizar um arsenal exagerado para a sua captura, transformando todo o processo de captura em um espetáculo.

A construção, para a existência de um “*enviado do demônio*”, visto como representação do mal, se responde pelo fato de existir a construção de uma existência do que venha ser o bem, relacionado com o divino. De acordo com SALES (2009, p. 3) “O demônio era visto como tentador, como o grande inimigo de Deus, possuindo grande força nefasta e sendo o grande desorganizador da vida humana”. Assim, os crimes estavam relacionados a essa força maior que intervinha na vida cotidiana, podendo, com isso, se constatar a presença do mal, no dia a dia dos homens.

Foucault, na *História da Loucura* (1979), relata que o demônio está apresentado em estado de loucura, enviado para castigar os homens pelos pecados cometidos, “acusava-se de ter matado o filho e, no auge do remorso, dizia que Deus, para castigá-lo, havia colocado às suas costas um demônio encarregado de tentá-lo como aquele que havia tentado ao Senhor”. (FOUCAULT, 1972, p. 259). Os enunciados proferidos, no contexto de uma sociedade cristã, convocam o demônio como a entidade capaz de cometer grandes atrocidades contra a humanidade.

*Para muitos, o assassino só podia ser um enviado do demônio. As histórias das suas proezas cresciam na imaginação e muitas vezes eram estimuladas por fatos inexplicáveis.* (VEJA, 1972b, p. 34)

Na mesma linha de construção discursiva do sujeito Orlando Sabino, feita pela *Veja*, o livro *O diabo está lá fora* continua a relatar feitos de uma figura sobrenatural e obscura, descrevendo um tipo de criatura capaz de cometer as atrocidades de vários assassinatos. No capítulo do livro, intitulado “O remédio: a morte”, os autores fazem um jogo de contradição entre vida e morte, descrevendo como o monstro se sentia após o homicídio, como se a morte fosse o “elixir” para mantê-lo vivo. Já anunciado pelo título, esse argumento explicita o caráter do monstruoso, presente no *diabo*, relatado na obra, pois *o remédio: a morte*, não era para a vítima, e sim para o assassino. Nesse capítulo,

aparece o primeiro caso de carnificina de mais assassinatos realizados com extrema crueldade.

Os moradores da região passaram a ter hora para saírem de casa, porque alguns horários não eram mais seguros, o diabo poderia estar à caça. Em “Banho de sangue”, um dos capítulos do Livro *O diabo está lá fora*, há o primeiro relato da construção do corpo da figura do diabo, trazendo consigo “*uma foice no ombro, uma espingarda pendurada nas costas e um facão preso na cinta*”, esse arsenal utilizado pela figura do assassino intimidava quem passava pela estrada. Diante do perigo iminente, verifica-se, sempre, um cuidado.

*Neste instante, eles avistam uma figura caminhando vagarosamente na margem esquerda da estrada, trazendo uma foice no ombro, uma espingarda pendurada nas costas e um facão preso na cinta. É um homem pardo, de cabelos crespos e olhos injetados, mas ninguém se atreve a encará-lo. (QUINAM; PATRÍCIO, 2013, p. 44)*

A presença da descrição dos olhos de Orlando Sabino é constante no livro *O diabo está lá fora*, e seus olhos são sempre destacados, e essa descrição “olhos injetados” transporta para a ideia de algo que provoca medo. Notamos que Orlando Sabino não caminhava em qualquer parte da estrada, era um lugar bem específico, nas margens esquerda. O lado esquerdo tem uma representação do mal, do lugar errado, do pecado e de ideologias políticas contrárias, no caso, as da Ditadura Militar. Ser de esquerda, no contexto ditatorial, e, na atualidade, também constituiu oposição partidária. Como nosso foco é a Ditadura Militar, podemos ressaltar que ser de esquerda, nesse período, era ser candidato a sofrer as piores agressões. Essas foram relatadas em vários livros sobre a tortura no Brasil, durante a ditadura militar, como no exemplo do livro de D. Paulo Evaristo Arns (1986). Ressaltamos ainda que, nesse momento descritivo, a figura diabólica, retratada a partir dos enunciados da narrativa, assume outra figura, não apenas a do diabo, mas também a de um homem pardo, de cabelos crespos e olhos injetados.

Orlando Sabino surgiu na conjuntura da mídia e da história nos anos 1970, cercado de exageros e mitificações. Até hoje persistem relatos sobre esse sujeito na região, figurando, no imaginário dessa população, como um ser monstruoso.

Apesar de ter se passado quase cinco décadas, a história ainda permanece viva na formação cultural dessas pequenas cidades interioranas, por onde são narrados os fatos sobre Sabino. Tudo isso nos mostra a força dos discursos quando subjetivados e

assumidos pelos sujeitos como verdades inquestionáveis, assim como muitos cidadãos brasileiros vêm, desde as manifestações políticas de 2013, solicitando o retorno dos militares ao poder. Acreditam no discurso de que, naquela época, o país era mais próspero, sem corrupção, em contrapartida a outros discursos de opressão, perseguição, censura e tortura, atos cometidos pela Ditadura, já apresentados anteriormente. Podemos perceber que tudo se trata de construções de verdades, a partir de uma dispersão histórica, de uma descontinuidade.

### **2.1.2 Construção do sujeito monstruoso: enunciado monstro**

Os enunciados da Revista *Veja*, das edições 183/184 de 1972, assim como o livro *O diabo está lá fora*, apontavam Sabino como o “monstro”, uma estranha criatura. A diferença é que, no livro supracitado, os autores se utilizam das figuras de linguagem para reforçar ainda mais a construção discursiva da criatura monstruosa.

*Sobre uma árvore, camuflado entre as folhas, um vulto observa o chacareiro passar pela trilha segurando os baldes e uma corda de couro jogada no ombro. Dois grandes olhos brilham na escuridão como se tivessem vida própria.* (QUINAM, PATRÍCIO, 2013, p. 35)

Atribuindo vida própria aos “olhos que brilham na escuridão”, não os descrevem como os de uma pessoa, mas como de um animal que fica sempre a espreitar algo, ou como se fosse da ordem do inexplicável. Para entendermos o enunciado, nos respaldamos em Foucault, quando diz que:

Um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente. Trata-se de um acontecimento estranho, por certo: inicialmente porque está ligado, a um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra, mas, por outro lado, abre para si mesmo uma existência remanescente no campo da memória, ou materialidade dos manuscritos, dos livros e de qualquer forma de registros; em seguida, porque é o único como todo acontecimento, mas está aberto à repetição, à transformações, à reativação. (FOUCAULT, 1995, p. 32)

Se o enunciado é tratado como um acontecimento, e abre espaço para a memória discursiva, é possível analisar as obras, objeto deste estudo, dentro da abordagem enunciativa, pois, para na construção da narrativa, os elementos discursivos e imagéticos são formulados de forma a criar ditos, que evocam outros ditos sob domínio de memória, como observados no enunciado imagético e discursivo descrito a seguir.

Figura 4



Imagem retirada do site  
<https://www.panoramicasocial.com.br/2015/03/ditadura-sadica-o-caso-orlando-sabino.html> /acesso 15/06/2017.

O crime é um acontecimento discursivo, inserido em um conjunto de prática de saberes, portanto, inserido em um campo de verdades. Por isso, falar dos crimes que aqui apresentamos se faz importante, uma vez que, foram cometidos por sujeitos objetivados a monstros. Para compreendermos essa construção, recorreremos à concepção de Foucault (2010, p. 52), que afirma estar o monstro inserido no “contexto dos poderes político-judiciário”, isto é, o sujeito monstruoso transgrediu a ordem do natural e social. A concepção de monstruosidade, na Idade Média, ao século XVIII, para Foucault, se dá porque está “na transgressão, por conseguinte, dos limites naturais, transgressão das classificações, transgressão do quadro, transgressão da lei como quadro”. (FOUCAULT, 2010, p. 54)

Inserimos esse breve conceito sobre monstruosidade, da perspectiva foucaultiana, para apresentar outro sujeito objetivado a monstro, a fim de fazermos um paralelo com o sujeito Orlando Sabino, também objetivado a monstro. Pierre Rivière, segundo Foucault (2013), era um rapaz jovem de 20 anos, morador de Aunay, na aldeia chamada La

Faucerie, na França. Ele era acusado de matar sua mãe e dois irmãos. Foucault desenvolveu os estudos relacionado aos discursos construídos sobre sujeito Pierre Rivière na obra *Eu, Pierre Rivière que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão* (2013). O objetivo de apresentar Pierre Rivière não é falar dos crimes que ele cometeu, mas discorrer sobre o modo como a construção do monstruoso atribuído a ele emerge também nos enunciados de monstro atribuído a Orlando Sabino.

O estereótipo de monstro, presente nos dois sujeitos, vai desde a característica física até a irracionalidade mental. Analisamos, primeiramente, o enunciado 3 da reportagem, a qual traz Orlando Sabino imobilizado e acuado pelos soldados que o prenderam. Sabino se apresenta como figura raquítica, baixa estatura, olhar esquivo e, aparentemente, indefeso diante dos homens da lei, que o exibem como um troféu. No livro *O diabo está lá fora*, os autores sempre apresentam os olhos para ressaltar a monstruosidade do sujeito.

*Seu olhar é vazio, intimidador e distante ao mesmo tempo [...] os grandes olhos tinham sede de sangue* (QUINAM; PATRÍCIO, 2013, p. 45/46)

Na Obra de Foucault, Pierre Rivière é descrito pelas autoridades que fazem o julgamento como:

Pierre Rivière é comparado com a forma física de “um macaco ou de um primitivo: ele é de pequena estatura, sua fonte é estreita e abatida, as sobrancelhas pretas cruzam-se em arco, a cabeça está constantemente baixa e o olhar parece temer encontrar outro olhar, como se tivesse medo de trair o segredo de seu pensamento; seu caminhar é sacudido e em saltos, pula mais do que anda” (FOUCAULT, 2013, p. 276).

Orlando Sabino, assim como Pierre, é pequeno e parece sempre esconder algo no olhar, além do mais, a descrição física não é compatível com o tipo de crimes cometidos, porém, a crueldade dos crimes os colocou nessa posição de monstros, pois esses sujeitos são transgressores do que é estabelecido como normalidade.

Na constituição biológica do ser humano, a face desempenha a função de identificação dos sujeitos, a expressão, principalmente, do olhar, é a marca do tipo ou espécie de criatura que se esconde por trás do olhar, “*seu olhar é vazio*”. Assim o jeito de olhar também é fator determinante para a construção do que venha ser o normal, “o olhar parece temer encontrar outro olhar, como se tivesse medo de trair o segredo de seu pensamento”. Em a *História da Loucura* (1972), o anormal, o monstro, terão a sua existência justificada pelos saberes médicos, inseridos como patologia. Foucault (1979)

declara que “as condutas do homem social, preparando assim uma patologia dualista, em termos de normal e anormal, de sadio e mórbido, que cinde em dois domínios irreduzíveis a simples fórmula: "Para ser internado". Estrutura espessa da liberdade social”. (FOUCAULT, 1979, p.146)

A emergência desses enunciados “monstros” é possível, uma vez que existe todo um conceito de saberes, seja, médico, jurídico e biológico, dentro de uma prática discursiva, compondo a formação cultural, que se dá de forma discursiva. Desse modo, o momento histórico em que esses enunciados emergem, colaborando para “uma existência remanescente no campo da memória”. (FOUCAULT, 2013, p. 276).

Nesse contexto a mídia impressa, especificamente, a Revista *Veja*, também, em um processo de transformação, no final da década de 1970, cria efeitos que procuram evidenciar o cenário político, desgastado pelo processo repressivo e pela forte censura aos meios de comunicação durante o período ditatorial. Para isso, remodela sua estrutura de texto, trazendo o imagético não mais como suporte do verbal, mas como texto principal, ao lado do próprio texto verbal. Com isso fortalece ainda mais as construções de saberes e verdades.

Nessa perspectiva, a figura do indivíduo Orlando Sabino (homem negro, magro, pobre, de figura triste) se contrasta com o sujeito discursivo apresentado pela mídia, visto a partir do enunciado “o monstro”, definido como sujeito “monstruoso” aquele capaz de esquartejar suas vítimas e de matar até animais com requintes de crueldade, degolando-os com um facão, e bebendo seu sangue. Essa disparidade do indivíduo e sujeito, designado por dada instituição, seja ela social ou religiosa, se aplica como regime de poder, pois o sujeito é formado pelo poder, ou pelo poder relacionado ao saber. Foucault dirá que:

Esta forma de poder aplica-se à vida cotidiana imediata que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos. Há dois significados para a palavra sujeito: sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso a sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e torna sujeito a. (FOUCAULT, 1995, p. 235)

A construção da imagem do sujeito Orlando Sabino, em princípio, transforma-o em um homem completamente diferente da sua imagem real. Sabino deveria ser, no mínimo, alguém forte, alguém que deixaria qualquer pessoa amedrontada, somente por

vê-lo. Ao se pensar em um homem sanguinário, capaz de praticar barbaridades contra a vida de outros seres, a construção discursiva materializada nas reportagens é de uma pessoa totalmente contrária ao Sabino da foto. A construção do sujeito “monstro” realizada pelos enunciados das reportagens aciona uma memória de monstro com a aparência de um ser diferente de um humano, de algo desfigurado, colossal, que não se coaduna com a figura amedrontada do homem aprisionado.

Ao observar a imagem de Orlando Sabino, negro, pobre e monstro, como foi construído, podemos mencionar a apropriação de outro discurso recorrente da marginalização, a construção do discurso sobre o negro. O homem negro veio a essa cultura como escravo. Não visto como pessoa de fato, mas como objeto, como máquina de trabalho, que proporcionava ao homem branco estabilidade e conforto, pois não era necessário dispendar tempo e força física para executar trabalhos pesados e manuais. O homem negro era forçado a trabalhar em troca da vida, em condições precárias, diante de castigos brutais, em jornadas de trabalho sub-humanas. Dada a abolição da escravatura, os negros libertos viviam em condições de miséria, não tinham trabalho, pois os senhores não os pagariam por algo que eles faziam de graça. A sobrevivência passou a ser algo desafiador. Os estudos de Vasconcelos; Oliveira<sup>16</sup> (2011) descrevem a condição social do negro após a abolição

A imagem do negro, das suas culturas e dos seus saberes se processou pela via da discriminação e do racismo de forma velada, sob o manto perverso da tão propalada democracia racial; não foram vistos como cidadãos livres, possuidores de direitos e deveres, mas como um conjunto de indivíduos de alta periculosidade passíveis de políticas de enquadramento social dentro da ordem jurídica e do trabalho, portadores de uma liberdade policiada (VASCONCELOS; OLIVEIRA, 2011, p. 9)

É nesse cenário que o negro sai da condição de escravo e passa à condição de marginal. Orlando Sabino era negro, pobre, um andarilho, portanto, marginalizado. Podemos verificar sua marginalização nos estudos realizados sobre a construção do sujeito. A construção do sujeito Orlando Sabino é atravessada por discursos de preconceito, a construção de Sabino como “diabo” não só está ligada aos crimes hediondos que ele possa ter cometido, mas a sua condição como pessoa negra, levando em conta sua raça, considerando que a marginalização do negro era um discurso muito

---

<sup>16</sup> [https://www.cesjf.br/revistas/cesrevista/edicoes/2011/08\\_HISTORIA\\_OCombate.pdf](https://www.cesjf.br/revistas/cesrevista/edicoes/2011/08_HISTORIA_OCombate.pdf), acessado dia 04/06/2019

forte na época dos acontecimentos narrados, embora continue sendo na atualidade, apesar de fortes críticas e reformulações sociais no Brasil.

As análises desses enunciados possibilitam averiguar as possibilidades de construção discursiva do sujeito na e pela história. Ao estar diante de um ser “misterioso”, “*vista apenas umas duas ou três vezes, sempre de relance*”, sem face, como se nota na descrição abaixo, podemos criar um ente misterioso, e que também aguça a curiosidade, pelo fato de poucos o terem visto. Barros e Milanez (2013, p. 28) afirmam que “o efeito do desconhecido é também fomentador de um efeito monstruoso”. Esse monstro, apontado nos enunciados, se apresenta sem face, apenas um corpo que assombra e aterroriza, como percebemos no enunciado da revista *Veja*:

*A razão de tanto medo é uma figura ainda misteriosa, vista apenas umas duas ou três vezes, sempre de relance. (VEJA, 1972a, p. 20)*

*De repente um homem – “uma figura impressionante”, conta um soldado – surgiu do meio do mato e, olhando para os lados, caminhou até um dos barcos. Carregava um facão, uma foice, um pé estava descalço, no outro usava uma botina. Ao perceber que estava cercado, mergulhou no rio, mas desistiu da fuga quando a polícia começou a disparar rajadas de metralhadora para o alto. Aparentemente muito calmo, saiu da água e dirigiu-se aos policiais, os braços caídos junto ao corpo. (VEJA, 1972b, p. 34)*

A presença dessa figura, colocada como, “*uma figura impressionante*”, com forma desfigurada pelos discursos, permite várias construções no imaginário humano, e essas construções tomam o corpo de Orlando Sabino como misterioso, mas que precisa ser decifrado, descoberto.

Hashiguti (2007, p.1) afirma que o corpo é tomado como algo de existência biológica, natural, segmentável, controlável e transparente por algumas áreas de pesquisa, e que, na perspectiva da análise do discurso, há um deslocamento. O corpo é tomado como opaco “revelando-se como forma material que se constitui no-pelo olhar que o discurso possibilita” (HASHIGUTI, 2007, p.1). Desse modo, a imagem de Sabino, tomada a partir de novos olhares discursivos, “*de braços muito longos, olhos vermelhos e cabelos desgrenhados*”, o subjetiva/objetiva como monstro, colaborando para a ressemantização, pois já se assume o discurso de um sujeito monstruoso, a partir do corpo de Orlando Sabino.

*Na falta de uma descrição aproximada do “monstro” – as inúmeras relatadas à polícia por testemunhas assustadas iam desde um homem alto e de cabelos ruivos até uma*

*estranha criatura de braços muito longos, olhos vermelhos e cabelos desgrenhados –, cerca de cinquenta pessoas foram detidas como suspeitas.* (VEJA, 1972b, p. 32)

A concepção que se tem do corpo de Orlando Sabino, descrito no enunciado, expõe características que vão além do biológico, natural, aceitável socialmente, e adentra ao campo do estranho, do abominável, pois a sua condição corpórea está associada pela relação do que já está preestabelecido entre o normal e o anormal. Nesses enunciados sobre Sabino, o corpo é tomado como materialidade do discurso. Assim sendo, mesmo sem descrição aproximada, vista de “relance”, a figura do ser misterioso causava medo, os enunciados sugerem também que qualquer um poderia ser suspeito de ser o possível monstro: “cerca de cinquenta pessoas foram detidas como suspeitas”.

Enunciados como “monstro, flagelo e demônio” foram reproduzidos pela mídia e pela população da região do Triângulo Mineiro, e, a partir desses enunciados, pode-se perceber que, nem a polícia, nem a comunidade local tinham uma imagem definida do suposto monstro que aterrorizava a região. Por isso, se construiu um imaginário desse monstro desconfigurado. Alguns diziam que era “homem alto de cabelos ruivos”, ou uma “criatura estranha de braços desgrenhados”, algo anormal, e todas essas descrições corroboraram para a criação do “monstro/assassino”.

*O medo passou – Em Capinópolis, cidade de 6.000 habitantes onde ele matou um casal de velhos e degolou dezenove bezerros presos num curral, homens e mulheres correram ao armazém transformando em posto policial de emergência para ver o assassino, que a cidade chama de “monstro.”* (VEJA, 1972b, p. 32)

O termo “medo” nos remete ao entendimento de que o estado emocional da população daquela região foi provocado pelos discursos que circulavam sobre o assassino “*que a cidade chama de ‘monstro’*”. O termo resume o que, diante do perigo, as misteriosas mortes ocorridas nas redondezas significavam. Os acontecimentos históricos contribuíram para o surgimento do medo na região.

Entendemos que mesmo emoções básicas como o medo não fogem à regra. São também socialmente construídas [...]. Quando aprendemos um termo para designar uma emoção, aprendemos segundo o jogo lingüístico no qual aquele sentimento é classificado, conforme as regras e padrões de uma determinada cultura. (SANTOS, 2003, p. 50)

Aliado às crenças populares ou lendas, o medo pode ser provocado por razões aparentemente sem fundamento ou lógica racional. O medo de fantasmas é um exemplo. Mas não podemos esquecer que tudo que sabemos sobre fantasmas são construções

discursivamente produzidas, portanto, o medo do “monstro assassino” provém das construções divulgadas pelos canais informativos, falas populares, assim como das narrativas literárias.

O perigo era certo, pois, segundo relatos, o “monstro” assustava até os próprios animais daquelas pequenas fazendas. E, assim, morrem mais dois indivíduos assassinados brutalmente, e, mais uma vez, o sangue é derramado, embora, dessa vez, animais também sofram a punição, pois dezenove bezerros são mortos. Esse acontecido indignou toda a população e deu poder, a partir dos enunciados populares, midiático e literário, para que se formasse a constituição do Monstro de Capinópolis.

*E nas cidadezinhas ao longo da BR-262, como nos domingos de festa, os sitiantes mudavam de roupa e corriam para a estrada, ou para a delegacia mais próxima, para ver passar o “monstro. (VEJA,1972b, p. 34)*

*No dia seguinte, porém, as portas dos ranchos e fazenda já não precisavam ser reforçadas por móveis arrastados por gente assustada. O “monstro”, ou segundo alguns policiais “o grande estrategista das planícies”, caía inocentemente numa armadilha preparada por um grupo de soldados da PM. (VEJA,1972b, p. 34)*

Se não tivéssemos a oportunidade de ver a foto de Orlando Sabino, essa descrição da captura dele, nos levaria a imaginá-lo um outro homem, um sujeito forte, alto, confiante. Porém, tal descrição não se coaduna com a imagem do retrato: homem franzino, olhar amedrontado, parecendo mais um animal caçado que um ser humano.

Figura 5



Imagem retirada do acervo digital da revista *Veja*, edição 184, do ano de 1972, com a legenda Soldados e cães atrás do “monstro”.

### 2.1.3. O diabo está lá fora: enunciado diabo

A produção do saber se constrói nas margens dos enunciados que supõem sempre outros enunciados, e são atravessados por/ pelas relações de poder. Sendo assim, os enunciados que se produziram sobre Orlando Sabino, na revista *Veja* e na ficção, no caso do livro *O diabo está lá fora*, possibilitaram que o personagem fosse construído, discursivamente, como o próprio Diabo. A construção do cenário macabro colabora também para enfatizar as cenas onde os assassinatos aconteciam, a áurea diabólica, alicerçava a imagem erigida do sujeito que rondava os pequenos camponeses em torno das cidades da região do Triângulo Mineiro/MG. A transformação da criança sofrida, atormentada pelo ódio, se dá pelo ritual de passagem, a inocência cede lugar a uma “alma atormentada e sombria” quanto à ambientação que o cerca.

*O menino arrasta a perna e caminha, contorcendo-se de dor. As feridas ardem e parecem consumir seu pequeno corpo numa mistura de sensações que vão do medo à dor e ao ódio. A nuvem negra que se estende sobre a floresta parece ter vindo como um manto, uma proteção macabra que irá acompanhá-lo por toda a vida, guiando-o pela escuridão a que sua mente agora se entrega. O garoto cai sem forças. Sua alma parece abandoná-lo para que outra assumo o comando. Uma alma atormentada, tão sombria quanto a nuvem que paira sobre ele. A criança não existe mais. (QUINAM; PATRÍCIO, 2013, p. 13)*

O livro *O diabo está lá fora* inicia a narrativa com o título, *A semente do ódio*, que aborda o sofrimento de Sabino, ao ver seu pai assassinado por um coronel. A construção inicial desse sujeito diabólico, arquitetado na narrativa, se dá antes mesmos da ação dos crimes, pois, conforme o livro, a “Sua alma parece abandoná-lo”, foi marcada pela maldição, e teve “uma proteção macabra que irá acompanhá-lo por toda a vida, guiando-o pela escuridão”. Essa abordagem da infância de Orlando Sabino é presente na narrativa de Quinam e Patrício, diferente do excerto da reportagem da revista *Veja*, descrito abaixo, que apresenta o relato de forma mais objetiva “Ele pensava que estava novamente bem próximo de Arapongas, onde aos dez anos de idade viu seu pai ser assassinado durante uma briga.”

Percebemos, no capítulo, que a história se repete, e o crime bárbaro, ocorrido anos antes, foi o ponto de partida para justificar outros (supostos) crimes que aconteceram anos mais tarde, sendo essa uma possível explicação pelos atos que ocorreriam posteriormente. A exemplo, a reportagem da revista *Veja*, edição 184, reconta a trágica história de Orlando Sabino.

*Com um jeito muito vivo e esperto contou que desde os doze anos “vive rondando pelo mundo”. Mas ficou realmente intrigado quando ouviu falar que seus crimes foram praticados em Minas e Goiás. Ele pensava que estava novamente bem próximo de Arapongas, onde aos dez anos de idade viu seu pai ser assassinado durante uma briga. (VEJA, 1972b, p. 34)*

Os enunciados supracitados são elaborados de modo a construir o sujeito assassino. Para a existência desse sujeito, primeiramente, utilizam-se de elementos linguísticos descritivos, como veremos a seguir. O sujeito constituído como diabo aparece no título da obra que pertence ao nosso corpora: “O diabo está lá fora”, de Quinam e Patrício. Dele selecionamos o seguinte excerto para discutirmos a constituição do sujeito “diabo”.

*Basta alguns minutos para o pânico se instaurar nas redondezas. Um maníaco assassino se esconde na região! As pessoas se desesperam; não estão acostumadas à violência e ao medo. Há um monstro a solta e qualquer lugar pode ser uma armadilha. Resta apenas se trancar em casa e se ajoelhar aos pés do santo com o rosário nas mãos. (QUINAM; PATRÍCIO, 2013, p. 37)*

O monstro é também o diabo, que impede a rotina, as saídas, os passeios pela redondeza, respirar o ar puro, tudo ficou lá fora, com o diabo, como é dito na capa do

livro. Esse ser odioso, que perturba a tranquilidade dos moradores, também é um ser de linguagem e possui um saber. Esse saber pode se apresentar, de forma mediada, pela incorporação de elementos literários ou midiáticos. As racionalidades históricas incidem sobre o modo como as pessoas agem e pensam, mas isso não se dá de forma acessível. Para entender esse processo do enunciado “diabo”, vale lembrar que o diabo, descrito de forma negativa, é uma construção histórica na vertente religiosa, inserido pelo cristianismo como representação do mal. Nesse sentido, Almeida (2010) nos explica que:

A figura emblemática presente no imaginário popular europeu devido à ascensão do cristianismo à religião dominante, o Diabo – personificação do Mal – recebeu diversas definições que o moldaram através dos séculos. Ludibriável, temido e apreciado, ele assumiu, conforme o veio cultural de cada época, seus adjetivos e contornos, porém, sempre esteve presente no seio da sociedade ocidental, contribuindo para o avanço do ocidente, se adaptando as suas transformações e dialogando com a mentalidade cultural de cada época. (ALMEIDA, 2010, p. 4)

Assim, o enunciado “diabo” adquire contornos definidos na narrativa que apresenta o discurso sobre Orlando Sabino, na condição de “diabo”. Essa representação do diabo é responsável pelas mazelas que acontecem no mundo, pois ele é colocado em um determinado lugar social, fora do mundo divino. Assim, segundo Cáceres (2006 p. 97), o diabo “é <sup>17</sup>aquele que está fora do mundo sagrado, é aquele que ronda mundos estranhos (imundos), que habita as sombras, as florestas escuras, é aquele que permanece no centro dos umbrais, indefinidamente entre o sagrado e o profano”. O mal impede as realizações da humanidade, como se nota nos enunciados seguintes, da revista *Veja*, edições 183 e 184.

*Como diz uma velha beata refugiada em Capinópolis, “só pode ser a encarnação do diabo”.* (VEJA, 1972a, p. 20)

*Se a “maldição” continuasse por mais um tempo, o prefeito não poderia calçar e por meio-fio nas dez ruas de Capinópolis, sua maior promessa eleitoral.* (VEJA, 1972b, p. 32)

O tipo de violência e crimes que estavam acontecendo naquelas pequenas cidades mudou o perfil e o comportamento dos moradores da região do Triângulo Mineiro.

---

<sup>17</sup> Disponível em:

[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos\\_teses/ENSINORELIGIOSO/dissertacoes/representacoes\\_diabo.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/ENSINORELIGIOSO/dissertacoes/representacoes_diabo.pdf). Acessado em 03 jun. 2019.

Percebe-se o quanto o suspense ronda toda a narrativa, e acaba por construir um cenário de desespero, reconstituído pela fala dos moradores locais, dizendo que a terra era “amaldiçoada”, pois, a qualquer momento, chegaria a notícia de mais uma morte.

Em *O diabo está lá fora*, de Miguel Patrício e Júlio Quinam, não há a presença de diálogos (discurso direto) que reproduzem ou trazem as falas do sujeito Orlando Sabino: elas sempre são reproduzidas por uma terceira voz. Um exemplo desses poucos momentos de reprodução da fala de Sabino está contido nessa passagem, quando o sujeito é capturado e “durante o interrogatório, confessa ter realmente tirado a vida de inúmeras pessoas, inclusive da própria mãe. Em determinado momento, afirma ter matado também Jesus Cristo” (QUINAM; PATRÍCIO, 2013, p. 156).

Nesse relato, o autor descreve que Orlando Sabino matou a própria mãe, e, em determinado momento, afirma ter matado até Jesus Cristo, porém, essa enunciação é apresentada por outro sujeito, e não por Orlando Sabino. Os argumentos ditos por uma segunda voz, no caso, usando do discurso indireto, faz parecer que Sabino assumiu a condição de diabo, considerando que matou Jesus Cristo, o salvador do mundo, filho do grande criador, de acordo com o ponto de vista do discurso cristão. Com isso, Sabino seria o culpado por todos os males presentes na Terra, pois foi capaz de matar a entidade representativa do divino, ou do sagrado. Só o diabo mesmo seria capaz de tal feito.

*Terça-feira passada, quando um grupo de policiais seguia sua pista num areal – era muito fácil segui-la, pois Orlando já há algum tempo andava com um pé calçado e outro descalço –, os rastros bem visíveis desapareceram misteriosamente defronte a uma árvore. Não havia nenhum arranhão no tronco, nenhum galho quebrado que indicasse ter alguém subido na árvore. (VEJA, 1972b, p. 32)*

A captura de um homem que infringe a lei parecia ser fácil, embora a descrição desse personagem não o tornasse um homem, pois, segundo os autores Quinam e Patrício, ele era o próprio *diabo*. Os desaparecimentos dos rastros apontam para a existência de um ser sobrenatural, misterioso. Para tentar capturar esse ser sobrenatural, os investigadores buscaram ajuda de pai de santo e muitas rezas, “desafiava também as orações intermináveis das beatas de Capinópolis”, além do “poder dos mais conceituados pais-de-santo da região”, por acreditarem que o assassino tinha poderes especiais, necessitando, assim, dos mesmo poderes para capturá-lo, nos estudos de Cárceres (2006).

O Diabo é o agente provocador de todos os males [...]. Ele possui superpoderes mágicos que só podem ser vencidos com o auxílio de forças igualmente mágicas. Tais forças estão diretamente associadas a

objetos da religiosidade popular, benzeduras, óleos aromáticos, sal grosso, água benta, entre outros. (CÁRCERES 2006, p.103)

*Desafiava também as orações intermináveis das beatas de Capinópolis, Canápolis, Vazante e Ituiutaba, e o poder dos mais conceituados pais-de-santo da região, convocados para colaborar nas buscas com seus auxiliares extraterrenos (um deles chegou a participar de algumas expedições “para prender seu espírito e ele entregar suas armas”). (VEJA, 1972b, p. 32)*

Como a polícia comum não conseguiu tal feito, houve a necessidade de chamar a força militar, que começara a caçada de forma mais rápida, pois havia preocupação com o aumento incessante e perigoso dos crimes, segundo os discursos que justificaram o uso de tal aparato de força e repressão. A repercussão do tipo de criminalidade de sangue, essencialmente, ancorada na violência, passou a atingir, não mais a um indivíduo, mas a uma sociedade, e, conseqüentemente, ao Estado, exigindo, assim, medida de emergência para solucionar o caso. Em seus estudos sobre o crime e as prisões no Período Clássico, Foucault afirma que o crime:

Era um dano voluntário feito a alguém, mas não apenas isso. Não era apenas tampouco uma lesão e um dano aos interesses da sociedade inteira. O crime era um crime na medida em que, além disso, e pelo fato de ser crime, atingia o soberano; ele atingia os direitos, a vontade do soberano, presentes na lei; por conseguinte, ele atacava a força, o corpo, o corpo físico, do soberano. Em todo crime, portanto, choques de forças, revolta, insurreição contra o soberano. (FOUCAULT, 2010, p. 70)

O argumento apresentado por Foucault, na citação anterior, ajuda-nos a perceber que Orlando Sabino, objeto de estudo desta pesquisa, não era mais um indivíduo comum, mas o sujeito que interferia diretamente nos interesses do Estado, ou, até mesmo, para o interesse do Estado “a garantia do seu futuro político”. No texto da Revista *Veja*, edição 184, esse período de caos foi representado como se descreve a seguir:

*Para o prefeito, além da paz, a prisão de Orlando representava até mesmo a garantia do seu futuro político. Desde que começou a caça ao assassino, a prefeitura gastou mais de 200.000 cruzeiros fornecendo gasolina para policiais e abrigando os sitiados apavorados que fugiram para a cidade. (VEJA, 1972b, p. 32)*

A expressão “além da paz” provoca na sociedade estabilidade e consenso, assim como os interesses econômicos e sociais.

#### 2.1.4. O anormal: um grande domínio de ingerência - enunciado louco

O louco não é simplesmente uma categoria do saber médico psiquiátrico na contemporaneidade, a constituição do sujeito louco é uma concepção histórica. Porém, antes de falar sobre a loucura, vamos entender sobre a questão da animalidade, e como esse termo está associado ao sujeito louco. Segundo Castro (2016 p.272), na “Idade Média a animalidade vinculava o homem às potências subterrâneas do mal”, enquanto, na era Clássica, a “animalidade era tida como uma negatividade natural que suprime a natureza do homem” (CASTRO, 2016, p. 272). Pensar no homem como um ser irracional o animaliza, coloca o humano em uma condição de transgressor, sem racionalidade, sendo, assim, um louco.

Nesse sentido, Castro (2016) traz um apontamento da loucura na era Clássica, a partir dos estudos de Foucault, discorrendo sobre o paradoxo que envolve esse conceito. Para esse autor, a “loucura é o ponto mais baixo da humanidade a que Deus consentiu com sua encarnação, querendo mostrar desse modo que não há nada inumano no homem que não possa ser resgatado e salvo” (CASTRO, 2016, p. 272). A ideia parece paradoxal, ao apresentar “a loucura como uma experiência ética da desrazão, que confina à internação; mas ela está ligada a uma experiência da desrazão animal que constitui o limite do humano e sua monstruosidade”. Percebe-se, assim, que a construção do sujeito louco está diretamente associada ao comportamento instintivo e não racional.

Seguindo essa premissa, observamos, primeiramente, as repetições do enunciado “louco”, atribuído a Orlando Sabino, na revista *Veja*, edição 184, e destacamos que a constituição do sujeito louco se insere no discurso reconstruído em série, que se refere a indícios que poderiam legitimar um determinado discurso. Recorremos a Foucault (2010, p. 8) sobre esse conceito, o qual assegura que esses dados “poderíamos chamar de faltas sem infração, ou também de defeitos sem ilegalidade. Em outras palavras, mostrar como o indivíduo já se parecia com seu crime antes mesmo de o ter cometido”. Explicitando tal conceito, percebemos, nos elementos linguísticos presentes no enunciado abaixo, dados como: “evidentes sinais de demência”, e também “acessos de fúria”. Tais enunciados apontam para discursos que constroem Orlando Sabino como um ser capaz de tudo, pois ele mata até animais em momentos de descontrole, colocando, assim, o sujeito louco equiparado à condição de animal, como apresentado na Era Clássica. Foucault (2010, p. 8) ainda assevera que “reconstituir a série das faltas, mostra como o indivíduo se assemelha ao seu crime”.

*Orlando Sabino era a maldição, um criminoso enfurecido e com evidentes sinais de demência, apontado como autor de doze mortes a golpes de foice ou facão, em lugarejos perdidos nas margens do rio Paranaíba, entre Minas e Goiás – e capaz até mesmo de exterminar animais nos seus acessos de fúria. (VEJA, 1972b, p. 34)*

Michel Foucault, em *A ordem do discurso* (1996, p.10), afirma que “louco é aquele cujo discurso não pode circular como os dos outros: pode ser que suas palavras podem ser consideradas nulas e não seja acolhida”. Dessa forma, atentando pela exclusão do sujeito louco, assim como as suas palavras, as atitudes do sujeito demente também devem ser desconsideradas, pois não são atitudes racionalmente pensadas. Foucault (2010, p. 27) relata que “a loucura apaga o crime, a loucura não pode ser o lugar do crime e, inversamente, o crime não pode ser, em si, um ato que se arraiga na loucura”.

*“Ele é louco, mas não é burro”, completava o coronel Nilton Oliveira, da Polícia Militar. Com os policiais muitas vezes literalmente nos seus calcanhares, Orlando fugia tendo sempre o cuidado de andar pelos córregos, onde não deixava pistas. (VEJA, 1972b, p. 34)*

São nítidas as contradições presentes nos discursos reproduzidos pela reportagem, no enunciado supramencionado, sendo o sujeito louco um ser excluído socialmente, um louco não tem noção de seus atos. Assim sendo, a colocação dos enunciados “ele é louco, mas não é burro” é incoerente por dar ao louco um caráter irracional, e, ao mesmo tempo, estrategista.

Para concluir essa seção, que discute a constituição de Orlando Sabino como louco, acrescentamos a versão do delito pelo laudo do periciado, presente no trabalho de Machado, Duarte, Batista e Coelho (2015).

Em geral, o periciado não tem iniciativa para fazer qualquer relato dos crimes. Suas respostas são sempre as conduzidas pelas perguntas, se afirmativa responde sim, se negativa, responde “não”. [...] Periciado está completamente desorientado no tempo, espaço e meio e parcialmente quanto a sua pessoa. [...] Gesticulação e mímica inexpressivas. [...] Expressão fisionômica incompreensível, atoleimada. [...] Afetividade grandemente alterada. Devido a seu negativismo foi praticamente impossível aplicar qualquer teste psicométrico ao periciado (QI eficiência) quanto qualitativamente (projeção) é o periciado altamente deficiente. (MINAS GERAIS, 1973, p. 5 apud MACHADO; DUARTE; BATISTA E COELHO 2015).

O excerto apresenta o laudo pericial sobre Orlando Sabino, interditando o seu direito de fala, alegando-o como inimputável, para responder quaisquer questões sobre os

assassinatos, e, ao mesmo tempo, o apresentava como louco, pela capacidade de cometer os crimes.

### 2.1.5. De monstro a vítima- enunciado vítima

Parece discrepante a emergência desse enunciado “vítima” (não culpado), após vários discursos construídos negativamente sobre o sujeito Orlando Sabino. Mas esse discurso existiu, a mesma mídia e narrativas que o colocaram como monstro, como diabo, também o apresentou com a imagem de alguém digno de dó, como a referência “*triste figura*”, direcionada a Orlando Sabino, e também da fragilidade da pessoa com “as mãos amarradas” e “cercado por oito soldados”.

*Na parte traseira da camioneta, as mãos amarradas com uma correia de metralhadora, cercado por oito soldados, viajava Orlando Sabino. Sem camisa, as calças esfarrapadas, cabelos crespos sujos e compridos, aos que puderam vê-lo de relance deve ter parecido uma triste figura.* (VEJA, 1972b, p. 34)

*Um facão, uma foice – A luta parecia desigual. Um homem armado apenas com uma foice, um facão e uma espingarda imprestável, mancando de uma perna, perseguido por 46 soldados da Polícia Militar e vinte investigadores do DOPS mineiro, todos com fuzis automáticos ou metralhadoras.* (VEJA, 1972b, p. 34)

A história narrada por esse veículo midiático era apresentada como um duelo, um jogo de poder no discurso em que Orlando Sabino aparece como o mais fraco perante seus capturadores, os objetos de guerra do fugitivo eram incomparavelmente inferiores aos dos seus perseguidores munidos com arsenal de guerra.

*Um homem armado apenas com uma foice, um facão e uma espingarda imprestável, mancando de uma perna contra 46 soldados da Polícia Militar e vinte investigadores do DOPS mineiro, todos com fuzis automáticos ou metralhadoras.* (VEJA, 1972b, p. 34)

O relatório da Comissão da Verdade, em suas pesquisas, apresenta questões que permitiram que outros discursos sobre Orlando emergissem, como “Monstro” – infeliz, alcunha com a qual Sabino passou à História”. Isso reflete como os discursos produzidos sobre Sabino construíram esse sujeito monstro, e que, embora esses discursos circularam nos anos de 1970, em 2017, quarenta e sete anos depois, possibilitou que outros enunciados emergissem sobre esse sujeito, não mais como monstro, porém, como vítima “não faltou quem contestasse as versões oficiais do ocorrido”.

*Sem embargo, tanto no período de captura do “Monstro” – infeliz alcunha pela que Sabino passou à História – quanto hodiernamente, não faltou quem contestasse as versões oficiais do ocorrido. Por exemplo, o jornalista uberabense Joaquim Borges desconfiou que a prisão de Orlando Sabino tratava-se, na verdade, de artifício utilizado pela Ditadura para encobrir perseguições políticas a grupos de resistência aos militares que estariam se formando no Triângulo e arredores. Segundo o periodista, o real objetivo das investidas estatais eram a captura de Geraldo (ou Gerardo) Martinez Herrera, comunista paraguaio incumbido de organizar focos de guerrilha armada no interior do Brasil. Há muitos fatos que contribuem para o crédito da versão de Borges. O envolvimento do Dops, a polícia política, na caçada de um homicida comum, por exemplo, é suspeita. Também chama a atenção a preocupação do então governador Rondon Pacheco pela busca a Sabino. (COMISSÃO DA VERDADE. 2017, p. 49)*

Nota-se como a linguagem funciona para a materialidade do enunciado, pois a unidade “monstro”, extraída da citação acima, faz referência a Orlando Sabino, não como merecedor de tal denominação, “infeliz alcunha”, mas, na condição de injustiçado, fazendo surgir outras verdades sobre Orlando Sabino, colocando em dúvida a autoria dos crimes “o real objetivo das investidas estatais eram a captura de Geraldo (ou Gerardo) Martinez Herrera”, como também quem era o/ ou eram os verdadeiros “Monstros”. A *Comissão da Verdade* confere a Sabino o direito da dúvida, e acreditam que ele foi usado para encobrir outros acontecimentos relacionados aos assassinatos cometidos na região de Minas Gerais, alegando a culpabilidade à Ditadura Militar.

Nas análises, percebemos como ficam evidentes os discursos que produziram o Sujeito discursivo Orlando Sabino, seja pelo uso da linguagem, seja pelo conjunto de enunciados ditos por entidades sociais diferentes, como: a população local, a polícia e a mídia. Tais entidades tiveram um fator expressivo para a emergência dos enunciados discutidos neste capítulo. Destarte, todos esses elementos discursivos retomam os conceitos de objetivação e subjetivação do sujeito.

Foucault conceitua o que é uma prática discursiva, em seus estudos, as diferentes práticas discursivas para explicar como o ser humano se constitui sujeito, e nelas explica como se processa a objetivação e a subjetivação como práticas que contribuem para os processos de constituição do sujeito discursivo. A objetivação é o meio externo que tende a fazer do homem um objeto, ou seja, os recursos disciplinares como: regras morais, leis, documentos de identificação, trabalho, entre outros, que tendem a tornar o homem dócil politicamente, e útil, economicamente, em outras palavras, a objetivação é antes de tudo uma prática que toma o sujeito um objeto de saber e o objetiva a partir do exercício de uma prática discursiva em que é possível somente pela existência de um sujeito inscrito

em uma instituição, sendo essa construção por dispositivo de poder. Nesse prisma, concordamos com Fernandes (2012), quando afirma que:

O poder disciplinar se volta para a produção de corpos dóceis, para a vinculação da função sujeito ao corpo, visa a produzir individualidades no sentido de fazer do sujeito apenas um corpo sujeitado, o que se configura como fabricação do indivíduo. (FERNANDES, 2012, p. 63)

Desse modo, os mecanismos de subjetivação se referem aos processos que, em nossa sociedade, fazem do homem um sujeito preso a uma individualidade que é construída pelos discursos.

### **2.1.6 As práticas de constituição do sujeito discursivo Orlando Sabino, o monstro/ louco.**

Elencado nos moldes da descontinuidade histórica, fundamentado em Foucault (1995), este capítulo visa refletir as práticas de constituição do sujeito Orlando Sabino como monstro e louco. No livro *Vocabulário de Foucault* (CASTRO, 2016, p. 408), as práticas de constituição do sujeito estão elencadas nos “modos de subjetivação como modos de objetivação do sujeito, isto é, modos em que o sujeito aparece como objeto de uma determinada relação de conhecimento e de poder”. Esta abordagem se faz necessária, posto que a objetivação, dentro de uma abordagem Foucaultiana, é um processo importante para a subjetivação do sujeito, uma vez que é pela subjetivação que se produzem sujeitos únicos.

Esse sujeito único<sup>18</sup> está no centro do discurso, o sujeito está no centro do conhecimento, o sujeito está no centro da sociedade como indivíduo, em uma sociedade individualista, capitalista, e isso tem a ver com o fato de que a modernidade é um tempo que não é dominado pela mística cristã, uma vez que o sujeito moderno está inserido em saberes científicos, e, desse modo, é tomado, concomitantemente, como sujeito do conhecimento, assim como também, objeto do conhecimento. Isso acontece, segundo Foucault, porque:

No pens, mento Clássico, aquele para quem a representação existe, e que nela se representa a si mesmo, aí se reconhecendo por imagem ou reflexo, aquele que trama todos os fios entrecruzados da “representação em quadro”[...]. Antes do fim do século XVIII, o homem não existia. (FOUCAULT, 1999, p. 424 e 425)

---

<sup>18</sup> Conceito discutido de acordo com a aula, na disciplina Tópicos em Discurso e Sociedade, do Prof. Kléber Prado Filho, no período de 20 a 24 de março de 2017.

Constatamos, então, pelos apontamentos do autor, que o homem deixa de ser criatura no pensamento Clássico, pois o mundo moderno é o mundo dos homens, quem produz o conhecimento são os homens, quem constrói a sociedade são os homens, e são eles que constroem as leis, a política, e, esses sujeitos, tomados como objetos e possuidores do conhecimento, são construídos pelos discursos de verdade e de práticas sociais e institucionais. Portanto, é lícito dizer que só existe sujeito discursivo no jogo de objetivação e subjetivação.

A respeito de seu trabalho como pesquisador, Foucault (1995b) relata: “[...] meu objetivo tem sido elaborar uma história dos diferentes modos pelos quais os seres humanos são constituídos em sujeitos”. (FOUCAULT, 1995b p. 231). A esses diferentes modos, Foucault chama de formas de objetivação. Há três formas distintas de objetivação: a) o sujeito se dá a conhecer pela ciência na condição de objeto de estudo, também como um ser que produz economias e é parte de uma história biológica e natural; b) o sujeito é visto como prática divisória, isto é, como divisão em si mesmo e dos outros; e c) modo como o homem dá a si mesmo o *status* de sujeito, ou seja, o conhecimento de si e as práticas.

Em outras palavras, Foucault se refere a mecanismos de objetivação e de subjetivação que concorreriam como processos de constituição do indivíduo. Processos de objetivação seriam os mecanismos que tendem a fazer do homem um objeto (se referem aos processos disciplinares que tendem a tornar o homem dócil politicamente e útil economicamente). Já os processos de subjetivação referem-se aos processos que, em nossa sociedade, fazem do homem um sujeito preso a uma identidade que é atribuída como sua.

Entendemos, assim, que subjetivação e objetivação funcionam paralelamente, isto é, ao mesmo tempo em que as práticas de subjetivação possibilitam ao homem tornar-se sujeito, esse mesmo processo o objetiva, tanto para se conhecer e cuidar de si mesmo quanto para se expor ao conhecimento e ao cuidado de outrem.

Em se tratando dos discursos acerca de Orlando Sabino, como o “monstro de Capinópolis”, e como “louco”, nos atentaremos para os processos de objetivação desse sujeito. Partindo das concepções de Foucault (2010) acerca das anomalias, aprendemos que a definição de monstro está enraizada numa noção jurídica. Segundo Foucault (2010), o “monstro humano” é aquele que constitui “[...] em sua existência mesma e em sua forma, não apenas uma violação das leis da sociedade, mas uma violação das leis da natureza” (FOUCAULT, 2010, p. 48). O monstro humano combina o impossível com o

proibido, e poderia ser um misto de dois reinos, de duas espécies, de dois indivíduos, de dois sexos, de vida e de morte, entre outros exemplos apontados por Foucault. Durante o Era Medieval, essas dualidades entre as criaturas serviram como o grande modelo de todas as pequenas discrepâncias. Nesse sentido, Foucault (2010, p. 71) definiu o monstro como um “princípio de inteligibilidade”, ao levantar uma importante questão: “[...] qual o fundo de monstruosidade que existe por trás das pequenas anomalias, dos pequenos desvios, das pequenas irregularidades [...]”? Mesmo sendo o princípio de inteligibilidade de todas as formas da anomalia, o monstro é, em si, ininteligível ou dotado de uma inteligibilidade tautológica. Nesse contexto, o anormal é, no fundo, um monstro cotidiano, um monstro banalizado. Na mesma direção, Milanez (2009, p. 258), também afirma que as legislações jurídicas “[...] parecem nos incitar a procurar no homem o monstro que o desorganiza mentalmente, que o desautoriza socialmente, que o submete à sanção das regras e normas no interior das práticas da vida”. É essa concepção de monstro, como transgressão máxima, que nos serve de modelo maior e nos permite compreender o que há de monstruoso em todas as construções de sentido em que ocorre uma violação de normas.

Existe uma mudança histórica significativa, a partir do século XIX, a ser tratada, quando se refere ao monstruoso. Foucault (2010, p. 93) argumenta que, a partir desse século, “o personagem monstruoso, não será mais que uma espécie de exagero, de forma paroxística de um campo geral de anomalia”, passando, desta feita, a ser objeto de um saber psiquiátrico. Se a relação de saber produz subjetividades de sujeitos, por exemplo, o discurso da psiquiatria produz a subjetividade do louco, a partir de uma intervenção genealógica, que é uma prática do saber psiquiátrico. Partindo dessa premissa, a objetivação de Sabino vai de “monstro” a “louco criminoso”, e é em torno desse caso que vai se desenvolver toda uma série de operações de culpabilidade, partindo sempre da ausência de razão de crime, construído por uma vontade de verdade do saber psiquiátrico.

A descrição do indivíduo Orlando Sabino, homem negro, magro, pobre, uma figura triste, se contrasta com a do sujeito discursivo apresentado pela mídia e pela ficção estudada, que é a do “monstro”, aquele capaz de esquarterar suas vítimas e de matar até animais, com requintes de crueldade, degolando-os com um facão e bebendo seu sangue, sem ter motivo aparente para cometer tais atrocidades.

O monstro, à vista disso, passa de um domínio jurídico-biológico, da condição de transgressor da natureza, pelos seus traços físicos e para um domínio jurídico-político, como desvio de conduta, ou seja, a ideia de monstruosidade do corpo fica consoante a

ideia de monstrosidade do comportamento. Tais apontamentos podem ser vistos no excerto da matéria jornalística citada abaixo, quando o enunciador, no caso, a reportagem, relata que:

Orlando Sabino era a maldição, um criminoso enfurecido e com evidentes sinais de demência, apontado como autor de doze mortes e golpes de foice ou facão, em lugarejos perdidos nas margens do rio Paranaíba, entre Minas e Goiás – e capaz até mesmo de exterminar animais nos seus acessos de fúria. (VEJA, 1972b, p. 32)

O texto da revista supracitada, ao enunciar e caracterizar Orlando Sabino como aquele capaz de cometer criminalidade monstruosa, ou seja, um sujeito transgressor, o faz a partir do uso de enunciados que subjetivam esse indivíduo como “maldição”, “criminoso enfurecido”, “demente”. Sendo assim, não poderia estar no meio da sociedade “normalizada”, e, tendo em vista o ser monstruoso, como descrito pela reportagem da revista, faz-se necessária a condução e a prisão desse indivíduo. Orlando Sabino é descrito pela mídia e pela obra *O diabo está lá fora*, a todo momento, como um fenômeno anormal, pois transgredia aquilo que era considerado humano. Nos estudos de Foucault (1972, p. 252), a demência era uma “doença do espírito, relacionando de tudo que pode ter de negativo, como: a desordem, decomposição do pensamento, erro, ilusão, não-razão e não verdade”. Dessa maneira o enunciado sempre se relaciona com alguma coisa verdadeira, pois a vontade de verdade cria enunciados que dão efeito de regimes de produção de verdade diferentes. Ao mesmo tempo em que o Sujeito Orlando Sabino era a “maldição”, ele era “demente”, e a demência não eximia dele a culpa pelos assassinatos, pelo contrário, tornava-o mais poderoso para os atos/ crimes, era “o monstro do crime”.

Foucault (1972) ainda discorre que, na Idade Média, o termo demência ou imbecilidade está misturado a nossa compreensão atual de loucura e deficiência mental. Na Renascença e Modernidade, prevaleceram esses termos sem a conotação que as superstições religiosas lhes davam, recolocando-os no mundo da razão. Na Renascença, há uma nova percepção do indivíduo, o homem deixa de ter uma visão teocêntrica para atingir uma visão antropocêntrica. Deus deixa de ser o centro do universo, e o ser humano passa a ocupar o centro das atenções. As descobertas médicas são fundamentais para a mudança. É nesse momento (princípio da Modernidade) que a homogeneidade toma uma grande propulsão, determinando os valores atribuídos às semelhanças e diferenças entre os seres humanos. Se posteriormente a loucura era percebida como um desatino, transforma-se, ao longo dos séculos, e ganha um novo perfil denominado anormalidade.

A loucura, respaldada pela fisiologia médica e pela patologia, desdobra-se em patologias distintas, diferenciando-se entre os seus sinais e sintomas.

Para Foucault (1998), a Modernidade consolida os valores individuais da humanidade, padroniza a sociedade, e o indivíduo é nivelado aos seus semelhantes. A categorização em quadros de sinais e sintomas pela medicina anula as diferenças individuais que possam existir no ser humano, normatiza o homem. Um padrão moral rege os valores individuais, e as ações individuais determinam aos indivíduos a obrigação de responder sobre os seus atos de acordo com a razão e com a lógica.

O enunciado “monstro”, tanto no livro *O diabo está lá fora* quanto na reprodução midiática, aqui estudada, retratada a partir dos enunciados proferidos pela população, corrobora a criação de um sujeito que não é a pessoa Orlando Sabino. Fica evidente que a produção da subjetividade e as relações de poder se sustentam a partir da produção de saber. Segundo Lima (2006 p.34) “a brutalidade com que eram divulgados seus atos fazia prever um homem forte, misto de besta e gente, arisco e invisível. Um homem que ninguém sabia como chamar”. O saber produzido é o de que existe um ser monstruoso que comete crimes bárbaros no Triângulo Mineiro. Com isso a existência desse enunciado se perpetuou até hoje, pois, quando se retoma o nome Orlando Sabino, retoma-se também a memória discursiva de “O monstro de Capinópolis”.

Ainda, nos estudos de Lima (2006 p.34), destaca-se que “a imprensa passou a chamá-lo de monstro, tarado sexual, lobisomem e até mesmo de Fera do Pontal”. Percebemos, assim, que a mídia colabora para a subjetivação desses sujeitos que tomam Orlando Sabino como monstro. Lima ainda expõe:

Quanto mais eram divulgados os crime, mais a população trabalhava a imaginação, então, foram criando pra si, a imagem de um louco, de um marginal. No depoimento da Sra. Júlia, ela apresenta as variadas qualificações que se dava ao assassino: "Então passou por esta região circundando Capinópolis um homem, um suposto andarilho, mas que era conhecido como marginal, monstro, pessoa com comportamento paranormal. (LIMA, 2006, p. 35)

Dessa forma, convém assegurar que o enunciado estabelece uma estreita relação com a memória, na medida em que se constitui, sempre, e de todo modo, na reatualização de outros enunciados, pois o saber não é só para pensar, o saber é, também, para operar no corpo e operar na subjetividade, sendo, nesse espaço, que o enunciado produz efeito.

Esses argumentos corroboram os apontamentos de Michel Foucault, quando discute a construção do conceito de monstruosidade ou de anormalidade produzidos

historicamente: “O contexto de referência do monstro humano é a lei, é claro. A noção de monstro é essencialmente uma noção jurídica – jurídica, claro, no sentido lato do termo, [...]” (FOUCAULT, 2010, p. 48). O autor ainda explica que até os séculos XVII-XVIII, podia se dizer que a monstruosidade como “manifestação natural da contranatureza” trazia em si um indício de criminalidade.

O indivíduo monstruoso, do ponto de vista das regras das espécies naturais, e do ponto de vista das distinções das espécies naturais, era, se não sistemática, pelo menos virtualmente, sempre referido a uma criminalidade possível. Depois, a partir do século XIX, veremos a relação se inverter, e haverá o que poderíamos chamar de suspeita sistemática de monstruosidade no fundo de qualquer criminalidade. Todo criminoso poderia muito bem ser, afinal de contas, um monstro, do mesmo modo que, outrora, o monstro tinha uma boa probabilidade de ser criminoso. (FOUCAULT, 2010, p. 69).

A exclusão foi um recurso encontrado pela sociedade para tratar da questão dos anormais: os loucos eram colocados em navios, e lançados ao mar. Após o século XVIII, surge o internamento, uma ilha dentro da própria sociedade, cuja maior preocupação não era a perturbação da mente do louco, mas a perturbação que o louco poderia causar com sua maneira de agir. No entanto, no século XIX, a Psiquiatria (FOUCAULT, 1972) toma as rédeas da loucura, e, com as promessas de cura, justificaria as formas de asilamento:

Nisso consiste, sem dúvida, o paradoxo maior da experiência clássica da loucura; ela é retomada e envolvida na experiência moral de um desatino que o século XVII proscreeu através do internamento; mas ela está ligada também à experiência de um desatino animal que forma o limite absoluto da razão encarnada e o escândalo da condição humana. Colocada sob o signo de todos os desatinos menores, a loucura se vê ligada a uma experiência ética e uma valorização moral da razão; mas, ligada ao mundo animal e a seu desatino maior, ela toca em sua inocência monstruosa. (FOUCAULT, 1972, p. 180)

Diante do exposto, reiteramos que Orlando Sabino foi objeto de objetivação produzido por um processo de subjetivação, o qual é histórico e socialmente construído por/ pelos discursos.

### **2.1.7 Contradição - sem provas, porém certeza.**

Como o caso de Orlando Sabino está relacionado a um dado acontecimento, além de articulado com a história, os discursos circularam em torno desse sujeito, pois Orlando Sabino foi tomado como objeto dos discursos em vários seguimentos sociais, desde as falas populares, a mídia e as narrativas, como já mencionadas anteriormente, até os vários

enunciados referidos a ele, definindo-o como monstro, diabo, louco, maldição, epítetos que foram repetidos e legitimados pelos saberes jurídico, médico e, conseqüentemente, midiático. Todas essas construções de verdades apontadas para Orlando Sabino objetivaram como o assassino em série do Triângulo Mineiro.

No entanto, houve um discurso diferente do erigido pela história oficial, que nos inquietou, sobre o sujeito Orlando Sabino, presente no livro *Operação anti-guerrilha* (1979), Joaquim Borges. Nele são retratadas as séries de assassinatos que ocorreram na região do Triângulo Mineiro, e de como esse caso foi tratado pela mídia e pela polícia, discorrendo outras verdades que não foram divulgadas na época. Uma delas é o fato de Orlando Sabino ser inocente dos crimes imputados a ele.

Nessa perspectiva de oposição à história oficial, recortes da reportagem da mídia, no caso, da revista *Veja*, e também da narrativa da obra *O diabo está lá fora*, o documento da *Comissão da Verdade* (2017), disponível no formato *e-book*, assim como o livro *Operação Anti-guerrilha* (1979), de Joaquim Borges, nos trouxeram um posicionamento diferente daqueles em que Orlando Sabino é visto como o verdadeiro culpado pelos crimes. O *e-book* da *Comissão da Verdade* e o livro *Operação Anti-guerrilha* apontam outras possibilidades das ocorrências desses assassinatos e trazem novos apontamentos sobre o caso. Cabe lembrar que a investigação da Comissão da Verdade se deu muitos anos após a imputabilidade e o julgamento dos crimes, a investigação da Comissão só aconteceu depois de 2014, após a composição da comissão, como apresentamos a seguir:

A Subcomissão da Verdade do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba "Ismene Mendes" foi criada por termo de cooperação assinado entre a Universidade Federal de Uberlândia e a Comissão da Verdade em Minas Gerais (Covemg), em 03 de junho de 2014, para dar subsídio às pesquisas realizadas. Foi integrada por 3 conselheiros, designados pela Portaria R1307 de 29 de dezembro de 2014: a conselheira Neiva Flavia de Oliveira, e os conselheiros José Carlos Cunha Muniz Filho e José Renato Resende. Este último foi substituído em 2015 por Luiz Fellippe de Assunção Fagaráz. Compuseram-na durante todo o seu período de funcionamento, de dezembro de 2014 a dezembro de 2016. (COMISSÃO DA VERDADE, 2017, p. 16)

Vale destacar também a dificuldade desses pesquisadores para apresentar o trabalho sério de pesquisa em que estavam envolvidos, e que, hoje, nos permite ver as outras possibilidades dos discursos construídos acerca de Orlando Sabino no período da Ditadura. Segundo a própria Comissão da Verdade (2017):

O acesso às informações junto às instituições e acervos não foi uma tarefa fácil. Lidar com “buracos” e “sumiços” de arquivos da história, como acontece no Acervo Municipal de Uberlândia com as atas e o

Jornal Triângulo, fontes importantes da época, dificultam as pesquisas. Conforme informações do próprio Acervo Municipal de Uberlândia, alguns documentos essenciais à pesquisa do período, e que deveriam estar no local, estão com o Centro Universitário do Triângulo – Unitri. Porém, quando solicitados, alegaram desconhecê-los. (COMISSÃO DA VERDADE, 2017, p. 16)

A contribuição de Borges (1979), sobre o sujeito Orlando Sabino, nos possibilita uma visão de (des)construção de uma verdade disseminada no ano de 1972, o qual oportuniza outro olhar para a história, e, sobretudo para o sujeito “monstro” construído como pretexto de uma “caça às bruxas” a história vista de baixo.

Os argumentos que nos permitem expor à apresentação os discursos não oficiais sobre a história de Orlando Sabino, esboçados por nós como outros discursos, se dá, pelo fato dos militares estarem envolvidos na caça de um “homicida comum”, fato que não era corriqueiro na época, além da “atenção do governador Rondon Pacheco” embora não fosse um militar, o governador “compunha a alta cúpula da Ditadura”; outro argumento utilizado indicava a busca de um “comunista paraguaio”, que estaria escondido na região de Minas Gerais. Conforme nos mostra Borges (1979), e o relatório da Comissão da Verdade (2017)

O envolvimento do Dops, a polícia política, na caçada de um homicida comum, por exemplo, é suspeita. Também chama a atenção a preocupação do então governador Rondon Pacheco pela busca a Sabino. Pacheco, como abordado em outros capítulos deste relatório, era figura mais que suspeita, uma vez que compunha a alta cúpula da Ditadura, tendo sido chefe da Casa Civil do Governo Costa e Silva, participado da redação do Ato Institucional nº 5/68, ademais de ter sido indicado, como governador biônico de Minas, pelo General Médici, de quem era homem de confiança. (COMISSÃO DA VERDADE, 2017, p. 48 - 49)

Exército entra na caçada ao louco que já matou 25. Tropas do exército que estão em manobra no Canal de São Simão, helicópteros da CEMIG e da FAB, além de novos reforços do serviço de cães da PMMG, serão lançados hoje na perseguição ao louco que está levando pavor à região de Ituiutaba, depois de matar 25 pessoas – 13 em Minas e 12 em Goiás. (BORGES, 1979, p. 69)

A esperteza do Monstro. A identidade do louco ainda é completamente desconhecida e sobre ele, por enquanto, apenas vagas informações ou simples conjecturas. Ele seria um dos oito fugitivos da Penitenciária de Goiânia, um sitiante que, no mês passado, tentou matar a mulher e o sogro, ou um vaqueiro louco que há muitos anos anda pela região e que agora, enfurecido, passou a matar. (BORGES, 1979, p.76)

A “Operação Agulha no Palheiro” teria sido ordenada pelos “escalões superiores” com a finalidade de vasculhar toda a região triangulina e

desbaratar possíveis focos subversivos? Essa operação teria sido empreendida de forma camuflada como de “caça ao monstro assassino”, para não chocar as populações locais e não trazer desprestígio para o governo. (BORGES, 1979, p. 24)

Paraguaio Preso pode ser o louco. Capinópolis, MG (de Fernando Zuba<sup>19</sup>, enviado especial) – A polícia prendeu o primeiro suspeito da série de matanças no Triângulo, ontem à tarde, após denúncia de um fazendeiro. Geraldo Martinez Herrera, paraguaio de 30 anos, muito sujo e queimado, foi preso na fazenda do Mangue, onde apareceu para pedir trabalho na colheita de algodão. O seu sotaque assustou o fazendeiro, que chamou a polícia”. (BORGES, 1979, p. 81)

Notamos, a partir dos enunciados do e-book da *Comissão da Verdade* e do livro de Joaquim Borges, que houve uma manipulação política do regime militar, o qual criou todo um aparato policial e discursivo, observados enunciados aqui apresentados “a ‘Operação Agulha no Palheiro’ teria sido ordenada pelos “escalões superiores” com a finalidade de vascular toda a região triangulina e desbaratar possíveis focos subversivos? Essa operação teria sido empreendida de forma camuflada, como de “caça ao monstro assassino”, esse discurso envolveu toda uma classe, desde a política, mídia e, acima de tudo, a sociedade, para justificar/esconder as verdadeiras intenções da ditadura na região do Triângulo Mineiro.

Com essa manipulação, outros discursos foram limitados de circular, assim como os indícios da inocência de Orlando Sabino, ocorrendo desse modo, a interdição de um determinado discurso. Quando um discurso é interdito, ele passa a ser gerido por um regime de exclusividade, chamado de doutrinas, que tem por finalidade, em seu funcionamento, a expansão dos discursos, o reconhecimento das mesmas verdades. Foucault (1999), em *A ordem do discurso*, teoriza que

A doutrina vale sempre como o sinal, a manifestação e o instrumento de uma pertença prévia – pertença de classe, de status social ou de raça. De nacionalidade ou de interesse, de luta, de revolta, de resistência ou aceitação. A doutrina liga os indivíduos a certos tipos de enunciação e lhes proíbe, conseqüentemente, todos os outros. (FOUCAULT, 1999, p. 43)

Assim trazer à tona que Orlando Sabino era inocente não era interessante, pois atingia os interesses do Estado, e, desse modo, as verdades, crenças e superstições construídas naquele período objetivou Sabino à condição de louco assassino. As doutrinas acerca de Sabino já havia o objetivado a louco e assassino e tomado como

---

<sup>19</sup> Fernando Zuba foi um dos repórteres que fez a cobertura da chacina no Triângulo Mineiro e que é citado por Borges no livro *Operação anti-guerrilha* de 1979.

verdade, enunciado pela imprensa da época, enquanto outros discursos como inocente ou vítima da justiça não foram divulgados.

Borges (1979 p. 61) relata, em seu livro, as várias reportagens realizadas sobre “reconstituição da tragédia conforme documentou a imprensa”, e que serviu para ilustrar e reforçar como os discursos do louco assassino foram disseminados. Diante disso, descreveremos abaixo as chamadas das reportagens, conforme Borges expõe em seu livro. Inicialmente o autor identifica quem fez a cobertura jornalística no caso o “Jornal Lavoura e Comércio–Uberaba, MG”, e também o Jornal “Estado de Minas –, tendo como repórter <sup>20</sup>Fernando Zuba”.

*Louco mata seis e foge para o mato. Um louco já matou seis pessoas no Triângulo Mineiro e a polícia ainda não conseguiu localizá-lo. O delegado Herit, de Ituiutaba, organizou um esquema de segurança para evitar a entrada do doido em sua cidade. (BORGES, 1979, p. 62)*

*Louco continua matando. O louco assassino que está levando pânico ao triângulo Mineiro continua cercado num pantanal entre Capinópolis e Ituiutaba, depois de fazer mais duas vítimas (um casal de velhos) e degolar com uma foice 19 bezerras, na madrugada de ontem. Até um menino (que perdeu até a voz) continua internada em estado grave, com os corpos retalhados pelas foçadas. (BORGES, 1979, p. 63)*

*Rastro de sangue. O louco (ele é moreno, baixo, e arrasta um saco sujo) já havia matado seis pessoas em três dias. Ontem à noite ele apareceu a menos de dois quilômetros de Capinópolis e aumentou o seu rastro de sangue. (BORGES, 1979, p. 64)*

*As vítimas. O louco matou degoladas (como fez com os bezerras) oito pessoas: Antônio Francisco Gonçalves, Manoel da Tal, Nivaldo Alvarenga Pereira, Inês Fernandes dos Santos, dois rapazes e o casal de velhos. (BORGES, 1979, p. 66)*

*Um dos Fugitivos. A polícia tem quase certeza de que o louco é um dos sete homens que fugiram na madrugada do dia oito, da Penitenciária de Goiânia. (BORGES, 1979, p. 67)*

*Louco rompe o cerco. O louco-assassino do Triângulo Mineiro, agora com arma de fogo e muita munição, conseguiu romper o cerco do exército, DOPS e polícia, e agora está fugindo para a Baixada, no município de Cachoeira Dourada. (BORGES, 1979, p. 67)*

---

<sup>20</sup> Fernando Zuba foi um dos repórteres que fez a cobertura da chacina no Triângulo Mineiro, o qual afirma em entrevista ao Jornal Norte de Minas Gerais sobre a pergunta, qual sua melhor reportagem? Foi exatamente a cobertura da guerra das Malvinas, embora tenha feito outras, entre as quais destaco a reportagem sobre a cobertura e morte de Che Guevara na Bolívia; a caçada ao chamado Louco do Triângulo, Orlando Sabino, que na verdade foi uma cortina de fumaça sobre incipiente movimento de guerrilha com base na fronteira de Minas com Goiás. Disponível em: <https://onorte.net/opini%C3%A3o/entrevistas/fernando-zuba-o-rep%C3%B3rter-que-saiu-de-montes-claros-para-desvendar-a-guerra-das-malvinas-1.510372>

*Louco continua fugindo da polícia. Depois de uma semana de maior caçada humana já organizada no estado, a situação é a mesma: o louco assassino continua desaparecido, fugindo, todos os dias, ao cerco policial, sempre anunciado como o último e definitivo.* (BORGES, 1979, p. 70)

*Louco foge outra vez da polícia. Depois de um breve descanso, ontem, foi reiniciada hoje a caçada ao louco que está levando o pânico e medo ao Triângulo de Minas, rompendo todos os cercos policiais saqueando as fazendas e paralisando por completo as atividades nos campos e arrozais de Ituiutaba e Capinópolis.* (BORGES, 1979, p. 72)

*Prenderam o louco. Desde quinta-feira, à noite, o louco vinha sendo seguido de perto pelos homens da PM e do DOPS, que empurravam contra a correnteza do rio Tijuco cheio, formando um corredor de onde ele não podia escapar de jeito nenhum.* (BORGES, 1979, p. 82)

Percebemos toda uma regularidade enunciativa presente nos excertos das reportagens apresentadas por Borges (1979), nas quais o enunciado do “louco assassino” fez parte da constituição histórica das pessoas daquela região do Triângulo Mineiro. Elas tiveram condições possíveis, em meio a um funcionamento discursivo determinado que o constituiu, para acreditar que realmente existia um monstro que matava as pessoas na região. Tais crenças cegavam a sociedade, ajudando a distorcer as percepções dos acontecimentos, como a possibilidade de tais crimes serem execuções cometidas pela própria Ditadura Militar, uma vez que o Triângulo Mineiro foi uma região onde se encontravam muitos refugiados da Ditadura. O documento produzido pela *Comissão da Verdade* (2017) trouxe dados que nos ajudam a reforçar essa afirmação.

Por exemplo, o jornalista uberabense Joaquim Borges desconfiou que a prisão de Orlando Sabino tratava-se, na verdade, de artifício utilizado pela Ditadura para encobrir perseguições políticas a grupos de resistência aos militares que estavam se formando no Triângulo e arredores. Segundo o jornalista, o real objetivo das investidas estatais eram a captura de Geraldo (ou Gerardo) Martinez Herrera, comunista paraguaio incumbido de organizar focos de guerrilha armada no interior do Brasil. Há muitos fatos que contribuem para o crédito da versão de Borges. (COMISSÃO DA VERDADE, 2017, p. 48 - 49)

Mesmo diante da incerteza do verdadeiro assassino, a polícia apreende Orlando Sabino e o apresenta à sociedade como o monstro que aterrorizou toda a região do triângulo Mineiro. E, assim, a mídia procurou retratar, com bastante espetacularização, todos os acontecimentos dos assassinatos cometidos, e, principalmente, o monstro.

Polícia não tem provas mas tem certeza/ninguém viu. O coronel Nilton de Oliveira travou o seguinte diálogo com o repórter: - Coronel, o senhor tem algum documento de identidade de Orlando? – Não. Apreendemos alguns bagulhos – roupa, foice, facão e latas. É tudo que temos. O nome que ele nos deu foi por ele fornecido. Vamos apurar se o louco é o Orlando. – Coronel, a imprensa noticiou que o homem que estava matando gente e bezerros no Triângulo era ruivo e forte. Orlando é de cor parda e tem os cabelos pretos. – Muita gente dizia que era ruivo por causa da poeira na cabeleira do psicopata. Tanto é anormal que ainda não voltou ao normal. – Coronel alguém viu o matador de gente e de bezerros? – Não. Todas as suas vítimas foram mortas. Uma, que recebeu um tiro na barriga, está hospitalizada e impossibilitada de ser ouvida. O homem ferido está internado em Capinópolis. Todos desconheciam as características do monstro”. (BORGES, 1979, p. 87)

Conforme podemos perceber no excerto citado, e nos enunciados nele presentes, a polícia não tinha certeza de quem era realmente o assassino “a polícia não tem provas mas tem certeza/ninguém viu”, todos esses indícios apontavam Orlando Sabino como vítima da ocasião, associado aos objetos que carregava, tornaram isso parte de Sabino, ao dizer “apreendemos alguns bagulhos – roupa, foice, facão e latas”. Mas esses objetos não seriam provas suficientes para prendê-lo como o louco assassino, uma vez que tais objetos não são nada mais do que material de um trabalhador rural, além do mais, a própria polícia não tinha certeza das descrições físicas do possível assassino, muito menos das vítimas.

Dos discursos que figuram Orlando Sabino como louco, dois deles legitimariam o asilamento do louco para o manicômio judiciário. O primeiro, sendo ele louco, seria capaz de matar com perversidade, ou seja, estaríamos diante de um louco assassino; o outro discurso, sendo ele louco, logo não poderia ser ouvido, ter voz perante a sociedade ou a justiça. Conforme afirma Borges (1979):

A polícia se recusou a cumprir requisição da justiça. Assim, segundo a própria redação do advogado de defesa do réu, Dr. Armando Campos, que atuou no caso subsidiado apenas pelos míseros honorários pagos pela defensoria pública do Estado de Minas Gerais[...]. A formação de culpa foi prejudicada, pela inobservância de uma formalidade essencial do processo brasileiro, porque em muito importa identificar pessoalmente o magistrado ao réu, porque terá efeitos no seu convencimento. (BORGES, 1979, p. 16)

O silenciamento de Orlando Sabino pela justiça, “a polícia se recusou a cumprir requisição da justiça”, se deu pela atribuição do diagnóstico e do discurso da loucura, tachando Sabino a condição de louco. Dessa forma, sendo louco, se portaria como alguém capaz de matar com perversidade, e, por sua insanidade, logo, não poderia ser ouvido, ter suas palavras validadas e, conseqüentemente, estaria impedido de se pronunciar.

Orlando não teve respaldo da justiça pública, foi julgado e condenado pelos ditos da polícia, presentes no inquérito, e pelos discursos produzidos em torno de delinear a figura de um monstro assassino e louco. A justiça pública, a ele designada, exerceu seu papel de forma a não questionar a presença de Orlando Sabino no tribunal. Assim, conforme descrito no enunciado “a formação de culpa foi prejudicada, pela inobservância de uma formalidade essencial do processo brasileiro, porque em muito importa identifique pessoalmente o magistrado ao réu, porque terá efeitos no seu convencimento”, o sujeito teria sido julgado e condenado pelos ditos da polícia e pelos discursos produzidos sobre ele. Se precisavam de um monstro, então, ele foi criado.

Após todo o teatro criado para camuflar a real intenção da ditadura, Orlando Sabino foi preso no manicômio judiciário de Barbacena-Minas Gerais, condenado a oito anos de reclusão como medida de segurança, e a paz foi declarada pelos governantes. Conforme descrito no livro *O diabo está lá fora* (2013), e na revista *Veja*, edição 184, de 1972:

Ainda sob o efeito do pavor que dominou a população – e que levou Capinópolis ao caos econômico, pois os lavradores abandonaram suas terras e o gado, deixando a cidade sem leite e obrigando ao racionamento de comida –, o prefeito, emocionado, fez um discurso de agradecimento aos policiais e enviou-os para a missa campal de ação de graças que mandou celebrar domingo. (VEJA, 1972b, p. 32)

Povo querido de Capinópolis, não medimos esforços para que a população fosse salva desse pesadelo, Mas hoje as pessoas podem voltar às ruas e ao seu trabalho e os camponeses voltar aos sítios e fazendas, devemos agradecer a Deus e a este homem de fibra que se encontra ao lado de minha filha: o tenente Oliveira. (QUINAM; PATRÍCIO, 2013, p.161)

Os enunciados supramencionados da revista *Veja*, edição 184, e do livro *O diabo está lá fora*, descrevem o discurso da autoridade municipal, no caso, do prefeito da cidade de Capinópolis, e o transtorno causado pelo monstro. Inicia com um discurso eloquente, dizendo, “povo querido de Capinópolis”, discurso esse que traz familiaridade e aproxima a autoridade da população local, se colocando como amigo e o responsável pela solução do problema. Assim como os símbolos, os discursos constituem também uma representação, e, nesse caso específico, mostra a relação de poder, de domínio, por meio do contexto social em que se situam. Desse modo, a “paz” é legitimada pelo discurso do então soberano, e pelo discurso religioso “foi deus”, além do aparato militar “tenente Oliveira”.

Embora se engendre todo esse discurso após a prisão de Orlando Sabino, o monstro apresentado pela polícia foi considerado inocente pelo poder judiciário, por falta de provas, como nos apresenta Borges (1979):

O acusado Orlando Sabino absolvido pela justiça por absoluta falta de provas. Ressalte-se ainda, que o réu foi impronunciado pelo juiz, por falta de provas, quer dizer: o magistrado julgou a denúncia contra Orlando totalmente improcedente por não existirem provas. (BORGES, 1979, p.18)

No entanto, mesmo declarado inocente, Orlando Sabino continuou preso em um manicômio judiciário, além do mais, não divulgaram que ele não era o verdadeiro criminoso ou monstro como foi descrito pela justiça e pela mídia. Orlando Sabino permaneceu preso por ser considerado louco pelos laudos da psiquiatria, como descreve Borges (1979):

Os especialistas acham que Orlando Sabino deve permanecer encarcerado, ou internado [...] os laudos apresentados constam explicitamente “Orlando Sabino, oligofrênico”. A mesma anotação pudemos verificar na ficha de internamento do Manicômio Judiciário Jorge Vaz. A oligofrenia é uma doença congênita, ou adquirida ainda na infância, que tão somente retarda a mente do indivíduo. (BORGES, 1979, p. 36)

Sabino foi objetivado à condição louco pelo saber médico, encarcerado pelo saber jurídico, e mantido no manicômio como um louco assassino, porém, quando se trata de um crime cometido por um louco, este crime acaba sendo inimputável, isto é, sem punição. Segundo Foucault (2010 p. 98) “todo crime era punível a partir do momento em que não havia demonstrado a demência do sujeito”, seguindo esse raciocínio, o processo criminal transitado sobre Sabino foi julgado infundado, pois, primeiro, ele era inocente, e, segundo, ele era louco.

O código penal brasileiro (1940) dispõe, em seu artigo 26, sobre a imputabilidade penal que:

É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento. (BRASIL, 2017, p.18)

Sendo Orlando Sabino inocente, não deveria cumprir pena em um manicômio judiciário, deveria estar em uma casa de apoio, recebendo todos os cuidados que a ele seriam de direito. Mas, embora Orlando Sabino saísse do manicômio judiciário e seguisse para uma casa de apoio, jamais teria sua integridade física e moral assegurada, nunca

voltaria a sua vida de antes, após todos os discursos produzidos e disseminados sobre ele, referenciando-o, conforme dissemos, como a maldição, o monstro, o diabo, entre outros. Sendo assim, Orlando Sabino, mesmo inocente, estava fadado ao exílio de sua existência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entender o funcionamento dessa teia discursiva sobre Orlando Sabino foi o ponto chave para perceber os modos como os sujeitos são constituídos por discursos que os classificam, os definem e os qualificam a partir de saberes historicamente produzidos. Observamos que Orlando Sabino teve sua história marcada, tanto na mídia quanto nas narrativas ficcionais, como o maior assassino do Brasil nos anos de 1972, pois foi considerado monstro, diabo, louco, maldição, flagelo, entre várias alcunhas designadas a ele. Mesmo comprovada a sua inocência, o seu *status* de monstro nunca foi mudado. Morreu aos 67 anos, em uma casa de repouso, como o “monstro de Capinópolis”.

Essas posições-sujeito produzidas sobre Orlando Sabino foram construídas, discursivamente, pelos dizeres da população, pelo poder político, pela polícia, e, respectivamente, na ficção e na mídia. Analisando as posições sujeito, mostramos como se deu as diferentes constituições discursivas do sujeito Orlando Sabino.

A escolha pela utilização da maior parte dos recortes enunciativos para análise terem sido da revista *Veja*, especificamente, nas edições 183 e 184, do ano de 1972, se deu pelo fato de a imprensa ser uma instituição, que exerce um saber e responde pela produção de uma parcela significativa dos discursos que circulam na sociedade. Desse modo exerce uma influência inegável sobre a dinâmica social, inserindo no campo de produção de verdades. Nessa conjectura, o discurso midiático e ficcional dissemina ideias, valores e princípios que respondem diretamente na sociedade e nos modos de subjetivação dos sujeitos e dos grupos. É através desses discursos, permeados de sentidos, que se pode falar em circulação de saberes, por meio das relações de poder a partir dos modos que se exerce.

Ao pensar a articulação entre saber e poder, e a forma como se relacionam, sobretudo, a posição que o sujeito ocupa na trama discursiva pela linguagem, por meio das relações de poder, percebemos que a objetivação do sujeito discursivo se dá pelos discursos que são produzidos por sujeitos inseridos em uma instituição, seja ela, social, midiática, religiosa, assim como, espaço que o sujeito ocupa. A partir dessa relação de saber poder, deu-se abertura a vários enunciados que foram emitidos sobre o sujeito Orlando Sabino, dando espaço para que outros discursos fossem construídos. Entre esses, temos as narrativas sobre o monstro, sobre o diabo, sobre o louco, entre tantos enunciados recaídos sobre esse sujeito constituído historicamente.

Por fim, estamos certos de que a teoria da análise do discurso adicionada nesta pesquisa nos forneceu subsídios importantes para pensar o modo como a análise enunciativa e as relações que podem ser efetuadas entre os enunciados da revista *Veja*, da ficção no livro *O diabo está lá fora*, do e-book *Comissão da Verdade do Triângulo Mineiro*, e do livro *Operação anti-guerrilha*, do Joaquim Borges, nos auxiliaram na releitura da história, de acontecimentos discursivos, que, inseridos em um momento histórico, social e político, construiu uma rede de discursos sobre Orlando Sabino. Esses discursos diversos, que se posicionam de lugares diferentes, veiculam verdades distintas e adotam estratégias diferentes, como discutimos nas análises, e também, no capítulo 4. Portanto entender essa construção discursiva das verdades contribui para compreender como um dado acontecimento é construído e como essa relação nos constitui, também, como sujeitos historicamente produzidos.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A história em jogo: a atuação de Michel Foucault no campo da historiografia*. Anos 90, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p.79-100, jan./dez. 2004.

\_\_\_\_\_. Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de teoria da história – Bauru, SP: Edusc, 2007.

ALMEIDA, Marcos Renato Holtz de. *O Diabo e a Indústria Cultural: as diversas faces da personificação do mal nas telas de cinema*. *Revista Nures* no. Edição Ano 6, - Número 16 - Setembro/Dezembro 2010 ISSN 1981-156X. Disponível em:– <http://www.pucsp.br/revistanures> Núcleo de Estudos Religião e Sociedade – Pontifícia Universidade Católica – SP. Acesso em: 03 jun. 2019.

BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. Trad. Mário Laranjeira. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BORGES, Joaquim. *Operação anti-guerrilha*. Editora Juruna, Uberaba-MG, 1979.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In:\_\_\_\_\_. *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: EDUNESP, 1992. p. 7-38.

BRASIL. *Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967*. Regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação. Brasília: Casa Cível, 1967. Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5250.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5250.htm). Acesso em: 10 jun. 2018.

BRASIL. *Decreto-lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940*. Código Penal. Rio de Janeiro: Casa Cível, 2017. Disponível: [http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529748/codigo\\_penal\\_1ed.pdf](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529748/codigo_penal_1ed.pdf). Acesso em: 10 maio 2019.

CÁCERES, Pedro Antônio Chagas. *As Representações do Diabo no Imaginário dos Fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus*. 2006. Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos\\_teses/ENSINORELIGIOSO/dissertacoes/representacoes\\_diabo.pdf/](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/ENSINORELIGIOSO/dissertacoes/representacoes_diabo.pdf/). Acesso em 03 jun.2019.

CARDEAL ARNS, Dom Paulo Evaristo. *Brasil: nunca mais - um relato para a história*. Editora: Vozes, São Paulo.1986.

CASTRO, Edgard. *Vocabulário de Foucault – Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*; tradução Ingrid Müller Xavier; revisão técnica Alfredo Veiga-Neto e Walter Omar Kohan. – 2.ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

BARROS-CAIRO, Cecília; MILANEZ Niltom. *Que Rosto Tem Pierre Rivière? Subjetividade e memória do sujeito criminoso no cinema*, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/viewFile/3282/3149>. Acesso em 23 mar. 2019

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da história*. tradução de Maria de Lourdes Menezes; Revisão técnica Arno Vogel. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel de. A Operação Historiográfica. In: \_\_\_\_\_. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. p. 31- 119.

COMISSÃO DA VERDADE DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA "ISMENE MENDES". *Relatório II : a face civil da ditadura : o protagonismo das elites e sua dominação socioeconômica*. - Uberlândia : EDUFU : Comissão Nacional da Verdade, 2017. Disponível em: [http://www.edufu.ufu.br/sites/edufu.ufu.br/files/e-book\\_relatorio\\_ii-comissao\\_da\\_verdade\\_0.pdf](http://www.edufu.ufu.br/sites/edufu.ufu.br/files/e-book_relatorio_ii-comissao_da_verdade_0.pdf). Acesso em: 03 de junho de 2018.

COURTINE, Jean-Jacques. *Decifrar o corpo: pensar com Foucault*; tradução de Francisco Morás. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo (1931/1994)*. São Paulo: Coletivo Periferia, 2003. Disponível em: <http://www.cisc.org.br/portal/biblioteca/socespetaculo.pdf>. Acesso em: 10 maio 2019

DECRETO N. 4.715, DE 23 DE ABRIL DE 1930 - Dá regulamento às leis ns. 2054, de 30 de dezembro de 1924, 2172.-B, de 28 de dezembro de 1926, 2210, de 28 de novembro de 1927, 2226-A, de 19 de dezembro de 1927 e 2359, do 24 de dezembro de 1928. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1930/decreto-4715-23.04.1930.html>. Acesso em 17 maio 2019.

DOSSE, François. *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. 6 ed. Tradução Waltensir Outra. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

ELE matava quando tinha raiva. *Veja*. Edição 184. Editora abril 15 març, 1972. Disponível em: <https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/34371?page=1&section=1>. Acesso em: 10 jun. 2018.

FERNANDES, Cleudemar Alves. *Discurso e sujeito em Michel Foucault*. São Paulo: Intermeios, 2012.

FILHO, Francisco Henrique. *História do Homem Mau*. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/pages/category/Community/Orlando-Sabino-O-Monstro-de-Capim%C3%B3polis-819298338095660/>. Acesso em: 20 abr. 2019.

FOUCAULT, Michel. *História da Loucura*. Tradução: José Teixeira Coelho Netto; Revisão de texto: Antônio de Pádua Danesi; Revisão de provas: Aníbal Mari, José Bonifácio Caldas, Plínio Martins Filho e Vera Lúcia B. Bolognani; Produção: Plínio Martins Filho. São Paulo: Perspectiva, 1972.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. *Arqueologia do Saber*; tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995a.

\_\_\_\_\_. Sujeito e poder. In: RABINOV, Paul; DREYFUS, Hubert. *Michel Foucault: Uma Trajetória Filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Trad. De Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995b, p. 231-249.

\_\_\_\_\_. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. *O Nascimento da Clínica*. Tradução Roberto Machado. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

\_\_\_\_\_. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Tradução Salma Tannus Muchail. – 8ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. *Os anormais*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

\_\_\_\_\_. *Eu Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão....: um caso de parricídio do século XIX*. 2ª ed. Tradução de Denise Iezan de Almeida; Rio de Janeiro: Graal, 2013.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução Raquel Ramallete. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

\_\_\_\_\_. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: MOTTA, Manoel Barros da. *Foucault: ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense, 2006, p. 264-287.

GREGOLIN, Maria do Rosário. *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003.

GROS, Frédéric. Situação do curso: O curso de 1982 na obra de Michel Foucault. In: FOUCAULT, M. *A hermenêutica do sujeito*. Curso dado no Collège de France (1981-1982). São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 612-661.

HABERT, Nadine. *A década de 70/ Apogeu e crise da ditadura militar brasileira*. 3ª edição, São Paulo: Editora Ática, 2001.

HASHIGUTI, Simone. O corpo como materialidade do/no discurso. In: Seminário de Estudos em Análise do Discurso. *Anais...* Porto Alegre: UFRGS, 2007.

Disponível em: <http://www.analisedodiscurso.ufrgs.br/anaisdosead/sead3.html>. Acesso em: 16 maio 2019

LACERDA FILHO, Mozart. A guerrilha do Triângulo Mineiro. *Jornal da Manhã*.

Uberaba, 03 abr. 2011. Disponível em:

<http://jmonline.com.br/novo/?noticias,22,ARTICULISTAS,43335>. Acesso em: 7 jul. 2018.

LIMA, Luciana Gonçalves de. *Memórias, mitos e rituais: o caso "Orlando Sabino" no Pontal do Triângulo na década de 1970*. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/19161/>. Acesso em: 01 fev. 2019.

MACHADO, Marília Novais da Mata *et al.* Orlando Sabino: analisador da psiquiatria, política, justiça e mídia nos anos 1970. *Tempos Gerais - Revista de Ciências Sociais e História* – UFSJ. São João Del Rei, 2015.

MARÇAL, Márcia Romero. A tensão entre o fantástico e o maravilhoso. *Fronteiras*, São Paulo, v 3, n. 3, 2009. Disponível em [http://www4.pucsp.br/revistafronteiras/numeros\\_anteriores/n3/download/pdf/tensao.pdf](http://www4.pucsp.br/revistafronteiras/numeros_anteriores/n3/download/pdf/tensao.pdf). Acesso em: 01 jun. 2019.

MILANEZ, Nilton. A possessão da subjetividade Sujeito, Corpo e Imagem. In: SANTOS, João Bosco Cabral dos. (Org.). *Sujeito e Subjetividade: discursividades contemporâneas*. 1ª Ed. Uberlândia: UFU, 2009. p. 251-259.

MINAS GERAIS. MANICÔMIO JUDICIÁRIO JORGE FAZ DE MELO. Processo nº 1727. Livro de Registro de Laudos, n. 20, 1971 a 1975. Barbacena: Arquivo Histórico Municipal, 1973. IN: *Tempos Gerais - Revista de Ciências Sociais e História - UFSJ Número #2 - 2015 - ISSN: 1516-8727 81 (MINAS GERAIS, 1973, p. 4)*.

NAVARRO, Pedro. Discurso, História e memória: contribuições de Michel Foucault ao estudo d Mídia. In: TASSO, Ismara. *Estudos do Texto e do Discurso: interface entre Língua(gens), identidade e memória*. São Carlos: Editora Claraluz, 2008, p. 59-74.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*, São Paulo: Educ – Editora da PUC-SP, 1981, p.7-28.

O FLAGELO. *Veja*. Edição 183. Editora abril. 08 març, 1972a. Disponível em: <https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/34371?page=1&section=1>. Acesso em: 10 jun 2018.

ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 11ª ed; Campinas, Ponte Editores, 2013.

\_\_\_\_\_. *Análise do Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, Pontes Editores, 1999.

PÊCHEUX, Michel. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*; tradução Eni Puccinelli Orlandi. -3ª edição – Campinas, SP: Pontes, 2002.

\_\_\_\_\_. *Papel da Memória*. In: *Papel da Memória*. Pierre Achard et al. Tradução: José Horta Nunes. 3ª edição. Campinas, SP: Pontes, 2010, p.49-50.

\_\_\_\_\_. *Análise de Discurso: textos selecionados: Eni Puccinelli Orlandi- 2ª Edição*, Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

QUINAM, Júlio; PATRÍCIO, Miguel. *O Diabo Está Lá Fora*. Goiânia: Ed. Alfa Gráfica, 2013.

RAGO, Margareth. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 7(1-2): 67-82, outubro de 1995.

RASIA, Gesualda dos Santos. O estranho espelho da análise do discurso: um diálogo. In: Seminário de Estudos em Análise do Discurso. *Anais...* Porto Alegre: UFRGS, 2003. Disponível em: <http://anaisdosead.com.br/1SEAD/Paineis/GesualdaDosSantosRasia.pdf>. Acesso em 13 maio 2019.

REVEL, Judith. *Michel Foucault: conceitos essenciais*; tradução Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlo Piovesani. - São Carlos: Claraluz, 2005.

REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade: 1964-1984 [livro eletrônico]* / Maria José de Rezende. – Londrina: Eduel, 2013. 1 Livro digital.

RIBEIRO, Clênio Tavares. *A passagem de Orlando Sabino por Tupaciguara-MG nos anos 1970*. Disponível em <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/19084> Acesso em 01 fev. 2019.

ROSA, Pedro Divino (Pedro Popó). *O monstro de Capinópolis – A história de Orlando Sabino*. 4ª ed. Uberlândia-MG, 2015

SALES, Lílian Maria Pinto. O Espírito Santo e o Diabo: o preenchimento pelo Bem e a contaminação pelo Mal na Renovação Carismática Católica. *Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS- UFScar*, São Carlos, v1. n.1, 2009.

SANTOS, Luciana Oliveira dos. O medo contemporâneo: abordando suas diferentes dimensões. *Psicol. cienc. prof.* 2003, v.23, n.2, p. 48-49. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932003000200008>. Acesso em 07 maio 2019.

SARGENTINI, V. A descontinuidade da história: a emergência dos sujeitos no arquivo. In. NAVARRO-BARBOSA, P. (orgs.). *M. Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos/SP, Claraluz, 2004. pp. 77-96.

SILVA, Carlos Roberto Lyra da. *Dicionário Ilustrado de saúde: Compacto*. São Caetano do Sul, SP: Yendis, 2005.

SIMIONI. Rafael Lazzarotto. **Arquivo, história e memória**: possibilidades de diálogo entre Luhmann e Foucault, *Lua Nova*, São Paulo, 97: 173-190, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n97/0102-6445-1n-97-00173.pdf>. Acesso em 15 maio 2019.

TODOROV, Tvetan. **Introdução à literatura fantástica** [tradução Maria Clara Correa Castello]. – 4.ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

VASCONCELOS, Marcos Estevam; OLIVEIRA, Mateus Fernandes de. O combate à ociosidade e à marginalização dos libertos no pós-emancipação. *CES Revista*, v. 25 Juiz de Fora 2011. Disponível em:  
[https://www.cesjf.br/revistas/cesrevista/edicoes/2011/08\\_HISTORIA\\_OCombate.pdf](https://www.cesjf.br/revistas/cesrevista/edicoes/2011/08_HISTORIA_OCombate.pdf). Acesso em 02 jun. 2019.

VEJA. Número 183, São Paulo, 8 de março de 1972a.

\_\_\_\_\_. Número 184, São Paulo, 15 de março de 1972b.

VEYNE, Paul. *Foucault: seu pensamento, sua pessoa*. Trad. Luiz Lima. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

WALTY, Ivete Lara Camargos. *A Literatura de Ficção ou a Ficção da Literatura?* 1982. Disponível em  
<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/cltl/article/viewFile/9871/8792>. Acesso em 20 jan.2019.